**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

Ana Regina Vaz Calindro

**Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do
português brasileiro**

Versão Corrigida

**Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa
São Paulo, 2016**

Ana Regina Vaz Calindro

Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Letras. Sob a orientação da Profª. Dra. Maria Aparecida Torres Morais.

Versão corrigida

De acordo:

Orient. Profª. Dra. Maria Aparecida Torres Morais.

São Paulo, 2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C158i Calindro, Ana Regina
Introduzindo Argumentos: uma proposta para as
sentenças ditransitivas do português brasileiro / Ana
Regina Calindro ; orientador Maria Aparecida Torres
Morais. - São Paulo, 2016.
206 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área
de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. sentenças ditransitivas. 2. português
brasileiro. 3. preposições. 4. estrutura argumental.
5. sintagmas preposicionados. I. Torres Morais,
Maria Aparecida, orient. II. Título.

Banca Examinadora

Membros Titulares:

Profa. Dra. Maria Aparecida Torres Morais

Universidade de São Paulo

(Orientadora)

Profa. Dra. Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Charlotte Galves

Universidade de Campinas

Profa. Dra. Heloísa Salles

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Márcia Duarte Oliveira

Universidade de São Paulo

Membros Suplentes

Profa. Dra. Maria Clara Paixão e Souza

Universidade de São Paulo

Prof. Dra Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr Marcello Modesto

Universidade São Paulo

Prof. Dr. Marcus Lunguinho

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Marilza Oliveira

Universidade de São Paulo

**Aos meus pais Waldomiro e Ana Beatriz
cujo incentivo e amor me trouxeram até aqui,
e por terem me ensinado a ser forte.**

Agradecimentos

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida Torres Morais pelos muitos anos de convivência, aprendizado e amizade. Por ter me feito apreciar cada vez mais a sintaxe e a história das línguas. Por me incentivar nos momentos mais difíceis do caminho e por acreditar na minha capacidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante meu doutorado e de doutorado sanduíche (PDSE) na Universidade de Cambridge, Reino Unido.

To Professor Theresa Biberauer, for the extremely profitable and enjoyable time I have spent in England, for sharing her knowledge and great enthusiasm with me.

To Professor Ian Roberts, for the kindness in receiving me in Cambridge, for all the great lectures I had the pleasure to attend. To Michelle Sheehan for taking the time to discuss my work with and for being so kind. To Adam Leadgway for the interesting comments on my work and for sharing the enthusiasm for the research on Romance Languages.

Às Profas. Dras. Heloísa Salles e Márcia Duarte, pela leitura cuidadosa e comentários valiosos no Exame de Qualificação desta tese. Em especial à profa. Márcia, pelo incentivo e carinho desde o meu mestrado.

Ao Prof. Dr. Marcelo Módulo, por ter me sugerido trabalhar com o livro de capas da Folha de São Paulo e pela simpatia toda vez que nos encontramos.

À Profa. Dra. Charlotte Galves, por me receber na Unicamp e por disponibilizar a ferramenta e-dictor para a edição do corpus deste trabalho. Ao Luiz Veronesi pela paciência em me explicar como fazer buscas com expressões regulares no corpus e pela imensa ajuda em relação ao uso do e-dictor e organização dos meus dados. À Cintia Yano pelo auxílio nos primeiros passos quanto à utilização da mesma ferramenta.

À Profa. Dra. Ana Paula Scher e ao Julio Barbosa, pelas aulas a respeito de estrutura argumental, fundamentais para esta tese.

À Rosely e ao Júlio do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, pela ajuda com trâmites burocráticos. À Coordenação e técnicos do Programa de Pós-Graduação da FFLCH/USP, pelo suporte nas questões burocráticas do doutorado e da bolsa sanduíche.

Ao Ednalvo Campos e ao André Rauber, por me incentivarem a fazer doutorado sanduíche e pelas conversas proveitosas sobre questões sintáticas e da vida.

À Ana Luiza Lopes, tão prestativa, por me auxiliar nos preparativos antes de ir para Cambridge, me passando seus conselhos e experiência nesse lugar maravilhoso.

To all my Cambridge friends, for the incredible learning and sharing environment I was so lucky to be part of: Lucy, Kari, Claire, Alice, Georg and Andrés.

To the great Italians whose warmth filled my days in England: Olimpia, Norma, Valentina, Vania and to the dear boy of the group Gigi, amigo querido. Especially to Elda, as I was so lucky to have found a true friend abroad.

To my housemates at Link House: Claudia, Karly, Amarjot, Stefan and Hao. Especially to Mel, Lil and Phyllis, for all their kindness. All of you made me less homesick. To Andrew, for making me want to aim higher.

Ao Marcelo Sibaldo, como foi bom ter alguém para compartilhar minha saudade de farofa e pão de queijo. Pelas trocas acadêmicas e não acadêmicas, por todas as resenhas no nosso período na terra da rainha.

À Janayna, por ter se tornado uma grande companheira de trabalho, pela força na reta final. Pelas risadas tão essenciais que tornaram essa tarefa tão árdua mais leve.

Ao Selmo, à Fernanda, à Thamy e ao Anderson porque em congressos aprendemos e compartilhamos nosso trabalho, mas também fazemos amigos.

Aos meus queridos amigos do interior Ângela e Felipe, por terem sido tão generosos comigo. À Juliana, uma amiga e companheira tão querida em Piracicaba. Principalmente, à querida Olga, que compartilha comigo o gosto pela língua portuguesa e por uma gramática menos dura.

Aos meus queridos amigos do Colégio Sagrado, Maitê, Dóris, Verinha, Nara, Rita, Luciano, Sérgio, Fátima, Val, Craveiro. Em especial, à querida Fernanda, através de quem conheci tantas outras pessoas especiais.

À querida amiga Patrícia, minha parceira, e ao Rodolfo, meus companheiros paulistanos de escalada - tão essencial nos momentos de grande stress. Aos meus amigos piracicabanos de escalada, pela força na rocha e na vida: Greg, Seve, Perfumi, Terena, Maria, Neto e Rica. Em especial, ao meu amigo irmão Geraldo, por todo incentivo no doutorado e pelo constante interesse em compartilhar o conhecimento de áreas tão distintas.

Aos meus amigos de faculdade e de colégio, que acompanham esse meu sonho há tanto tempo e sempre me apoiaram – Aline, Bruna, Karina e Regina e Ana Amélia. Também ao Raphael, por ter me ajudado a não sair do eixo e a manter a calma na reta final.

Agradecimento especialíssimo à Carol, ao Márcio, à Thaís, ao Roberto e à Iara. Pela ajuda com gráficos, corpus e digitação, mas, principalmente, por não permitirem que eu deixasse a peteca cair. Tem um pouquinho de cada um de vocês neste trabalho.

Por fim, aos meus pais Waldomiro e Ana Beatriz a quem dedico esta tese. Aos meus queridos irmãos, Marcos e Ana Cristina que são tão essenciais na minha vida. Ao meu sobrinho Nicholas, sempre um motivo de alegria. À minha queridíssima Tia Maria, minha segunda mãe, que me deu tanta força nesses momentos finais. Por fim, à minha cunhada Lúcia, pelo carinho constante.

Enfim, a todos aqueles que fizeram parte desse longo caminho, deixo aqui meu muito obrigada!

O assassino era o escriba

Meu professor de análise sintática era o tipo do sujeito

Inexistente.

Um pleonasmo, o principal predicado da sua vida,
regular com um paradigma da 1ª conjugação.

Entre uma oração subordinada e um adjunto adverbial,
ele não tinha dúvidas: sempre achava um jeito
assindético de nos torturar com um aposto.

Casou com uma regência.

Foi infeliz.

Era possessivo como um pronome.

E ela era bitransitiva.

Tentou ir para os EUA.

Não deu.

Acharam um artigo indefinido em sua bagagem.

A interjeição do bigode declinava partículas expletivas,
conetivos e agentes da passiva, o tempo todo.

Um dia, matei-o com um objeto direto na cabeça.

(Paulo Leminski)

Resumo

O objetivo desta tese é discutir uma mudança diacrônica na introdução dos argumentos indiretos das sentenças ditransitivas do português brasileiro (PB). Desde o século XIX, o PB iniciou uma reanálise das estratégias possíveis para a introdução de seus objetos indiretos (OI), generalizando o uso da preposição lexical *para* em detrimento da preposição *a*, nos contextos de verbos ditransitivos de movimento, transferência e criação – *dar*, *enviar*, *preparar*, respectivamente. Ao mesmo tempo em que essa mudança ocorreu, a expressão morfológica do argumento dativo – representada pelo clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)* – também foi substituída por outras estratégias, tais como objetos pronominais – *para / a ele(s)/ ela(s)* (cf. Gomes, 2003; Freire, 2005; Torres Morais & Berlinck, 2006, 2007; Torres Morais & Salles 2010). Com o intuito de apresentar uma análise abrangente desse processo de mudança histórica no PB, analisei um corpus jornalístico composto por 223 primeiras capas da Folha de São Paulo escritas entre as décadas de 1920 e 2010, recolhidas do livro “90 anos de história nas capas mais importantes da Folha”. Dessa forma, o PB não possui mais a expressão de caso dativo, nem através da preposição funcional *a*, nem do clítico dativo *lhe(s)*, portanto assumo nesta tese que, diferentemente do PE, a introdução dos argumentos indiretos em PB não pode ser feita através de núcleos aplicativos. Assim sendo, o PB passou de um tipo de língua que apresentava evidência de Caso dativo para uma variante na qual apenas Caso oblíquo é atribuído ao OI por meio de preposições transitivas lexicais. Desse modo, proponho que os argumentos indiretos em PB são introduzidos por uma projeção pP (cf. Svenonius 2003, 2004, 2007; Wood 2012).

Palavras chave: estrutura argumental, ditransitivas, preposições, português brasileiro

Abstract

The aim of this paper is to discuss a diachronic change in the introduction of indirect arguments in Brazilian Portuguese (BP). Since the 19th century, BP has initiated a reanalysis of the possible strategies to head indirect objects (IO) by generalizing the use of the full preposition *para* ‘to’ instead of the preposition *a* in ditransitive sentences with verbs of movement, transfer and creation – as *dar* ‘give’, *enviar* ‘send’ and *preparar* ‘prepare’, respectively. Alongside with the substitution of the prepositions stated above, the morphological notation of the dative argument - represented by the third person clitic *lhe(s)* – has also been replaced by other strategies, such as 3rd person pronouns preceded by *para* - *para ele(s)/ ela(s)* ‘to him/ her/ them’ (cf. Gomes, 2003; Freire, 2005; Torres Morais & Berlinck, 2006, 2007; Torres Morais & Salles 2010). Hence, in order to make a more thorough analysis of this historical change in BP, I analyzed a corpus of first pages from a Brazilian newspaper, “Folha de São Paulo” collected in the monograph “90 anos de história nas capas mais importantes da Folha” (“90 years of History through the most important cover pages of Folha”), which spans the 20th century with 223 covers from 1920 to 2010. Hence, as BP cannot express the dative case anymore, nor via a functional preposition, nor by its morphologic counterpart (the dative clitic *lhe*), it has also lost the possibility of introducing dative elements in its argument structure by an applicative head. Thus, BP has shifted from a type of language which has evidence for Case, as EP, to one where Case is assigned via lexical prepositions. Consequently, I assume that the indirect arguments in BP are always headed by a lexical preposition and are introduced in the argument structure via a *p* head (cf. Svenonius 2003, 2004, 2007 and Wood 2012).

Keywords: argument structure, ditransitives, prepositions, Brazilian Portuguese

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.....	82
Figura 2. Mapas semânticos de objetos diretos animados e inanimados.....	108
Figura 3. Uso da preposição a segundo a pessoa gramatical	111

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Capa do livro:	81
Imagem 2. Primeira capa - 19/02/1921	86
Imagem 3. Última capa – 01/11/2010	87
Imagem 5. Exemplo de uma tela de dados etiquetados morfológicamente.....	89
Imagem 4. Exemplo de uma tela de digitação da ferramenta <i>eDictor</i>	89
Imagem 6. Exemplo de uma busca nos dados através de expressões regulares	94
Imagem 7. Exemplo dos resultados encontrados no corpus.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O desenvolvimento histórico do clítico <i>lhe(s)</i> e da preposição <i>a</i> em PB.....	78
Gráfico 2. Resultados gerais das preposições <i>a</i> e <i>para</i>	97
Gráfico 3. Resultado geral das preposições <i>a</i> e <i>para</i> por grupo verbal.....	98
Gráfico 4. Resultados por décadas com verbos de transferência material	99
Gráfico 5. Resultados por décadas com verbos de movimento físico.....	100
Gráfico 6. Resultados por décadas com verbos de movimento abstrato	102
Gráfico 7. Resultados por décadas com verbos de transferência verbal e perceptual.....	103
Gráfico 8. Resultados por décadas com verbos de criação.....	105
Gráfico 9. Resultados gerais de animacidade com a preposição <i>a</i>	112
Gráfico 10. Resultados gerais de animacidade com a preposição <i>para</i>	113
Gráfico 11. Resultados percentuais de animacidade com verbos	114
Gráfico 12. Resultados percentuais de animacidade com verbos	116
Gráfico 13. Resultados percentuais de animacidade com	118
Gráfico 14. Resultados percentuais de animacidade com verbos de.....	119
Gráfico 15. Resultados percentuais de animacidade com verbos de criação.....	121
Gráfico 16. Ocorrência do clítico dativo <i>lhe(s)</i>	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição das ocorrências das variantes de dativo em função.....	75
Tabela 2. Evolução no uso de <i>a</i> e <i>para</i> no PB.....	78
Tabela 3. Uso da preposição <i>para</i> no séc. XX	79
Tabela 4. Uso do clítico <i>lhe</i> no séc. XX.....	79
Tabela 4. Quantidade de capas e palavras por década	92
Tabela 5. Recontagem da quantidade de capas e palavras por década.....	93
Tabela 7. Quantidade de dados por grupo verbal	98
Tabela 8. Preposição do OI, segundo a natureza semântica do complemento, em cartas pessoais do século XX (amostra PHPB).....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	177
CAPÍTULO I.....	21
As Estruturas Ditransitivas.....	21
1.1 As ditransitivas e a alternância dativa	21
1.2 A estrutura argumental das sentenças ditransitivas	26
1.2.1 As peças sintáticas da estrutura argumental das línguas.....	26
1.2.2 Os núcleos aplicativos	28
1.2.2.1 Os núcleos aplicativos em espanhol	34
1.2.2.2 Os núcleos aplicativos em romeno	37
1.2.2.3 Os núcleos aplicativos em português europeu	41
1.2.2.3.1 O redobro do clítico em PE.....	46
1.3 O PB e o núcleo aplicativo	47
1.3.1 O PB possui núcleos aplicativos?.....	52
CAPÍTULO II.....	55
Variação e Mudança Linguística	55
2.1 A teoria de Princípios e Parâmetros: da GB ao Minimalismo	55
2.2 Mecanismos de variação sintática – o conceito de reanálise	64
2.3 Os Microparâmetros e o Fator III.....	66
2.4 Aquisição e Letramento.....	70
CAPÍTULO III	77
Mudança histórica na expressão do objeto indireto em português brasileiro: resultados quantitativos	77
3.1 Panorama dos estudos quantitativos sobre o objeto indireto em PB	77
3.2 O corpus analisado	80
3.2.1 Especificidade do corpus jornalístico	80
3.2.2 Metodologia da organização do corpus	86
3.3 A seleção dos grupos verbais.....	95
3.4 Resultados Gerais.....	97
3.4.1 A questão da animacidade.....	106
3.4.2 O clítico dativo <i>lhe</i>	123
3.5 As ditransitivas e a questão dos papéis temáticos do OI.....	127
CAPÍTULO IV	133
Uma proposta para as estruturas ditransitivas do PB.....	133
4.1 A natureza das preposições.....	133
4.1.1 A natureza relacional das preposições	137
4.2 Considerações sobre a teoria do caso	145
4.3 Repensando a ditransitividade	151

4.4 A estrutura argumental dos eventos	157
4.4.1 A hipótese de cisão do PP	161
4.4.2 Do domínio preposicional para o domínio verbal	167
4.4.3 Caso e seleção temática	171
4.5 Estrutura argumental das ditransitivas em PB	173
4.5.1 O estatuto categorial das preposições <i>a</i> e <i>para</i> em PB	173
4.5.2 A estrutura argumental das ditransitivas com os verbos de transferência e movimento	175
4.6 Verbos de criação e a proposta de aplicativo alto-baixo	177
4.6.1 Verbos de criação no PB.....	181
4.7 Desdobramentos recentes da análise da estrutura argumental	183
4.7.1 Uma proposta com o núcleo <i>i*</i> para os verbos de criação do PB.....	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	197

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir uma proposta de mudança diacrônica na introdução dos argumentos indiretos nas sentenças ditransitivas do português brasileiro (PB). De acordo com a tradição gramatical, são entendidas como ditransitivas, as construções que apresentam dois argumentos internos, tradicionalmente referidos como objeto direto (OD) e objeto indireto (OI). Diversos estudos linguísticos verificaram que essas estruturas percorreram caminhos históricos distintos até chegar à configuração que ambas apresentam atualmente em PB e em português europeu (PE).

Estudos de natureza quantitativa sobre o PB, entre eles, Berlinck (1997); Gomes (2003); Freire (2000, 2005); Torres Morais & Berlinck (2006, 2007, 2009, 2015) registraram o uso percentual acentuado da preposição *para* na introdução dos argumentos indiretos, em detrimento da preposição *a*. Simultaneamente, esses trabalhos registraram a queda no uso do clítico dativo *lhe(s)*. Em seu lugar, os brasileiros preferem os pronomes fortes introduzidos pela preposição *para ele(s) / ela(s)*.

Apesar de o argumento indireto ser licenciado numa gama variada de verbos, o foco deste estudo são as sentenças ditransitivas com verbos de transferência, movimento de criação. Assim, os exemplos (1-3) ilustram o PB, no qual o OI, tanto pronominal, quanto não pronominal, é introduzido pela preposição *para*. Já em PE, exemplos (4-6), o OI é introduzido pela preposição *a*, sendo pronominalizado pelo clítico dativo *lhe(s)*.

- (01) Maria enviou uma carta **para o João / para ele**.
- (02) Maria atirou a bola **para a Ana / para ela**.
- (03) Maria escreveu um poema **para seus pais/ para eles**.

- (04) A Maria enviou uma carta **ao João / enviou-lhe** uma carta.
- (05) A Maria atirou a bola **à Ana / atirou-lhe** a bola.
- (06) A Maria escreveu um poema **aos seus pais/ escreveu-lhes** um poema.

Tendo esses exemplos em mente, Torres Morais (2007) propôs que o PE faz parte do conjunto de línguas que apresentam *alternância dativa*, baseando-se nos

estudos de Pylkkänen (2002, 2008) para o inglês e de Cuervo (2003) para o espanhol. Assim, a variante europeia do português possui dois tipos de construções ditransitivas: uma construção de objeto duplo (DOC¹), tratada como uma construção aplicativa, em que o OI, morfologicamente expresso como dativo, é introduzido por um núcleo aplicativo; e uma construção ditransitiva preposicionada (PDC²), na qual o OI é um complemento oblíquo, ou seja, introduzido por uma preposição transitiva.

Nesta tese, assumirei que a perda da expressão morfológica do OI (o clítico dativo *lhe(s)*) no PB pode ser entendida como evidência para a perda do núcleo aplicativo nessa variante, uma vez que a ativação dessa projeção na gramática núcleo da língua, formatada na fase da aquisição da linguagem, está condicionada por essa marca morfológica. Sendo assim, argumentarei que a introdução do OI em PB na estrutura argumental do verbo é sempre realizada através de preposições transitivas.

Faz-se necessário, portanto, refletir a respeito de outro tipo de projeção que seja capaz de introduzir os argumentos indiretos do PB. Com a análise que apresentarei, vou propor que é possível pensar em uma abordagem unificada para os verbos de transferência/movimento e os de criação, com base na hipótese de cisão do PP (*Split-P Hypothesis*), nos moldes do que foi proposto por Svenonius (2003, 2004, 2007) e Wood (2012). Veremos que a esse respeito, os autores afirmam que paralelamente às categorias *v* e *V* do domínio verbal, tal PP cindido envolve as categorias *p* (*light preposition*) e *P* responsáveis por introduzir a relação temática estabelecida entre o OD e OI.

Com base nesses fatos, a tese está estruturada em quatro capítulos. No Capítulo I, farei uma retomada da literatura relevante acerca das estruturas ditransitivas em diversas línguas, partindo dos trabalhos de Larson (1988), Marantz (1993) e Pylkkänen (2002), para o inglês, Cuervo (2003) para o espanhol, Diaconescu & Rivero (2006), para o romeno e Torres Morais (2007), para o PE. Todos esses autores argumentam que as respectivas línguas analisadas possuem alternância dativa, pois suas estruturas ditransitivas podem ser DOCs ou PDCs.

No Capítulo II, assumo que a existência da preposição lexical *para* em PE e PB histórico³ possibilitou uma reanálise na introdução dos argumentos indiretos desta

¹Do inglês *Double Object Construction*, logo DOC.

²Do inglês, *Prepositional Ditransitive Construction*, logo PDC.

³Muito se discute na literatura especializada a respeito de qual é a variante de português que deve ser considerada o ancestral do PB atual (cf. Galves s/d), daremos mais atenção a essa discussão, no capítulo 3, ao analisarmos o corpus desta tese em comparação a outros corpora do PB.

variante. Partindo de Chomsky (2005), a variação paramétrica emerge da interação entre uma GU subespecificada, PLD (*primary linguistic data* - dados linguísticos primários) e do Fator III⁴ - princípios não específicos da faculdade da linguagem (cf. Chomsky 2005:6), cujas principais manifestações são a *Economia de Traços* e *Generalização do Input*, de acordo com Biberauer & Roberts (2015). Considerando essa abordagem, discutirei que a presença da preposição *para* no conjunto de possibilidades para introduzir argumentos indiretos em PE e PB histórico, associada à perda do clítico dativo *lhe(s)*, foi o gatilho para que as crianças brasileiras generalizassem o uso de preposições transitivas para introduzir OIs no lugar de elementos funcionais, como a preposição *a* em PE. Apresento em (07), exemplos em PE⁵, nos quais a preposição que introduz o argumento indireto é um elemento lexical que não alterna com o clítico dativo *lhe(s)*:

- (07) a. O José chegou **de São Paulo**.
 a'. O José chegou- ***lhe / de lá**.
 b. Os turistas assistiram **à opera**.
 b'. Os turistas assistiram- ***lhe / a ela**.

(adaptado Torres Morais 2007:94)

No Capítulo III, trago a apresentação do corpus analisado, composto de material por mim digitado e etiquetado, extraído do livro lançado pelo jornal *A Folha de São Paulo*, intitulado: “Primeira página - 90 anos de história nas capas mais importantes da Folha”, entre os anos de 1921 e 2010. Esse material foi escolhido por se tratar de um conjunto de textos organizados sequencialmente que abrangem quase todo o século XX, chegando à primeira década do século XXI, com a intenção de contribuir com a discussão a respeito das ditransitivas com outros trabalhos que trabalharam com diferentes corpora de outras regiões do país e de outras fontes.

Com base nesse corpus, discuto os resultados percentuais que obtive a partir de uma análise quantitativa que envolveu a seleção das estruturas relevantes, e de certas propriedades gramaticais que podem ter condicionado o avanço da preposição *para*,

⁴ A noção de Fator 3 ainda é uma noção que está sendo implementada na literatura, que será discutida mais detidamente no Capítulo 2.

⁵ Esses exemplos do PE não são de estruturas ditransitivas que são o foco desta tese, porém estão sendo apresentados com o intuito de ilustrar que PE possui dois tipos de preposições em seu inventário. Voltaremos a essas questões no primeiro capítulo.

entre elas, os grupos verbais, a semântica do complemento indireto e categorias como animacidade, em oposição ao locativo puro. Ainda com o suporte de resultados quantitativos provenientes de estudos anteriores, adoto a hipótese de que a mudança diacrônica na expressão do OI no PB foi favorecida tanto pelos rearranjos do sistema pronominal, como pelo fato de que a língua já permitia um uso lexical da preposição *para* em PE, em estruturas ditransitivas, introduzindo normalmente argumentos locativos, os quais não são verdadeiros OIs por não poderem ser pronominalizados pelos clíticos dativos, como no exemplo do PE, a seguir:

(08) A Maria enviou uma carta **para Lisboa** / *enviou-**lhe** uma carta.

Nota-se que, nesse caso, não é possível a substituição do complemento indireto pelo clítico dativo, consequentemente essa estrutura não apresenta núcleo aplicativo em PE, pois além desse núcleo não poder ser expresso morfologicamente por *lhe(s)*, a preposição presente nessa construção tem caráter lexical (cf. Torres Morais 2007). Discutirei no decorrer da tese que a presença desse tipo de construção em PE tornou possível a reanálise da escolha da preposição que introduz argumentos indiretos em construções ditransitivas em PB. Logo, considerando o exposto, é preciso propor uma nova estrutura de representação das estruturas ditransitivas em PB, pois essa variante pertence a um grupo distinto de outras línguas românicas como o espanhol o romeno e o PE.

Assim, no Capítulo IV, argumento que o PB não participa da alternância dativa como outras línguas românicas e proponho uma representação estrutural para as sentenças ditransitivas com verbos de transferência, movimento e de criação, diferente do proposto para o PE. Para tanto, trabalharei com a hipótese de Cuervo (2010), na qual a autora postula que a noção de ditransitividade é um epifenômeno, logo a raiz verbal não seleciona dois argumentos internos separadamente, mas, uma relação temática estabelecida pelo OD e o OI. Considerando que o PB não possui caso dativo morfológico, nem preposições funcionais capazes de fazer a atribuição de Caso, essa relação entre os argumentos é introduzida através de um sintagma preposicional *pP*, como apontado anteriormente (cf. Svenonius 2003, 2004 2007; Marantz 2009; Wood 2012).

CAPÍTULO I

As Estruturas Ditransitivas

Neste capítulo, o principal objetivo é apresentar estudos que trataram das construções ditransitivas, a partir de diferentes perspectivas, tanto semânticas, como sintáticas. Em particular, será dada ênfase ao fenômeno da alternância dativa, com destaque para as diferentes propriedades que caracterizam a contraparte denominada construção de objeto duplo, entre elas a questão do núcleo aplicativo como introdutor de argumentos. O panorama aqui apresentado inclui os fatos do português europeu, os quais constituirão a base para um estudo comparativo com os novos rumos que a variante brasileira tomou ao longo de sua história e que hoje a diferenciam não só da variante lusitana, como também de outras línguas românicas.

1.1 As ditransitivas e a alternância dativa

Em diversas línguas, as construções ditransitivas podem apresentar dois tipos de configurações – sem ou com preposição introduzindo um dos argumentos da sentença, como é o caso do inglês, por exemplo. A esse fenômeno é dado o nome de alternância dativa, ilustrado em (09) e (10). A primeira sentença é um exemplo de uma construção ditransitiva preposicionada (PDC), na qual o argumento interpretado como *alvo/recipiente/destinatário* de um verbo de transferência como *give* é introduzido pela preposição *to*. A segunda sentença ilustra a construção de objeto duplo (DOC), na qual o 1º objeto (OI) e o 2º objeto (OD) são realizados como DPs, ou seja, sem a presença lexical de uma preposição. Os exemplos são de Larson (1988:335).

(09) John sent a letter **to Mary**.

(10) John sent **Mary** a letter.

Há questões morfológicas e semânticas que restringem a DOC em inglês. Segundo Mazurkewich (1984 *apud* Gomes 2003:83), somente os verbos de raiz germânica a licenciam, enquanto os de origem latina a bloqueiam, como nos exemplos a seguir:

- (11) Peter told / *reported **his boss** the news.
- (12) The professor showed / *demonstrated **us** his new methods.
- (13) Paul got / *obtained **his girlfriend** a ticket.

(Mazurkewich 1984 *apud* Gomes 2003:83)

A esses verbos de origem latina, Larson (1988) adiciona *donate* e *distribute*. Há, contudo, outro tipo de assimetria, na qual a DOC não alterna com a PDC, como é o caso de verbos como *spare* e *envy*:

- (14) a. John donated money **to charity**.
* John donated **charity** the money.
- b. The judge spared **John** the ordeal.
* The judge spared the ordeal **to John**.

(Larson 1988:369)

Pinker et al. (1989) também aponta que o primeiro objeto de uma DOC tem que ser um possuidor em potencial, o que se verifica apenas com argumentos que apresentam a semântica de [+animado]. Logo, não é apenas a natureza do verbo que deve ser levada em consideração para uma análise da alternância dativa. Também a relação estabelecida entre seus dois objetos é fundamental. Ou seja, a ideia de transferência de posse deve estar necessariamente presente para que a DOC seja possível. Por isso, o argumento que tem a leitura semântica de *meta*, *alvo*, *recipiente* ou *beneficiário* deve ser uma entidade capaz de ser o possuidor do argumento *tema*.

Novamente, levando em consideração que, contrário às PDCs, a ideia de transferência de posse deve estar necessariamente presente na DOC, as duas construções instauram diferentes interpretações. Vejamos os exemplos a seguir:

- (15) John taught **Mary** Math.
- (16) John taught Math **to Mary**.

Na DOC em (15), há necessariamente a transferência de posse entre os argumentos que a compõem, logo se depreende desta sentença que à Mary foi ensinada matemática e ela aprendeu. Na PDC, exemplificada em (16), essa transferência não é

garantida, desse modo não se sabe se John ensinou matemática à Mary, mas não se sabe se ela aprendeu ou não.

Ademais, em construções nas quais o argumento indireto é um *locativo* não há alternância dativa, pois lugares não podem ser possuidores.

(17) Mary sent a letter **to London**.

* Mary sent **London** a letter.

(Mazurkewich 1984 *apud* Gomes 2003:83)

Para Larson (1988), a impossibilidade de haver DOC com certos verbos ocorre devido ao fato de a preposição apresentar conteúdo semântico ou não. Em frases como *John sent a letter to Mary*, a preposição *to* é somente marcadora de Caso. As sentenças apresentadas em (18), apesar de não serem ditransitivas como as sentenças anteriores, ilustram que a preposição *to* apresenta claramente um valor semântico, pois denota um movimento dentro de uma trajetória ou caminho e, portanto, não é apenas marcadora de Caso:

(18) a. Klaus flew his dirigible **to Helgoland**.

b. The spoon fell **to the floor**.

c. Oscar bowed **to the queen**.

d. The meeting ran from two o'clock **to five**.

(Larson 1988:370)

Novamente, não há alternância dativa com oblíquos instrumentais e frases locativas, uma vez que o conteúdo preposicional relevante não é recuperável através do verbo:

(19) a. I cut the salami **with a knife**.

* I cut **a knife** the salami.

b. John left his books **on the sofa**.

* John left **the sofa** his books.

(Larson 1988:372)

Nas últimas décadas a alternância dativa se revelou um fenômeno muito importante, em particular, por envolver estruturas que apresentam dois argumentos

internos ao verbo, o que, por si só, representa um desafio para uma estrutura sintática binária.

A ideia de que os argumentos selecionados semanticamente pelo evento eram projetados através de duas projeções irmãs do verbo não se sustentou por questões de assimetria e relações hierárquicas. Os primeiros trabalhos que tentam resolver essas questões, com base em dados do inglês, são os de Baker (1988) e Larson (1988). Baker (op. cit.) trata as ditransitivas com base na noção de *incorporação* e Larson através da proposta de um VP em camadas (*VP shells*). Para esta tese, as discussões teóricas relevantes sobre alternância dativa implicam em tomarmos como base a proposta da análise derivacional apresentada por Larson.

Vejamos novamente as sentenças fundamentais para a proposta de Larson:

(20) John sent a letter **to Mary**.

(21) John sent **Mary** a letter.

(Larson 1988:335)

Analisando primeiramente a PDC em (20), Larson (1988) postula que o verbo forma um constituinte com o complemento PP, não com o objeto direto. O OI, portanto, está no domínio do OD, mas não vice-versa. Para que seja possível fazer as previsões corretas a respeito da ordem linear dos constituintes, Larson propõe que esta estrutura é derivada de outra na qual o OI está mais baixo que o OD. Então, o OI forma um constituinte com V, excluindo o OD, como podemos verificar na representação abaixo:

(22)

(Larson 1988:343)

A respeito da DOC em (21), Larson (1988) assume que, apesar da irregularidade dessas construções em inglês, as mesmas mostram relações um tanto sistemáticas em línguas que têm, por exemplo, estruturas aplicativas. Nessas línguas, as PDCs e as DOCs apresentam uma alternância altamente produtiva, o que sugere uma relação derivacional entre elas (cf. Marantz 1984; Baker 1985). Logo, para o autor, esse fato indica que uma operação transformacional como a *alternância dativa* deve estar disponível desde o início da derivação.

Para dar conta da ausência da preposição nas DOCs em inglês, Larson propõe que esse OI sem preposição, aparece linearmente antes do OD, assumindo que a ordem DP DP é derivada da ordem DP PP, através de um movimento parecido com o que ocorre para a formação de passivas transitivas⁶. Nas DOCs, portanto, ocorre uma reanálise do V' e, por isso, a necessidade de um VP em camadas, como vemos na representação a seguir:

(Larson 1988: 353)

Para que essa reanálise ocorra, o predicado precisa ter um argumento não saturado, como podemos verificar na representação em (23), somente o V' mais baixo atende a essa condição. Assim, é este V' que vai atribuir Caso ao NP *a letter*. Por fim,

⁶ Uma vez que as DOCs e as passivas operam em domínios diferentes – VP e IP, respectivamente – em seu texto, Larson (1988) faz uma série de suposições para explicar as diferenças entre as duas construções quanto à voz verbal, presença ou ausência da frase adjunta, argumento externo ao VP e assinalamento de Caso abstrato.

como a preposição *to* é absorvida quando o objeto se concatena ao verbo, o autor afirma que essa operação é parecida com a incorporação proposta por Baker (1988).

Apesar do trabalho de Larson (1988) ter colaborado com as discussões sobre as estruturas ditransitivas e ser muito relevante para os estudos linguísticos sobre estrutura argumental, as representações não captam as diferentes interpretações da DOC e da PDC. Logo, apresentaremos na seção seguinte análises não derivacionais das construções ditransitivas.

1.2 A estrutura argumental das sentenças ditransitivas

Desde Marantz (1984), notou-se uma assimetria entre o licenciamento de sujeitos e de objetos, pois os objetos são argumentos do verbo licenciados pelo VP e os sujeitos não. A partir dessa constatação, Kratzer (1996) propôs o núcleo *Voice*, responsável pelo licenciamento do argumento externo em seu especificador. Assim, como o sujeito ocupa uma posição fixa na estrutura do evento, i.e. de argumento externo, assumiu-se que o seu significado pode ser derivado estruturalmente. O sentido do objeto, por outro lado, está acoplado fundamentalmente à semântica do verbo. Logo, a interpretação dos objetos não pode ser prevista apenas através da estrutura, pois depende do conteúdo lexical da raiz verbal (cf. Cuervo 2003:13).

No âmbito deste estudo, interessa-nos, particularmente, o argumento das ditransitivas que possui uma marcação especial de Caso. A literatura sobre o tema vem discutindo, há muito tempo, se esses argumentos têm significado estrutural como os argumentos externos, ou um significado idiossincrático como os argumentos internos. Assim, nessa seção faremos uma revisão dessas discussões a fim de situar a proposta que trarei para a representação das ditransitivas do PB nesta tese..

1.2.1 As peças sintáticas da estrutura argumental das línguas

Como discutido no primeiro capítulo, argumentos dativos acompanham uma grande variedade de tipos de verbos. Apesar disso, parece que esses argumentos não são requeridos pelos verbos, pois são um participante extra do evento. Por esse ponto de

vista, esses argumentos se parecem com os argumentos externos. Por outro lado, os mesmos têm diversos significados, assim como os argumentos internos. Logo, qual seria a melhor maneira de introduzir esse terceiro elemento na estrutura argumental da sentença? A partir de Marantz (1993), seguido por Pyllkkänen (2002, 2008) e Cuervo (2003), defende-se que os argumentos dativos, assim como os argumentos externos, não são selecionados pelo verbo. Dessa forma, os mesmos devem ser licenciados sintática e semanticamente por um núcleo especializado, como o núcleo aplicativo que licencia o DP dativo na posição de especificador.

A esse respeito, Cuervo (2003:16) chama a atenção para o fato da maioria dos verbos participarem de mais de um tipo de estrutura eventiva. Assim sendo, muitos verbos participam das chamadas “alternâncias de estrutura argumental”, como a alternância causativa e a dativa. Para sustentar a sua colocação, a autora apresenta os seguintes exemplos:

- (24) a. Willow drove fast.
b. Willow drove the truck to the store.
c. Willow drove her friends to the store.
- (25) a. The wind closed the gate.
b. The gate closed.

(Cuervo 2003:16)

A partir dessas sentenças, nota-se que tanto os argumentos considerados ‘nucleares’ como os argumentos tidos como ‘extras’ podem omitidos, como o objeto ‘the truck’ em (24 c) e o argumento externo em (25b). Desse ponto de vista, o licenciamento dos argumentos sujeito e objeto, assim como argumentos ‘extras’ do tipo beneficiário e possuidor, levantam questões semelhantes. Conclui-se, portanto, que se argumentos são licenciados como participantes de eventos, seu licenciamento depende do tipo de evento expresso pelo verbo.

Como Cuervo (2003) enfatiza, é importante estabelecer quais são as ‘peças sintáticas’ a serem consideradas para a discussão da arquitetura da estrutura argumental das línguas. Dentro da teoria de estrutura argumental de Hale & Keyser (1993), um argumento pode estabelecer uma relação com o núcleo na posição de seu especificador ou de seu complemento. Porém, se um argumento será projetado no especificador ou no

complemento depende das propriedades do núcleo que o licencia. Assim, dentro dessa teoria existem três tipos de núcleos:

- (26) a. Introdutor de evento: *little v*;
- b. Introdutores de argumento: *Voice* e Aplicativo;
- c. Raízes.

(Cuervo 2003:17)

Seguindo Hale & Keyser (1993), Harley (1995) e Marantz (1997), a autora assume que os verbos são formados por uma raiz lexical e um núcleo verbalizador. Porém, não são apenas os verbos (*v* + raiz) e os núcleos *Voice* e Aplicativo que podem licenciar argumentos, raízes também podem exercer essa função⁷. Seguindo Levin (1999), Cuervo (2003) assume que raízes podem licenciar argumentos semanticamente, pois só podem tomar um complemento que tenha significado lexical compatível com a semântica da raiz, mesmo que tal complemento não seja exigido ou licenciado pela estrutura do evento expresso pelo verbo, como, por exemplo, o argumento *the floor*, em (27) abaixo. Nos termos de Levin, o verbo *sweep* faz parte do grupo dos verbos transitivos não nucleares⁸ - daremos mais atenção a essa questão no Capítulo IV, quando trataremos o conceito de ditransitividade, com base em Cuervo (2010).

- (27) Leslie swept the floor.

(Levin 1999 *apud* Cuervo 2003:23)

1.2.2 Os núcleos aplicativos

As análises não derivacionais das construções ditransitivas dão conta dos contrastes interpretativos entre as DOCs e as PDCs bem como de suas propriedades estruturais, propondo que o verbo seleciona como seu complemento um destes três constituintes: um PP, um núcleo aplicativo ou uma *small clause* - através dos quais os

⁷ Existe disponível na literatura um grande número de trabalhos acerca das propriedades da raiz como determinadora ou não de argumentos (cf. Marantz 1997, 2001; Panagiotidis 2011, 2014), no momento apresento a discussão com base no conceito de raiz como pensado pela autora nesse seu trabalho de 2003, com base nos textos referenciados por ela.

⁸ *Non-core transitives*.

dois argumentos internos são licenciados. (Marantz 1993; Pesetsky 1995; Harley 2002; Pylkkänen 2002, entre outros).

Por esse viés, Marantz (1993) notou que, em línguas que possuem marca morfológica de dativo, alternâncias como a alternância dativa do inglês ocorrem normalmente, uma vez que a marca morfológica faz com que a presença de uma preposição seja redundante. Nesta seguinte, portanto, discutiremos com mais detalhes os núcleos funcionais aplicativos a fim de compreender o papel dos mesmos na estrutura argumental do evento.

A partir dos estudos sobre as línguas banto (cf. Alsina & Mchombo 1993), Marantz (1993) propõe a existência de núcleos aplicativos na estrutura argumental das sentenças ditransitivas. Essa noção é posteriormente ampliada por Pylkkänen (2002, 2008) e usada por muitos autores para tratar essas estruturas em diversas línguas (cf. Anagnostopoulou 2003; Cuervo 2003; Jeong 2006; Diaconescu & Rivero 2006; Torres Morais 2007; Pujalte 2009, entre outros).

A partir dos seguintes exemplos, Marantz (1993) retoma os fatos da alternância dativa:

(28) Elmer baked a cake **to Hortense**.

(29) Elmer baked **Hortense** a cake.

(Marantz 1993:121)

Sua proposta de análise difere da de Larson (1988) no sentido de ser uma abordagem não derivacional, nesses termos na PDC, exemplificada em (28), o argumento indireto do verbo é um PP, selecionado por uma preposição verdadeira, cuja representação é a seguinte:

(30) Estrutura ditransitiva preposicionada

(Adaptado Marantz 1993:120)

Por seu lado, na construção de objeto duplo (DOC), exemplificada em (29), o autor propõe além de *Voice*, um V lexical, um núcleo adicional introdutor de argumentos, o núcleo aplicativo, descrito pela primeira vez nas línguas banto (cf. Alsina & Mchombo 1993). Logo, a representação da DOC seria nos moldes de (31):

(31) Construção de Objeto Duplo

(Marantz 1993: 120)

Como nas línguas banto os aplicativos são afixos que adicionam um argumento ao verbo, a ideia central de Marantz é de que o aplicativo é um elemento que toma um predicado de eventos como seu argumento e introduz um argumento que é tematicamente relacionado ao evento descrito pelo verbo. Os núcleos aplicativos são,

O núcleo funcional aplicativo, portanto, é uma das formas de adicionar um objeto indireto à estrutura argumental de uma língua. Considerando a semântica das construções aplicativas, Pylkkänen (2002, 2008) traz uma nova abordagem para esses núcleos. De acordo com a autora, essas construções aplicativas parecem ter significados semelhantes em diversas línguas, porém, suas propriedades sintáticas diferem. Tanto inglês como chaga, por exemplo, possuem construção de objeto duplo com um argumento cuja leitura semântica é a de beneficiário, porém em chaga esse argumento pode aparecer com um verbo inergativo (35), já em inglês essa construção é agramatical (33):

(32) I baked a cake.
I baked **him** a cake.

(33) I ran.
*I ran **him**.

(34) N- ä - ä - lyì - í - à *m-kà* k-élyá.
FOC - 1sg - PRES - eat - **APPL** - FV *1-wife* 7-food
'He is eating food for his *wife*'

(35) N- ä - i - zrìc - í - à *mbùyà.*
FOC - 1sg - PRES - eat - **APPL** - FV *9-friend*
'He is running for a *friend*'

A partir das considerações acima, Pylkkänen (2002, 2008) incorpora fatores semânticos à análise de Marantz (1993) e aponta que as semelhanças entre as construções benefactivas do inglês e do chaga são apenas aparentes, pois em chaga o núcleo aplicativo estabelece uma relação entre um indivíduo e o evento descrito por VP, enquanto em inglês, o núcleo aplicativo relaciona um indivíduo ao objeto direto. A

partir desses fatos, a autora propõe dois tipos de aplicativos – *o aplicativo baixo e o alto*.

As sentenças em (34) e (35), portanto, mostram que o elemento aplicado é o beneficiário do evento denotado pelo verbo e este não estabelece nenhuma relação com o argumento tema. Em (34), por exemplo, o sujeito *ele*, comeu a comida ao invés da sua esposa, ou seja, realizou o evento em seu lugar. Essas sentenças nos termos de Pylkkänen são um exemplo de *aplicativo alto*, pois tanto o núcleo *Voice*, introdutor do argumento externo (cf. Kratzer 1996), como o núcleo aplicativo proposto por Marantz (op. cit.) estão acima do VP:

(36) Aplicativo Alto (chaga)⁹

(Pylkkänen 2008:14)

O núcleo aplicativo alto é muito parecido com *Voice*, pois apenas adiciona um novo participante ao evento descrito pelo verbo. Esse tipo de núcleo relaciona o DP aplicado ao evento VP, ou seja, denota uma relação entre um evento e um indivíduo. Em chaga, por exemplo, a construção com esse núcleo aponta que o elemento aplicado é o beneficiário do evento denotado pelo verbo e não estabelece relação alguma com o elemento interpretado como tema.

Essa interpretação não é possível em inglês, pois em uma sentença como (32) não há como pensar que ‘eu’ fiz um bolo para ‘ele’ porque ‘ele’ não poderia fazer.

⁹ Em sua representação do aplicativo alto, Pylkkänen (2008:14) usa as palavras em inglês no lugar da sentença em chaga. Uma vez que estou apresentando essa construção a título de ilustração do aplicativo alto, optei por manter fielmente a árvore sintática da autora que representa a estrutura de aplicativo alto do chaga com palavras em inglês.

Nesse caso, a única interpretação possível é a de que ‘eu’ fiz o bolo para ‘ele’ comer, ou seja, para ele se beneficiar da minha ação. Há uma intenção implícita que ‘ele’ deve receber o bolo. Por isso, essa relação não pode ser expressa por um aplicativo alto, mas sim pelo que a autora chama de aplicativo baixo.

Os argumentos introduzidos por um aplicativo baixo, além disso, não têm nenhuma relação semântica com o evento. Esse núcleo funcional tem o papel de relacionar dois argumentos DPs, tais como o OD e o OI, que expressam necessariamente uma relação de transferência de posse entre eles, como explicitado no parágrafo anterior. Logo, o objeto indireto é um recipiente intencional do objeto direto. Portanto, para Pylkkänen as DOCs do inglês são exemplos de construções de aplicativo baixo, como podemos verificar na representação abaixo:

(37) Aplicativo Baixo (inglês)

(Pylkkänen 2008:14)

Dentro do conceito de aplicativo baixo, a autora os divide em dois tipos: *aplicativo baixo – to* e *aplicativo baixo – from*. O primeiro é uma construção na qual o OI é interpretado como *alvo*¹⁰. O segundo é aquele no qual a leitura semântica do argumento é de *fonte*. Logo, o aplicativo baixo tem a função de relacionar um argumento *recipiente* ou *fonte* ao argumento *tema* (OD).

Em relação aos aplicativos baixos, Cuervo (2003) propõe um terceiro tipo em seu trabalho. Segundo a autora, há em espanhol uma construção aplicativa com

¹⁰ Pylkkänen generaliza os papéis de *alvo* e *beneficiário* como *recipiente*, cuja interpretação se dá através do *aplicativo baixo – to*.

interpretação estativa. Assim, ela expande os aplicativos baixos de Pylkkänen, incluindo o *aplicativo baixo-at*, como veremos na seção a seguir.

1.2.2.1 Os núcleos aplicativos em espanhol

Cuervo (2003), com base nas propostas anteriores de Masullo (1992) e Demonte (1995) e na discussão sobre núcleos aplicativos de Pylkkänen (2002, 2008), argumenta que o espanhol faz parte do inventário de línguas que apresenta alternância dativa, como podemos verificar nos exemplos abaixo:

(38) Pablo mandó **a Gabi** un diccionario.

(39) Pablo **le** mandó **a Gabi** un diccionario.

(Cuervo 2003: 35/36)

O exemplo (38) é uma PDC, pois na falta do clítico, não há um argumento dativo e, sim, um PP introduzido pela preposição *a*. Logo, nesse caso, a preposição *a* é uma preposição plena, não somente marcadora de Caso, como ocorre nas construções de objeto duplo DOC:

(40) Estrutura ditransitiva preposicionada:

(Cuervo 2003:51)¹¹

¹¹ Chamo a atenção para o fato da própria autora não colocar etiqueta na categoria selecionada pela raiz nessa representação, como mostrado na árvore sintática em (40). Acredito, contudo, que a proposta que

Nessas construções, além disso, a autora mostra que os testes de ligação, escopo e cruzamento fraco indicam que o tema está mais alto que o *a*-DP.

Já a sentença (37) é uma construção de objeto duplo caracterizada por um DP dativo – ‘a Gabi’ – necessariamente redobrado pelo clítico. Na análise de Cuervo, uma vez que o núcleo aplicativo é responsável por licenciar sintática e semanticamente o argumento dativo, é ele que atribui Caso dativo inerente ao argumento que licencia.

Esse clítico tem os mesmos traços de número e pessoa do DP introduzido pela preposição marcadora de Caso dativo. O clítico redobrado, portanto, é o *spell-out* do núcleo aplicativo, pois ele é responsável por lexicalizar os traços de número e pessoa do DP licenciado na posição de especificador deste núcleo:

(41)

(Cuervo 2003: 52)

Na estrutura acima, a projeção applicativa é o complemento da raiz verbal, o argumento dativo é licenciado como o especificador do núcleo aplicativo e o OD como seu complemento. Essa posição abaixo da raiz verbal denota o núcleo aplicativo baixo e expressa a relação de posse entre os argumentos internos. Além disso, essas estruturas compartilham com as DOCs do inglês uma propriedade sintática fundamental: o *alvo/ recipiente* está estruturalmente mais alto que o objeto *tema*. Apesar da linearidade aparentar o contrário, o dativo c-comanda o objeto tema como confirma a autora em seu trabalho, através dos testes de ligação, escopo e cruzamento fraco.

trago de uma projeção pP para as ditransitivas do PB também possa ser utilizada para o espanhol. Porém, deixarei essa discussão para trabalhos futuros.

O clítico e sua posição demonstram, portanto, que ele se liga ao tema. Dessa forma, os argumentos dativos redobrados em espanhol são DPs, não PPs, e o elemento *a* é um marcador de Caso e não uma preposição verdadeira. Em espanhol, essa relação é muito clara, porque sempre que há um argumento dativo redobrado pelo clítico. Por outro lado, quando não há um clítico, temos um PP introduzido pela preposição plena *a*.

De acordo com Pytkänen (2002, 2008), o núcleo aplicativo baixo sempre expressa uma relação dinâmica e direcional de transferência de posse na qual o argumento aplicado, ou seja, o DP dativo é interpretado como recipiente (*Appl-to*) ou fonte (*Appl-from*) do DP *tema*. Uma das inovações do trabalho de Cuervo, portanto, é mostrar que essa relação não precisa ser necessariamente dinâmica. Dessa forma, a autora propõe um terceiro tipo de aplicativo baixo, o *aplicativo baixo – at*, responsável pela expressão estática entre dois indivíduos, na qual o DP dativo é interpretado como possuidor do tema, como nos exemplos a seguir:

(42) Pablo **le** besó la frente **a** Valeria.

(43) Pablo **le** admira la paciencia **a** Valeria.

(Cuervo 2003:73)

Através dessas constatações, percebemos que a interpretação do argumento aplicado como *recipiente*, *fonte* ou *possuidor do tema* depende em parte do significado do verbo e em parte de fatores pragmáticos. A autora, então, ressalta que o argumento dativo possuidor é gerado na mesma posição dos outros dativos exemplificados anteriormente, porém, nesse caso, não há relação de transferência dinâmica entre os argumentos. Esse é, portanto, o caso de verbos que, apesar de dinâmicos, não expressam transferência como - *lavar* e *beijar* - e verbos estativos como - *admirar* e *invejar*.

O argumento central de Cuervo (2003:52), portanto, é que nas construções de objeto duplo do espanhol, o núcleo aplicativo não é nulo como em inglês, pois o seu *spell-out* é o clítico dativo. Como explicitado na seção anterior, nas línguas banto que expressam essa categoria morfológicamente, o aplicativo é um afixo verbal. Logo, o fato de o espanhol apresentar um clítico com a mesma função, o torna similar a essas línguas. Por outro lado, espanhol é diferente das mesmas, pois o núcleo aplicativo varia dependendo dos traços do DP em que é licenciado em seu especificador. Segundo Cuervo (op. cit.), outros autores já abordaram os clíticos de línguas românicas como *spell-out* de categorias funcionais (cf. Folli & Harley 2003). De fato, veremos na seção

seguinte que a relação entre o clítico e a expressão morfológica do núcleo aplicativo é a chave para a argumentação de que o romeno (cf. Diaconescu & Rivero 2006) e português europeu (cf. Torres Morais 2007) também apresentam alternância dativa como inglês e espanhol. Além disso, o fato do PB estar perdendo seus clíticos é um dos argumentos fundamentais para sustentar a hipótese de que essa variante não apresenta alternância dativa.

1.2.2.2 Os núcleos aplicativos em romeno

De acordo com os estudos de Diaconescu & Rivero (2006), romeno é outra língua românica que apresenta alternância dativa. Segundo as autoras, o romeno também possui uma construção de objeto duplo assinalada pelo redobro do clítico dativo, como em espanhol (44), em paralelo a uma construção ditransitiva preposicionada, na qual não há o clítico dativo redobrando o argumento alvo (45):

- (44) Mihaela **îi** trimite **Mariei** o scrisoare.

Mihaela DAT.CL manda Maria.DAT uma carta

‘Mihaela sends Mary a letter’

- (45) Mihaela trimite **Mariei** o scrisoare.

Mihaela manda Maria.DAT uma carta

‘Mihaela sends a letter to Mary’

(Diaconescu & Rivero 2006:2)

Seguindo as afirmações de Cuervo (2003) sobre o espanhol, Diaconescu & Rivero (2006) reafirmam que o redobro do clítico em romeno também não é algo opcional, pois as estruturas com ou sem redobro apresentam propriedades distintas. Para as autoras, as DOCs do romeno também são construções aplicativos, levando em conta que nesse tipo de construção o verbo carrega um morfema específico que licencia um argumento *non-core* que sem isso não seria entendido como parte da estrutura argumental do verbo. No caso do romeno, o dativo em (44) é a marca morfológica da DOC e sua construção apresenta o núcleo aplicativo baixo, uma vez que há uma transferência de posse entre o OD *tema* e o OI *alvo*.

Além de apresentar alternância dativa, o fato mais relevante sobre o romeno segundo as autoras é que, diferentemente do espanhol e do grego (cf. Anagnostopoulou 2003), esse idioma possui quatro construções ditransitivas distintas que apresentam um objeto *tema* acusativo, mas a expressão do seu argumento indireto *alvo* pode variar. Ele pode ser redobrada por um clítico (46) ou não (49), ser um dativo morfológico (47) ou estar precedido por uma preposição (50). Vejamos em primeiro lugar, os dois tipos de DOCs:

(46) **Dative clitic doubled MDative constructions**

Mihaela **îi** trimite **Mariei** o scrisoare.

Mihaela DAT.CL manda Maria.DAT uma carta

‘Mihaela sends Mary a letter’

(Diaconescu & Rivero 2006:9)

Esse tipo de DOC é a construção padrão da língua, cuja representação é de aplicativo baixo. Por outro lado, a construção em (47) não faz parte da gramática de todos os falantes, segundo as autoras. Como podemos perceber, essa estrutura apresenta uma preposição marcadora de Caso, similar a preposição *a* do espanhol que também é uma marcadora *dummy* de Caso nas DOCs da língua:

(47) **Dative clitic doubled P dative constructions**

Mihaela **îi** trimite **la Mariei** o scrisoare.

Mihaela DAT.CL manda para Maria uma carta

‘Mihaela sends Mary a letter’

(Diaconescu & Rivero 2006:14)

A sentença em (47) é, portanto, igualmente considerada uma DOC, pois apresenta o clítico dativo que é o do núcleo aplicativo assim como proposto por Cuervo (2003) para o espanhol. Apresento a seguir a estrutura aplicativa proposta pelas autoras:

(48)

(Diaconescu & Rivero 2006:21)

Assim como Cuervo afirma para o espanhol, segundo Diaconescu & Rivero (2006:24) o diagnóstico crucial para a abordagem aplicativa das DOCs do romeno é a presença ou ausência do clítico dativo nessas estruturas.

Além das duas DOCs, romeno também apresenta dois tipos de PDCs. A primeira consiste no DP *alvo* sendo marcado morfológicamente como dativo:

(49) **Bare morphological dative or Mdative constructions**

Mihaela trimite **Mariei** o scrisoare.

Mihaela manda Maria.DAT uma carta

‘Mihaela sends a letter to Mary’

(Diaconescu & Rivero 2006:8)

No segundo caso, o elemento *alvo* é introduzido por uma preposição, (cf.48). É interessante ressaltar que, fora do contexto das ditransitivas, a preposição *la* tem um uso direcional, assim como o *para* do português em alguns contextos da língua

(50) **Bare prepositional dative or Pdative constructions**

Mihaela trimite **la Maria** o scrisoare.

Mihaela manda para Maria a carta

‘Mihaela sends a letter to Mary’

(Diaconescu & Rivero 2006:11)

Como já discutido, nas PDCs, o DP *tema* c-comanda o DP *alvo*, em constraste com o que ocorre nas DOCs. Nas PDCs do romeno, o dativo morfológico *Mariei* em (47) e o sintagma preposicional com *la*, em (48), têm propriedades de ligação parecidas e, portanto, estabelecem as mesmas relações dentro de uma oração. Por essas razões, as autoras argumentam que as duas construções são PDCs, cuja representação é a seguinte:

(51)

(Diaconescu & Rivero 2006:23)

Apesar de as autoras não discutirem esse ponto em particular em seu texto, podemos notar que a representação do PP em (49) é diferente da proposta de representação de Cuervo (2003) para a PDC do espanhol. Diaconescu & Rivero (op. cit.) representam o OD *tema* no especificador do núcleo PP e o elemento *alvo* em seu complemento com a preposição em seu núcleo. Essa representação é muito semelhante à proposta por Harley (2002), para as ditransitivas do inglês. Porém o que mais nos interessa em relação a essa representação das PDCs do romeno, é o fato de o núcleo funcional preposicionado estabelecer uma relação entre os dois argumentos internos do verbo e somente depois, essa relação ser selecionada pela raiz verbal. Como veremos no Capítulo IV, essa análise está de acordo com a hipótese sobre as ditransitivas de Cuervo (2010) e é o passo inicial para a minha proposta de uma projeção pP, responsável por estabelecer esse tipo de relação entre os argumentos internos das construções ditransitivas.

1.2.2.3 Os núcleos aplicativos em português europeu

Assim como o espanhol e o romeno, Torres Morais (2007) afirma que o português europeu faz parte do conjunto de línguas que apresenta alternância dativa, pois possui dois tipos de estruturas sintáticas no âmbito das sentenças ditransitivas: a DOC e a PDC. A construção de objeto duplo é caracterizada pela presença de um sintagma preposicionado *a*-DP, cuja preposição é um elemento *dummy*, marcador de caso dativo inerente. Já na construção ditransitiva preposicionada, o OI é um PP introduzido por uma preposição com conteúdo semântico. Seguindo Cuervo (2003), o ponto crucial para afirmar que o PE possui núcleo aplicativo é a alternância obrigatória do DP introduzido pela preposição *a* e o clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)*. Como podemos verificar nos exemplos abaixo:

- (52) O José enviou uma carta **à Maria** / enviou-lhe uma carta.
- (53) A Maria fez um jantar **aos convidados** / fez-lhes um jantar.
- (54) O José roubou o relógio **ao Pedro**/ roubou-lhe o relógio.
- (55) O Pedro lavou as mãos **ao filho**/ lavou-lhe as mãos.
- (56) O José admirou a paciência **à Maria**/ admirou-lhe a paciência.

(Torres Morais 2007: 52)

A agramaticalidade das sentenças abaixo demonstra que os clíticos dativos não podem alternar com complementos preposicionados, que não podem ser introduzidos por aplicativos:

- (57) a. O João gosta da Maria.
a' *O João **lhe** gosta.
- b. O João pensa na Maria.
b' * O João **lhe** pensa.
- c. Os turistas assistiram à opera.
c' *Os turistas **lhe** assistiram.

(Torres Morais 2007: 92)

A partir dos exemplos listados de (52) a (56), verificamos que o PE também possui os três tipos de aplicativos baixos propostos por Cuervo (2003): o *aplicativo baixo – to*, cuja interpretação do OI é de *alvo / beneficiário*; *aplicativo baixo – from* cuja interpretação do OI é de *fonte*, com verbos ditransitivos dinâmicos direcionais, como: dar, mandar, enviar, cozinhar, desenhar, fazer, roubar, etc; e, por fim, o *aplicativo baixo – at*, com os verbos ditransitivos dinâmicos não direcionais, como: *beijar e lavar* e verbos estativos - *invejar e admirar*.

Como já exposto para o espanhol, no caso do *aplicativo baixo-at*, também há uma relação de posse, necessária para a configuração de uma estrutura aplicativa. Essa relação de posse, no entanto, é estática e não dinâmica, uma vez que o objeto aplicado é entendido como possuidor inerente do tema. A semântica desse núcleo é a mesma dos outros aplicativos baixos, mas ao invés de *to* ou *from*, seu significado é relacionado à preposição *at*, o que enfatiza a relação estática de posse entre o OI e o OD.¹²

O PE se diferencia do espanhol pelo fato de não apresentar redobro categórico do clítico nas estruturas ditransitivas. Torres Morais (2007) afirma que a questão do redobro está relacionada à natureza diferenciada dos clíticos nas duas línguas. Como vimos na seção anterior, o núcleo aplicativo em espanhol é lexicalizado através do redobro do clítico, já em português esse núcleo é nulo fonologicamente.

Na estrutura de objeto duplo em PE, portanto, o núcleo aplicativo licencia o argumento dativo em seu especificador e o relaciona ao argumento tema. Assim, o argumento dativo recebe Caso inerente da preposição *dummy a*, na própria posição em que é gerado (cf. Torres Morais & Salles 2010). Esse argumento *a*-DP, como vimos nos exemplos de (52) a (56), sempre pode ser substituído por clíticos dativos que são, conseqüentemente, gerados como argumentos, por isso não há redobro nessas sentenças, como há em espanhol. A principal característica da alternância dativa em PE, portanto, é a possibilidade do DP preposicionado da DOC alternar com os clíticos dativos.

Abaixo apresento a estrutura proposta pela autora para a construção de objeto duplo:

- a. Estrutura de objeto duplo/estrutura aplicativa: *aplicativo baixo – to*

¹²Como explicitado anteriormente, apesar da relevância desses exemplos, esses casos em PB não serão analisados nesta tese.

(Torres Morais 2007:175)

(59) Dativo de posse dinâmica: *aplicativo baixo – from*

(60)

(Torres Morais 2007:140)

Em relação à PDC, Torres Morais (op. cit.) propõe que o DP tema c-comanda assimetricamente o DP complemento da preposição. Nesse caso, a preposição que acompanha o complemento é uma verdadeira preposição com conteúdo semântico, introduzida na estrutura argumental por um PP, como podemos verificar na estrutura abaixo:

(61) Estrutura ditransitiva preposicionada

(Torres Morais 2007: 108)

É importante ressaltar que a interpretação dessas estruturas preposicionadas está relacionada à preposição que introduz o PP e aos diversos significados da raiz verbal, nos termos da proposta de Cuervo (2003). Com verbos de movimento, por exemplo, é possível usar em PE tanto a preposição *a* como a preposição *para*, porém a interpretação das sentenças é diferente de acordo com a preposição que introduz o OI. Quando a preposição *para* introduz um complemento [+humano], como em (61), a relação que se estabelece entre OD e OI é menos direta que a representada na construção equivalente com a preposição *a* (62), ou seja, em (61), temos que o DP ‘Maria’ foi beneficiado do ato de alguém ter enviado a carta, portanto, alguém realizou essa ação no lugar dela.

(62) O José enviou uma carta **para a Maria**.

(63) O José enviou uma carta **à Maria**/ enviou-lhe uma carta.

(Torres Morais 2007:96)

Há, ainda, o caso dos locativos, com os quais apenas a introdução com a preposição *para* é possível:

(64) a. O José enviou uma carta **para Lisboa**.

b. *O José enviou uma carta **à Lisboa**.

(Torres Morais 2007:96)

As diferentes interpretações obtidas nas DOCs e nas construções preposicionadas, portanto, dependem de características particulares dos verbos em relação à orientação do movimento. Esse fato fica ainda mais evidente nos exemplos abaixo, pois somente a orientação direta presente na DOC é possível. Logo, as construções com a preposição plena *para* são agramaticais nesses contextos:

- (65) a. O José atribuiu uma tarefa **aos alunos/ atribuiu-lhes** uma tarefa.
b.*O José atribuiu uma tarefa **para os alunos**.
- (66) a. O José devolveu o dinheiro **aos clientes/ devolveu-lhes** o dinheiro.
b.*O José devolveu o dinheiro **para os clientes**.
- (67) a. O José distribui esmolas **aos pobres/ distribui-lhes** esmolas.
b. *O José distribui esmolas **para os pobres**.
- (68) a.O José emprestou o carro **ao Pedro/emprestou-lhe** o carro.
b.*O José emprestou o carro **para o Pedro**.¹³

(Torres Morais 2007: 100)

Outro exemplo com os verbos *fornecer/oferecer* deixa clara a necessidade de uma relação direta de transferência nas construções de objeto duplo, pois quando o argumento preposicionado é introduzido por *para* (68b), a interpretação é que a ajuda dada aos flagelados não poderá ser direta, ao contrário do que acontece na DOC (68a):

- (69) a.O José forneceu/ofereceu ajuda **aos flagelados da seca/ofereceu-lhes** ajuda.
b. O José forneceu/ofereceu ajuda **para os flagelados da seca** através da ONU.

(adaptado Torres Morais 2007:101)

Conclui-se, portanto, que os argumentos dativos presentes nas DOCs em PE têm significados estruturais, pois são introduzidos na sintaxe por núcleos aplicativos que expressam a noção de transferência de posse. Essa interpretação é fundamental para entendermos que esses argumentos estão relacionados semanticamente entre si, uma vez

¹³ Chamo atenção para o fato dessas construções serem perfeitamente gramaticais em PB.

que eles se comportam como se formassem um único constituinte. Já em uma sentença ditransitiva preposicionada, esta interpretação pode ser construída, ao mesmo tempo que está subordinada a uma interpretação direcional ou locativa instanciada pela preposição plena que introduz o argumento indireto. Assumo, nesta tese, que foi a partir desse contexto que o PB reanalisou a preposição *para* e a expandiu para os contextos em que somente a preposição *a* era utilizada em PE e PB histórico.

1.2.2.3.1 O redobro do clítico em PE

Outro ponto utilizado por Torres Morais (2007) para sustentar o fato de o argumento preposicionado ser um *a*-DP e não um PP é o redobro do clítico em alguns contextos dativos do PE. Esse fenômeno ocorre apenas nos casos em que o DP dobrado é um pronome forte, não um clítico, ou seja, o DP lexical não pode ser redobrado pelo clítico. Além disso, é necessário que se atribua às formas pronominais dobradas uma interpretação contrastiva:

- (70) a. *Pedi **a ele** que me enviasse os arquivos.
b. Pedi-lhe que me enviasse os arquivos.
c. Pedi-lhe **a ele** que me enviasse os arquivos (...a ele, não a ela ...).
- (71) a. O João deu-lhe um computador.
b. *O João deu **a ele** um computador.
c. O João deu-lhe um computador **a ele** (não a ela...).

(Torres Morais 2007:105)

O fato das expressões *a ele(s)*, *a ela(s)* estabelecerem, portanto, uma relação anafórica com o clítico *lhe(s)* é mais uma evidência de que o argumento preposicionado não é um PP e sim um *a*-DP. Essa relação anafórica mostrada acima não pode ocorrer com a preposição *a*, nem com a preposição *para*, quando as mesmas têm sentido direcional, ou quando são lexicalmente requeridas pelo verbo, como nos exemplos abaixo:

- (72) a. Os turistas assistiram **à opera**.
 b. Os turistas assistiram **a ela**.
 c. * Os turistas assistiram-lhe **a ela**.
- (73) a. O José renunciou **à Maria**.
 b. José renunciou **a ela**.
 c. *O José renunciou-lhe **a ela**.
- (74) a. O José comprou um livro **para a Maria**.
 b. O José comprou um livro **para ela**.
 c. *O José comprou-lhe um livro **para ela**.

(Torres Morais 2007: 105/106)

Quando há redobro, temos necessariamente uma DOC, quando não, a estrutura é uma PDC, pois nesses casos as preposições *a* e *para* têm conteúdo semântico e não são marcadoras de Caso dativo. Assim sendo, fica estabelecido que não existe uma relação anafórica entre o clítico e a frase introduzida por uma preposição de conteúdo lexical.

A seguir, apresentaremos alguns trabalhos sobre as estruturas ditransitivas do PB. Veremos que essas análises, assim como a minha, partem das análises apresentadas para o inglês, espanhol e, principalmente, para o PE.

1.3 O PB e o núcleo aplicativo

Como vimos nas seções anteriores, diversos autores argumentam que o inglês, o espanhol, o romeno e o PE apresentam o fenômeno da alternância dativa e, portanto, possuem uma estrutura de objeto duplo na qual um dos argumentos é introduzido por um núcleo funcional aplicativo. Questionaremos nesta seção, se o PB igualmente possui esse tipo de núcleo funcional.

De acordo com Armelin (2011), o PB também faz parte do conjunto de línguas que possui o núcleo aplicativo em sua estrutura argumental. O principal argumento da autora é o fato de os OI em sentenças ditransitivas com verbos de transferência e

movimento poderem ser introduzidos tanto pela preposição *a* como pela preposição *para*, como verificamos nos exemplos a seguir:

(75) O João deu o livro **ao / para o Pedro.**

(76) O professor comunicou a notícia **ao / para o diretor.**

(Armelin 2011:25)

O ponto fundamental de sua argumentação são os dados do português da zona da mata mineira (PBM), no qual ocorre um fato interessante em comparação a outras variantes do território brasileiro. Nesse dialeto, é possível a omissão da preposição introdutora do objeto indireto (cf. Scher 1996)¹⁴:

(77) O João deu o livro **o Pedro.**

(78) O professor comunicou a notícia **o diretor.**

(Armelin 2011:26)

Segundo Scher (op. cit.), a ausência da preposição só ocorre quando a preposição *a* é uma das opções para introduzir o argumento indireto nessas construções. Lembrando que as preposições *a* e *para* denotam a leitura de *alvo* enquanto somente *para* pode instanciar a semântica de *beneficiário*. Assim, a autora argumenta que a preposição só pode ser omitida em PBM quando a semântica do elemento é a de *alvo*. Se o argumento apresenta o sentido de *beneficiário*, a preposição *para* aparece obrigatoriamente, ou seja, não pode ser omitida e, além disso, a alternância com *a* não é possível:

(79) O João construiu a casa ***ao / para o Pedro.**

(80) ***O João construiu a casa o Pedro.**

(Armelin 2011:26)

Seguindo o estudo de cunho lexical de Pujalte (2009) sobre as estruturas ditransitivas do espanhol, Armelin (op. cit.) afirma que os argumentos introduzidos por *a* ou *para* com leitura de *alvo*, seriam os verdadeiros dativos argumentais nas sentenças

¹⁴Outros trabalhos mostraram que a omissão da preposição também é possível em PB, em outras regiões em outros contextos (cf. Gomes 2003).

ditransitivas, pois a presença desses elementos fica subentendida mesmo quando omitidos da sentença. Segundo a autora, isso indicaria que os mesmos fazem parte da semântica da raiz verbal, como nos exemplos abaixo em espanhol (80) e em PB (81):

- (81) Juan entrego comida *e* en la casa de María. (*e* = a alguém)
(Pujalte 2009:26)

- (82) João entregou comida *e* na casa da Maria. (*e* = a alguém)
(Armelin 2011:98)

A esse respeito, regressemos aos exemplos do PBM. Como apenas as estruturas que podem ser realizadas tanto com *a* como com *para* permitem que a preposição seja omitida, Armelin propõe que essa seria uma evidência de que a preposição *a* é a verdadeira introdutora de argumentos na estrutura.

As sentenças verdadeiramente ditransitivas em PB, portanto, teriam a estrutura de aplicativo baixo, denotando uma relação de posse entre os dois argumentos internos do verbo, nos moldes de Pylkkänen (2002, 2008), como postulado para o espanhol (Cuervo 2003) e para o PE (Torres Morais 2007). Logo, o argumento indireto introduzido por *a* ou *para* com leitura interpretativa de *alvo* seria introduzido na estrutura argumental como complemento do núcleo aplicativo. Nesses casos, as preposições *a* e *para* seriam o núcleo da projeção aplicativa e teriam o papel de atribuir caso dativo ao seu complemento, assim como Cuervo (2003) postula para o espanhol:

- (83) A Maria entregou o livro **ao / pro João**. → Leitura de Transferência de Posse
alvo

(Armelin 2011:139)

(84) A Maria entregou o livro **ao Pedro para o João**
alvo beneficiário

Uma vez que o *beneficiário do evento* pode ser adicionado a qualquer tipo de verbo, esse elemento, portanto, não formaria um constituinte sintático com o OD, nesses casos o OI e o OD deveriam ser interpretados separadamente. Logo, não há a necessidade de um núcleo funcional especializado que licencie a introdução desse beneficiário. Desse modo, Armelin propõe que uma forma de captar a semântica de aplicativo alto, seria inseri-los na estrutura argumental através do processo de adjunção,

como vimos na estrutura em (83), pois esses elementos são, na verdade, adjuntos e, portanto, não fazem parte da estrutura argumental do verbo. Sendo assim, os exemplos (84) e (85) a seguir com o verbo de criação *construir* não são contextos verdadeiramente ditransitivos, por isso a projeção applicativa não está presente:

- (85) A empresa construiu a casa **para o João**
beneficiário do evento

(Armelin 2011:141)

- (86) A empresa construiu a casa **para o João**
beneficiário do tema

(Armelin 2011:142)

No exemplo (84), ‘João’ é o beneficiário do evento, desse modo a casa foi construída pela empresa no lugar do João, ou seja, a interpretação desse argumento indireto é equivalente à gerada pela preposição *por* ‘A empresa construiu a casa pelo João’. De qualquer forma, a semântica de transferência de posse se mantém, porém o argumento indireto denota uma leitura interpretativa que a autora chama de *alvo - beneficiário*. Veremos no último capítulo deste trabalho, contudo, que é possível representar sentenças como (84) sem a necessidade de um mecanismo como o da adjunção para inserir o OI da sentença. Assim, com base em novos desdobramentos sobre os núcleos introdutórios de argumentos (cf. Marantz 2009, 2013, por exemplo), discutirei que as próprias preposições lexicais do PB podem ser responsáveis por estabelecer a relação entre o OD e o OI das sentenças ditransitivas dessa variante.

1.3.1 O PB possui núcleos aplicativos?

Como vimos anteriormente, o inglês, o espanhol, o romeno e o PE fazem parte do conjunto de línguas que apresentam a chamada alternância dativa, pois possuem duas estruturas sintáticas para as suas sentenças ditransitivas - uma construção aplicativa (DOC) e outra preposicionada (PDC). Como discutido, na construção de objeto duplo em inglês, a preposição é nula. Já nas línguas românicas analisadas, a preposição que introduz o argumento indireto nas ditransitivas tem um estatuto funcional, pois a mesma é apenas marcadora de Caso dativo. Ademais, um fator fundamental para a argumentação da existência de um núcleo aplicativo nessas línguas é a presença do clítico dativo como núcleo da projeção aplicativa em espanhol e em romeno, e como alternativa ao argumento preposicionado em PE que se encontra, nessa variante, na posição de especificador do aplicativo. Dessa forma, assumo, com os respectivos autores, que o núcleo aplicativo nessas línguas tem necessariamente expressão morfológica através do seu respectivo clítico dativo (cf. Cuervo 2003; Diaconescu & Rivero 2006; Torres Morais 2007).

Como apontado na seção anterior, uma das bases de Armelin (2011) para a sua argumentação de que PB possui núcleo aplicativo baixo é o fato do argumento indireto com leitura semântica de *alvo* poder ser introduzido tanto pela preposição *a* como *para*. Além disso, nesses casos, a preposição pode ser nula na variante falada na zona da mata de Minas Gerais (cf. Scher 1996). Segundo Armelin (op. cit.), a preposição presente

nessas construções, seria apenas um marcador de Caso, como as preposições nas outras línguas românicas mencionadas. Desse modo, a autora conclui que quando o argumento é introduzido por *para*, podendo alternar com *a*, em PB, um núcleo aplicativo é introduzido na sua estrutura argumental a fim de introduzir os dois argumentos da sentença ditransitiva, como mostrado anteriormente.

Assim, apesar da autora concordar que o PB não participa do fenômeno da alternância dativa, pois não possui dois tipos de estruturas ditransitivas em seu inventário – a DOC e a PDC – como as outras línguas apresentadas, discutirei com mais detalhes no último capítulo desta tese que a interpretação semântica das sentenças – fato também fundamental para que Armelin (op. cit.) assumira núcleos aplicativos em PB – pode ser depreendida através das preposições introdutoras de argumentos nessas sentenças, pois as mesmas são perfeitamente capazes de estabelecer a relação entre o OD e o OI presente nessas construções do PB.

Ademais, Armelin (op. cit.), não leva em consideração o fato do PB estar perdendo a expressão morfológica do núcleo aplicativo - o clítico dativo *lhe(s)*. Como veremos no Capítulo 3, esta perda se confirma nos dados colhidos para esta tese. Assim, sabe-se que os falantes de PB vêm historicamente, como veremos com mais detalhes nos capítulos que se seguem, deixando de utilizar esse elemento como alternativa ao OI preposicionado. Novamente, esse fato assinala a perda das características morfológicas de caso dativo em PB (cf. Torres Morais & Berlinck 2006, Torres Morais 2007, Torres - Morais & Salles 2010, Torres - Morais 2012).

Além disso, em PB, ao contrário do PE, a preposição *a* deixou de ser ambígua entre marcadora de Caso dativo e preposição verdadeira, como veremos com mais detalhes ao analisar o corpus deste trabalho. Sendo assim, o OI em PB - independentemente da preposição que o introduz - é sempre um argumento preposicionado, expresso por meio de sintagmas preposicionais. Logo, essa variante perdeu todas as propriedades que caracterizam as construções aplicativos das outras línguas românicas, pois além perda do clítico dativo *lhe*, houve a perda da preposição *dummy a*. Em PB, portanto, tanto a preposição *a* como a preposição *para* podem denotar a mesma interpretação ao argumento indireto dos verbos de transferência, movimento e de criação, no caso, a interpretação de *alvo/recipiente*. Além disso, como bem notou Armelin (2011), a preposição *para* também pode denotar a interpretação ao OI de *beneficiário*. Assim, argumento no Capítulo 4 desta tese que é a própria

preposição - *a* ou *para* - que deve ser responsável por estabelecer a relação presente entre os dois argumentos internos das sentenças ditransitivas.

Por seu lado, em seu estudo sobre as ditransitivas do PB, Moretti (2010) afirma que os elementos preposicionados apresentam somente a semântica de *recipiente* / *alvo* e nunca de *beneficiário*, pois com base no trabalho de Scher (1996) sobre o PBM, afirma que verbos tais como *desenhar*, *escrever* e *preparar* não apresentam a ordem V NP NP com a omissão da preposição, pois o elemento preposicionado que acompanha esses verbos é um adjunto, logo não é previsto pela semântica desses verbos.

Esse fato para a autora seria uma evidência de que quando a preposição *para* em PB tem o mesmo estatuto de *a* em PE ela também seria marcadora de Caso dativo. Assim, os argumentos de sentenças como (87) seriam complementos dativos e não oblíquos¹⁵, que inclusive alternariam com o clítico dativo *lhe(s)*, como podemos notar pelos exemplos da autora abaixo:

(87) O José atribuiu uma tarefa **para os alunos** / atribuiu-lhes uma tarefa.

(88) O José devolveu o dinheiro **para os clientes** / devolveu-lhes o dinheiro.

(Moretti 2010:85)

Como podemos perceber pelos exemplos, Moretti (op. cit.) afirma que a preposição *para* pode alternar com o clítico dativo de terceira pessoa em PB. Porém, como venho mostrando neste trabalho, essa alternância não faz mais parte da Língua-I dos brasileiros. Essa alternância ocorre somente em PE atual, bem como a posição enclítica ao verbo, pois, sabe-se que a colocação preferencial em PB é a próclise. As afirmações da autora, portanto, não se sustentam.

Os fatos abordados acima, portanto, me levam a afirmar que o PB não apresenta a alternância dativa postulada para o PE, logo a variante brasileira não possui DOC, nem núcleos aplicativos, somente construções ditransitivas preposicionadas com preposições plenas transitivas introduzindo o argumento indireto. Assim, os OI das ditransitivas do PB são objetos indiretos oblíquos introduzidos por preposições transitivas, não complementos dativos como defende Moretti (2010).

¹⁵Neste aspecto, Moretti discorda de Torres Morais (2007).

CAPÍTULO II

Variação e Mudança Linguística

Como explicitado até o momento, a introdução de argumentos indiretos em PB vem sofrendo uma reanálise em comparação aos dados do PE. Na variante europeia, os argumentos indiretos dos *verbos ditransitivos de transferência, movimento e de criação* são acompanhados pela preposição funcional *a* e sempre podem alternar com o clítico dativo *lhe(s)* – marca morfológica de caso dativo – esses argumentos são, portanto, introduzidos na estrutura do PE através de um núcleo aplicativo, como proposto por Torres Morais (2007). Já a realização do objeto indireto em PB é diferente do PE, pois as preposições introdutoras de argumentos indiretos em sentenças ditransitivas do PB possuem um caráter lexical e o objeto indireto não alterna com o clítico de 3ª pessoa. Dessa forma, argumentarei adiante que os objetos das estruturas ditransitivas do PB são introduzidos na sua estrutura argumental através de uma projeção pP, como será apresentado no Capítulo IV. Assim, o objetivo deste capítulo é discutir quais são os fatores que possibilitaram tanto essa mudança diacrônica no âmbito da introdução do argumento indireto em PB, como o desaparecimento da alternância entre os OIs e o clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)*.

Nas seções a seguir, portanto, trarei o estado da arte a respeito dos conceitos de variação e mudança dentro do que vem sendo pensado a partir de Chomsky (2005), quando o autor ‘esvaziou’ a Gramática Universal (GU) em prol de um sistema segundo o qual a linguagem se desenvolve através da relação entre três fatores, como discutiremos adiante. Em seguida, argumentarei que as mudanças na realização do objeto indireto em PB podem ser explicadas através da variação microparamétrica, que surge da interação entre esses três fatores, nos moldes do que vem sendo proposto por diversos autores na literatura mais recente sobre o assunto (cf. Biberauer 2008 et seq., Baker 2008, Richards 2008, Roberts & Holmberg 2010, Roberts 2012).

2.1 A teoria de Princípios e Parâmetros: da GB ao Minimalismo

Até o advento do programa minimalista, Chomsky (1981, 1982, 1986) propôs uma GU que consistia de princípios invariáveis associados a parâmetros específicos de

O conceito de princípios e parâmetros, portanto, contribuía não apenas para a explicação da variação sintática, mas também para o entendimento da aquisição da linguagem e, conseqüentemente, da mudança linguística. Nesse momento em que o modelo gerativista era denominado de *Government and Binding Theory* (doravante GB), a GU era rica, estruturada e substancialmente única (cf. Biberauer 2008; Richards 2008; Sheehan 2014).

Durante a GB, portanto, parâmetros estavam associados a itens lexicais através da *Lexical Parametrisation Hypothesis* que gerou a *BCC – Borer-Chomsky Conjecture* (cf. Borer 1984), através da qual se postula que muito da variação paramétrica, ou, até mesmo, toda a variação, se encontra no léxico:

- ¹⁶
- A Conjectura Borer – Chomsky*

56

De acordo com essa conjectura, o lócus da variação paramétrica são os itens lexicais. Portanto, ao adquirir vocabulário, o falante também está absorvendo as propriedades fonéticas e morfológicas de uma língua. No entanto, considerar que a variação entre as línguas encontra-se no léxico é algo problemático, como aponta Biberauer (2008:27), pois é impossível as categorias lexicais atuarem no âmbito da variação paramétrica independentemente das categorias funcionais. Assim sendo, se os parâmetros forem determinados somente pelo léxico, corre-se o risco das propriedades serem ‘menos universais’ em diversos aspectos. Ou seja, se a variação entre as línguas for considerada um problema unicamente do léxico, volta-se a estaca zero, pois o léxico das línguas pode variar de maneira infinita e as crianças, portanto, levariam a vida inteira para aprender um idioma. A partir daí, surgiu a proposta de que a variação está limitada aos núcleos funcionais de uma língua, tais como – I(nflection), C(omplementizer) e D(eterminer) e para alguns – Asp(ect), Agr(eement), Neg(ation)¹⁷ etc.

Biberauer (op. cit.), ademais, reforça que a ideia de que a variação paramétrica se encontra nas categorias funcionais surgiu, na verdade, no trabalho de Fukui (1988 *apud* Biberauer 2008:27) com sua *Functional Parameterisation Hypothesis*¹⁸, pois, de acordo com essa visão, categorias como V e N não constituem entidades primitivas, pois operações como ‘nominalização’ e ‘verbalização’ estão atreladas a raízes acategoriais como *n* e *v*. Assim sendo, é impossível que categorias lexicais atuem na variação paramétrica independentemente de categorias funcionais.

A partir do programa minimalista de Chomsky (1995), a GU passou a ser esvaziada em favor da *Strong Minimalist Thesis* (SMT)¹⁹, segundo a qual o léxico está associado a um sistema computacional que opera a *Narrow Syntax*²⁰ em LF e, possivelmente em PF. Já nessa teoria, a menor quantidade possível de informações específicas a cada domínio é atribuída à GU.

Chomsky (2005:6) avança com esses conceitos e propõe que a faculdade da linguagem parte da interação de três fatores:

¹⁷*I(nflection)* - flexão, *C(omplementizer)* – complementizador, *D(eterminer)* – determinante, *Asp(ect)* - aspecto, *Agr(eement)* – concordância e *Neg(ation)* – negação.

¹⁸Hipótese de parametrização funcional.

¹⁹*Strong Minimalist Thesis* (SMT): nenhum aspecto da faculdade da linguagem (FL) deve ficar sem uma explicação relacionada ao terceiro fator, ou seja, as propriedades da FL contribuem para a satisfação computacional eficiente das condições de interface (cf. Richards 2008:138).

²⁰*Narrow Syntax*: Sintaxe Estrita (cf. Richards 2008:135).

1. *Genetic endowment*, apparently nearly uniform for the species, which interprets part of the environment as linguistic experience, a nontrivial task that the infant carries out reflexively, and which determines the general course of the development of the language faculty. Among the genetic elements, some may impose computational limitations that disappear in a regular way through genetically timed maturation;
2. *Experience*, which leads to variation, within a fairly narrow range, as in the case of other subsystems of the human capacity and the organism generally;
3. *Principles not specific to the faculty of language*.

(Chomsky 2005:6)

O Fator I - a dotação genética (também entendida como ‘GU subespecificada’) está ligada à Língua-I (dados internos da língua); já o Fator II está relacionado a dados externos, ou seja, à Língua-E. Quanto ao Fator III, há inúmeras discussões a respeito de como especificar quais são esses princípios ‘não específicos’ da faculdade da linguagem (cf. Yang 2010).

Apesar das questões relacionadas ao Fator III serem tema de grande debate na literatura corrente, alguns autores assumem que este é principal elemento que distingue o minimalismo das outras abordagens da faculdade da linguagem. Dentro dessa visão, a variação linguística não é parte da especificação genética e passa a ser explicada através desse terceiro fator. Pois, segundo Richards (2008:134), a partir do esvaziamento da GU, o que deve ser verdadeiro para os princípios também deve ser para os parâmetros, ou seja, os parâmetros também devem ser esvaziados de princípios específicos de cada língua.

O programa minimalista, portanto, substitui a parametrização da gramática universal em favor de uma faculdade da linguagem uniforme. Assim, para descrever as variações presentes nas línguas, os parâmetros passam a ser divididos em macro e micro-parâmetros.

Os macroparâmetros são baseados no estudo de línguas não relacionadas e são responsáveis pela maioria das divisões entre os idiomas, assim, de certa forma, os macroparâmetros são equivalentes aos princípios parametrizados da GB (cf. Richards 2008). Esses parâmetros, portanto, não têm estatuto lexical na gramática de uma língua e são constituídos por uma única escolha abstrata que possui diversas manifestações na superfície. Segundo Sheehan (2014), são bons para explicação, mas ruins para a descrição.

Vejamos um exemplo de macro-parâmetro proposto por Baker (1996:14 *apud* Sheehan 2014) a título de ilustração:

The Polysynthesis Parameter de Baker (O parâmetro polisintético)

- (90) Todo argumento de um núcleo deve estar relacionado ao morfema da palavra que contém aquele núcleo (um morfema de concordância ou uma raiz incorporada)

Sim: mohawk, nahuatl, tiwa do sul, mayali, chukchee etc.

Não: inglês, espanhol, chichewa, japonês, quechua, turco, kinande etc.

- a. *Ra-nuhwe'-s ne owira'a. [mohawk, Baker 1996: 21]

MsS-gostar-HAB NE bebê

'Ele gosta de bebês'

- b. Shako-nuhwe'-s (ne owira'a).

MsS/FO-gosta-HAB NE bebê

'Ele gosta dele (bebês).'

- c. Ra-wir-a-nuhwe'-s.

MsS-baby-Ø-like-HAB

Lit. 'Ele bebê-gosta.'

Compare os exemplos acima com kinande, língua do grupo banto, na qual a concordância com o objeto é opcional:

- d. N-a-gul-a eritunda. (kinande)

1sS-pas-comprarfruta

'Eu comprei uma fruta.'

- e. Eritunda, n-a-ri-gul-a.

fruta 1sS-pas-OM-comprar-FV

'A fruta, eu a comprei.'

Por outro lado, os microparâmetros afetam as propriedades dos itens lexicais e surgem da interação entre o Fator I - dotação genética - e o Fator II – experiência linguística, ou seja, do processo de aquisição da língua. O Fator II, portanto, não é o locus da variação, mas, sim, o gatilho para que a mesma ocorra, uma vez que os dados linguísticos primários dependem do ambiente ao qual a criança é exposta. Desse modo,

os pontos de variação que os microparâmetros instanciam são independentes uns dos outros, pois eles se aplicam a traços formais individuais que levam a variações em pequena escala com um conjunto limitado de efeitos.

Vejamos a seguir um exemplo de microparâmetro proposto por Kayne (2010 *apud* Sheehan 2014:2) para ilustrar essas ideias:

Kayne's D-pronunciation parameter (O parâmetro de pronúncia de D)

(91) Pronuncie ou não pronuncie D se o spec de DP estiver preenchido

Sim: francês

Não: espanhol, italiano e português

a. Le livre le plus court.

O livro o mais curto

‘o livro mais curto’

b. Il libro più corto.

o livro mais curto

‘o livro mais curto’

Os microparâmetros, portanto, são utilizados para descrever uma única diferença entre duas línguas. Logo, os mesmos são baseados no estudo entre duas línguas diretamente relacionadas. Segundo Sheehan (2014), eles são bons para descrição e ruins para explicação.

Os microparâmetros são favorecidos pela BCC, pois, como mencionado anteriormente, as diferenças entre as línguas consistem em variáveis de traços de itens lexicais que determinam uma pequena gama de variação. Ou seja, a microvariação de cunho lexical só é possível se considerarmos que a GU possui traços. Assim, se a GU possui traços não interpretáveis tais como *Edge Features*²¹, portanto, ao adquirir a língua, o falante deve ser capaz de agrupá-los em itens lexicais, em outras palavras, os traços não interpretáveis devem ser deletados quando são valorados para que a *Full Interpretation* seja satisfeita. Portanto, adotando a SMT, assume-se que a sintaxe é não-

²¹*Edge Features*: traços não interpretáveis que desencadeiam a transferência para outras interfaces por razões de Full Interpretation (interpretação plena) (cf. Chomsky 2006 *apud* Richards 2008:139).

redundante e que as condições de interface devem ser satisfeitas para que haja *Full Interpretation*.

Dessa forma, considerando que as línguas são um acúmulo de microvariações, do ponto de vista da aquisição, a tarefa da criança é simplificada, pois ela deve apenas adquirir o vocabulário da sua língua, juntamente com os traços formais que acompanham esses itens lexicais.

Roberts & Holmberg (2010) propõem, além disso, que o estabelecimento de um número maior de microparâmetros que de macroparâmetros está de acordo com o minimalismo, pois o mesmo busca uma crescente abstração teórica. Assim sendo, na era minimalista, busca-se uma teoria que pretende explicar a variação ligada ao terceiro fator, pois, adotando a SMT, assume-se que a sintaxe é não-redundante e que há um reflexo das condições de interface que quando são satisfeitas resultam em *Full Interpretation* (cf. Chomsky, 2006:13).

A partir dessas constatações, Roberts (2012) propõe que das pressões de aquisição relacionadas ao Fator III, surgem hierarquias paramétricas que combinam as noções de micro e macroparâmetros. Essas hierarquias serviriam de modelo para explicar diversos fatores relacionados aos estudos linguísticos, tais como: a complexidade das gramáticas das línguas, os universais implicados, as lacunas na comparação entre línguas, os caminhos das mudanças diacrônicas e, possivelmente, os passos da aquisição da linguagem (Sheehan, 2014:6).

Apresento a seguir, a título de ilustração, a hierarquia de argumentos nulos apresentada por Roberts (op. cit.) em seu trabalho:

De acordo com o autor, os macroparâmetros estão no topo das hierarquias e conforme nos encaminhamos para a base, os sistemas tornam-se mais marcados e, conseqüentemente, menos prováveis. Assim, olhando as hierarquias de cima para baixo, os parâmetros vão de macro para micro e requerem descrições cada vez mais longas em cada nóculo da hierarquia e são, portanto, intrinsecamente mais complexos (cf. Roberts 2012:321). O autor aponta, além disso, que os sistemas ficam diacronicamente mais próximos e os parâmetros das línguas que se encontram mais abaixo estariam em um estágio mais avançado do ponto de vista da aprendizagem.

Essas hierarquias, portanto, não são pré- especificadas pela GU. Na realidade, as mesmas são propriedades emergentes que surgem da interação de uma GU subespecificada e a PLD (*primary linguistic data* - dados linguísticos primários), originado princípios relacionados ao Fator III que aperfeiçoariam o processo de aquisição (Biberauer & Roberts 2012: 269). Segundo os autores, as duas principais manifestações desse terceiro fator são a *economia de traços* (*feature economy*) e a generalização do *input* (*input generalization*), definidas como se segue pelos autores, com base no trabalho de Roberts & Roussou (2003:201):

a. FEATURE ECONOMY (FE)

Given two structural representations R and R' for a substring of input text S, R is less marked than R' iff R contains fewer formal features than R'

b. INPUT GENERALISATION (IG):

If a functional head F sets parameter P_j to value v_i then there is a preference for similar functional heads to set P_j to value v_i .²²

(Biberauer & Roberts 2012:269)

Assim, a posição mais alta na hierarquia está de acordo com FE – pois não há traços – e IG – uma vez que a falta de traços é generalizada. Segundo Biberauer & Roberts (2012), FE e IG não são princípios, mas, sim, estratégias de aquisição da língua. Uma vez que os parâmetros mais abaixo na hierarquia são mais intrinsecamente

²² a. Economia de Traços (FE): A partir de duas representações estruturais R e R' para um subconjunto de um texto S, R é menos marcado que R' se e somente se R contiver menos traços formais que R'.

b. Generalização do Input (IG): Se um núcleo funcional F estabelece o parâmetro P_j para valorar v_i , então há uma preferência para núcleos funcionais similares que estabelecer que P_j valore v_i (tradução livre do original).

complexos, os mesmos estão mais a frente no processo de aprendizado, no sentido que os que possuem valores menos marcados – os macroparâmetros mais altos – representam a hipótese inicial do falante. A aquisição da linguagem, portanto, envolve que o falante vá descendo a hierarquia passando de hipóteses menos marcadas para as mais marcadas pela PLD, que os força a assumir distinções paramétricas cada vez mais refinadas. Por outro lado, segundo Biberauer & Roberts (2012:271), a mudança linguística se move para cima da hierarquia (*drift upwards*), pois é impulsionada por reanálises na aquisição da língua. Segundo os autores, as opções mais acima na hierarquia envolvem menos conhecimento e afetam mais elementos que as mais abaixo. Assim, nos termos da abordagem de Roberts & Roussou (2003) para mudança sintática, ao proceder *upwards* – para cima da hierarquia, isso envolve perda de traços, uma vez que os aprendizes das línguas estão se esforçando para postular análises mais simples, compatíveis com a PLD.

Uma vez que macroparâmetros seriam mais estáveis que os microparâmetros, pois não são passíveis de variação, é possível considerar que as opções paramétricas nas partes baixas das hierarquias seriam diacronicamente mais instáveis (Biberauer & Roberts 2012:288). Logo, os sistemas mais acima na hierarquia, como no exemplo da hierarquia a seguir, seriam mais conservados diacronicamente e mais simples e podem ser vistos como *default* em relação aos mais baixos na visão de Biberauer & Roberts (2012:273).

(Biberauer & Roberts 2012: 269)

Conclui-se, portanto, que as hierarquias podem ser capazes de fazer previsões sobre a ordem das mudanças diacrônicas. Resumidamente, ocorre o seguinte: o Fator III

interage com o Fator II produzindo sequências funcionais mais ricas de acordo com uma hierarquia, como a mostrada acima e, então, aproveita os traços inatos proporcionados pelo Fator I.

Considerando a discussão sobre o lócus da variação nas línguas apresentada até o momento, voltamos ao objetivo central deste trabalho que é compreender a mudança na estrutura argumental das sentenças ditransitivas do PB. Trago na seção seguinte, portanto, os primeiros estudos que trataram da variação e mudança nas línguas, pois essas ideias constituem a base para o que está sendo pensado a respeito de variação linguística e nos dará suporte para o entendimento do processo pelo qual PB está passando, uma vez que alguns desses conceitos são essenciais, mesmo para as propostas mais recentes sobre variação à luz do minimalismo (cf. Roberts 2007 et seq.).

2.2 Mecanismos de variação sintática – o conceito de reanálise

Retornando às questões de mudança sintática nos moldes da teoria de *Government and Binding*, seguindo Lightfoot (1979, 1999) e Roberts (2007), os autores existem dois mecanismos de mudança: a *reanálise* e a *gramaticalização*. O mecanismo que nos interessa no presente trabalho, é o da reanálise, pois ele ocorre em uma língua por consequência de uma mudança paramétrica, uma vez que aquilo que é reanalisado seria o valor do parâmetro.

A reanálise está ligada à aquisição da linguagem e relacionada aos conceitos de *abdução*, *indução* e *dedução*. A abdução pode acontecer através da reanálise durante o processo de aquisição da língua, quando um determinado *caso* instancia uma *lei* que é seguida de um *resultado*. Somente a abdução é sujeita a erro, a dedução e a indução não. Por exemplo, os pais de uma criança possuem uma gramática (G1), instanciada pelas *leis* da gramática universal (GU) e produzem um *resultado* gerando um corpus I. A criança, então, abduz uma nova gramática particular (G2) criando um *caso*. As reanálises, portanto, são erros de abdução cometidos pelos aprendizes da língua em questão. Além disso, esses ‘erros’ estão sempre ligados as opções paramétricas associadas às operações de *Move* e *Agree*, uma vez que a outra operação fundamental de uma estrutura sintática, o *Merge*, não é passível de reanálise, pois ele é responsável por criar as estruturas sintáticas.

A mudança linguística, portanto, é considerada uma falha na transmissão dos componentes linguísticos entre as gerações de falantes. Kroch (2000) chama esse fato de *modelo de transmissão imperfeita*. Como a língua é passada de geração para geração através de corpora, a transmissão e interpretação desses dados podem dar lugar aos erros de abdução.

Para que a mudança ocorra, contudo, o novo fator a ser adquirido já deve fazer parte da gramática da G1. Dessa forma, levando em consideração o tema do presente trabalho, podemos pensar que o conceito de *reanálise* é um sintoma da mudança na introdução dos argumentos indiretos das construções ditransitivas do PB. Uma vez que a preposição *para* já estava presente no sistema das gerações anteriores, as gerações seguintes fizeram o uso do mesmo elemento *para* era utilizado para introduzir argumentos que só eram introduzidos pela preposição *a* nas gerações anteriores, da maneira que ainda é em PE atualmente. Houve, então, uma generalização da preposição *para* que em PE era usada para introduzir locativos e relações semânticas distintas das que são denotadas por *a*. Em PB, a preposição *para* passou a marcar outros papéis semânticos, como os de *recipiente* e *beneficiário* - explicaremos mais detidamente na seção seguinte que essa questão está relacionada à *Generalização do Input*, brevemente delineada na seção anterior (cf. Biberauer et al. 2013; Biberauer & Roberts 2015).

A reanálise, portanto, não é um processo independente de mudança, mas sim um sintoma de mudança paramétrica. Logo, *ambiguidade estrutural* bem como *simplicidade estrutural* são condições para mudança diacrônica. O arcabouço da língua pode conter, por exemplo, duas preposições para a introdução do mesmo tipo de argumento e, por fim, a língua passa por uma simplificação restando somente uma delas. Este parece ter sido o caso da generalização do uso de *para* em relação à preposição *a* em PB.

Além disso, a respeito desse conceito de simplicidade, Roberts (2007) afirma que a G2 sempre vai preferir a representação mais simples do conjunto de dados do corpus I. O que seria importante analisar, contudo, é por que a G1 não reanalisou o mesmo dado reanalisado G2, ou seja, por qual razão as gerações 2 de falantes do PB reanalisaram a introdução do argumento indireto e as do PE não – voltaremos a esse ponto mais adiante.

Com base no que foi exposto nessas duas seções, em 2.3 discutirei que a mudança em PB pode ser explicada através dos microparâmetros e da interação dos três fatores propostos por Chomsky (2005), principalmente em relação ao Fator III que

compreende as noções de IG e FE, abordadas anteriormente (cf. Roberts & Holmberg 2010; Roberts 2012; Biberauer & Roberts 2015), como veremos a seguir.

2.3 Os Microparâmetros e o Fator III

De acordo com o que foi exposto anteriormente, a mudança linguística e a aquisição da linguagem convergem nas configurações em que a opcionalidade surge da subespecificação da GU em acordo com a *Strong Minimalist Thesis* (SMT) com a interação com o Fator III. Logo, enquanto é possível haver variação sincrônica na língua, como é o caso das ditransitivas do português, ela deve ser resolvida diacronicamente no processo de mudança, resultando em apenas uma opção dentro do sistema.

Como discutido nas seções anteriores, segundo Biberauer & Roberts (2012, 2015), além disso, IG e FE são as duas principais manifestações do Fator III, os mesmos, porém, não são princípios gramaticais e, sim, estratégias de aquisição da língua, que dependem da maneira como se processa a aquisição da linguagem pelo indivíduo.

Para que haja uma economia de traços é necessário que se faça o máximo uso dos mínimos recursos, ou seja, uma língua deve postular o menor número possível de traços formais para explicar o *input* recebido. Ao mesmo tempo, através da generalização do *input*, uma língua deve maximizar o uso dos traços disponíveis. Também, em relação à *generalização do input*, Boeckx (2008) argumenta que esse fato ocorre porque os aprendizes lutam por um valor paramétrico consistente. Dessa forma, esse conceito ajuda, mais uma vez, a dispensar muitos macroparâmetros, pois os mesmos vêm da necessidade de linearizar uma sintaxe simétrica na interface entre a sintaxe e PF.

Como discutido na seção 2.1, o ponto de variação das línguas são os microparâmetros. Assim, partindo do princípio de que os mesmos são baseados em uma única diferença entre duas línguas, a variação do PB analisada neste trabalho se encaixa perfeitamente nesses moldes, uma vez que ela pode ser explicada em paralelo a uma língua diretamente ligada à variante brasileira - ao PE.

Assim, antes de tratar especificamente do caso do PB, trarei o exemplo da mudança microparamétrica com os verbos psicológicos e nas passivas recipientes do inglês estudadas por Roberts (2007), pois esses casos ilustram a relação que existe entre a perda do Caso dativo e a perda do caso morfológico. Desse modo, esses exemplos são interessantes no âmbito deste trabalho, pois, o PB vem perdendo o clítico dativo *lhe(s)* responsável pela marcação morfológica de caso dativo de 3ª pessoa, o que, supomos, também levou à perda da preposição *dummy a*, cuja função em PE é de marcar o Caso dativo.

Segundo Roberts, nas passivas recipientes do inglês, o sujeito da passiva mantinha o caso dativo, ou seja, a marca do objeto indireto, como podemos verificar nos exemplos abaixo:

- (91) ac him næs getiðod ðære lytlan lisse.
 and him-Dat not-was granted the small favour-Gen
 ‘But he was not granted that small favour.’
 (ÆCHom I 23.330.29; Denison 1993: 108 *apud* Roberts 2007:153)

No caso das construções com verbos psicológicos, o *experienciador* é marcado como um objeto indireto com caso dativo, como no exemplo a seguir:

- (92) hu him se sige gelicade.
 how him-Dat the victory-Nom pleased
 ‘how the victory had pleased him’
 (Or 84.32; Denison 1993: 72 *apud* Roberts 2007:153)

As construções acima foram perdidas durante o período do inglês médio, época na qual também se perdeu o sistema de caso morfológico desse idioma. Logo, segundo Roberts (op. cit.), é tentador relacionar o caso dativo com a perda de marcação de caso morfológico. Em inglês moderno, as sentenças acima passaram a ter a seguinte configuração:

- (93) a. But he was not granted that small favour.
 b. How he liked the victory.

(Roberts 2007:154)

O autor trata as passivas, portanto, como um exemplo de mudança paramétrica associada à reanálise envolvendo os traços interpretáveis e não-interpretáveis de caso associados aos argumentos dessas construções. Já a mudança nos verbos psicológicos indica o final da diferenciação de caso lexical (dativo nessa ocorrência) e Caso estrutural. No início do século treze, a distinção morfológica superficial do inglês desapareceu (cf. Allen 1995 *apud* Roberts, 2007: 155).

Essas evidências do inglês antigo mostram que para que haj argumentos Dativos, o Caso Dativo abstrato deve corresponder ao caso dativo morfológico. Logo, esse é um exemplo de Caso inerente, pois há uma associação direta com papeis temáticos de uma forma que não ocorre com os Casos Nominativos e Acusativos, pois esses Casos são determinados pelas propriedades lexicais do verbo. Por isso, o autor afirma que é possível pensar em traços como Caso Dativo abstrato como a realização morfológica de um papel temático e, portanto, esses traços de Caso não precisam e não podem ser deletados na operação de *Agree*.

A reanálise, portanto, das passivas em inglês antigo foi causada pela perda da possibilidade de distinção de casos morfológicos, logo, no processo de aquisição da linguagem, não havia mais evidências para os falantes de dois tipos de objetos de verbos monotransitivos, pois o ‘him + DAT’ não podia mais ser diferenciado de ‘he + NOM’, o que levou o último a tomar o lugar do primeiro e, conseqüentemente, v passou a ser uma ‘passiva pessoal’ nesse tipo de construção. Como consequência da perda dos objetos que apresentavam Caso inerente, o v em inglês moderno passou a ter traços-φ não-interpretáveis em todas as orações transitivas.

Roberts (2007:161) traz a importante conclusão que v* é associado a traços phi em sistemas nos quais os complementos verbais não apresentam distinções morfológicas de caso. Já, nos que essa diferenciação se aplica, v age essencialmente como nas intransitivas, nas quais não há traços phi, pois o argumento interno tem um traço interpretável de Caso que não precisa ser valorado.

Podemos pensar que o caso do PB é paralelo ao que foi exposto acima. Retomando que o PE possui marca morfológica de caso dativo – o clítico dativo *lhe(s)*– e, marca de Caso dativo - a preposição *dummy a*. Assim, como o que foi discutido para o inglês, PE também teria Caso dativo inerente nas construções em que a preposição *a* introduz o argumento indireto, porque este está associado aos papéis temáticos. Além disso, o Caso dativo inerente deve corresponder ao caso dativo morfológico, denotado

pelo clítico *lhe*, como foi assumido por Torres Morais (2007) e Torres Morais & Salles (2010:204).

Assumo, portanto, que o PB reanalisou as ditransitivas do PE, pois, os falantes não mais reconhecem o caso dativo morfológico presente em PE, uma vez que não utilizam mais o clítico dativo *lhe*, nem mesmo em dados mais formais da língua, como ficou comprovado pelos resultados do corpus analisado. Logo, no processo de aquisição da língua, não há mais evidências desse caso, assim os falantes de PB substituíram essa marcação de morfológico pela de Caso estrutural através dos OIs pronominais *para/a ele (ela)*. Dessa forma, este fato constitui uma mudança micro-parâmetrica em PB, se considerarmos, portanto, que PB histórico era uma língua com marcação de Caso dativo inerente através de um núcleo aplicativo nucleado por uma preposição funcional – nos moldes do que foi exposto anteriormente para o PE - e passou a ser uma língua que possui somente preposições lexicais marcadoras de Caso oblíquo, como será discutido nos próximos capítulos²³.

Assim, além da preposição *a* marcadora de Caso dativo, os falantes de PE e PB histórico também possuíam em seu inventário de possibilidades de introdução de um argumento preposicionado preposições lexicais, como *para*. Assumo, portanto, que esses itens lexicais foram aumentando seu campo de atuação na variante brasileira, assim as sentenças ditransitivas não alternam entre construções aplicativas (DOCs) e estruturas ditransitivas preposicionadas (PDCs), como discutido no Capítulo I, uma vez que todas as preposições introdutoras de argumentos indiretos em PB são lexicais, essa variante possui apenas PDCs.

Essas ideias estão de acordo com conceito de *generalização do input*, como proposto por Roberts & Holmberg (2010). Segundo os autores, no processo de aquisição da língua, se o falante atribui um valor marcado a um núcleo X, ele atribuirá o mesmo valor a todos os outros núcleos similares a X. Assim, como em PB não há mais marcação de caso dativo de terceira pessoa, a preposição *a* também deixou de ser marcadora de Caso e passa a ser marcadora de Caso oblíquo, assim como já era o caso de *para* em PE. Ou seja, a presença da preposição *para* no inventário de possibilidades de introdução de argumentos em PB histórico possibilitou que as crianças brasileiras generalizassem o uso de todas as preposições do PB como elementos lexicais quando

²³ Agradeço à professora Theresa Biberauer por chamar minha atenção para este fato.

introdutores de argumentos nas sentenças ditransitivas. Veremos mais adiante que mesmo a preposição *a* é um elemento lexical em PB diferente do *a* em PE.

Retornando à pergunta de como um novo parâmetro é apresentado à geração dois (G2) através dos dados da geração um (G1), o primeiro problema seria explicar como a G1 pode apresentar um novo valor de parâmetro para a G2, sem ter essa alternativa inovadora no seu sistema linguístico? Bem, a noção de uma GU subespecificada permite uma opcionalidade verdadeira, pois possibilita explicar a mudança, partindo do pressuposto que, quando há duas opções nos dados primários da língua, pode ocorrer variação - uma vez que as duas possibilidades são geradas por uma única gramática, isto é, pela mesma geração de falantes. Assim, é possível a variação inerente nos dados primários da língua e, por fim, uma das opções se sobrepõe à outra quando se torna mais frequente (cf. Richards 2008:158).

Logo, como discute Roberts (2007), as instâncias de opcionalidade formais são uma solução possível para o problema lógico da mudança linguística em uma abordagem baseada na aquisição imperfeita. Portanto, de acordo com Biberauer et al. (2013), pressões funcionais podem influenciar o desenvolvimento da Língua-I em um indivíduo via o estabelecimento de parâmetros, não através do estado inicial da própria GU. Assim, assumo que esse foi o caso da mudança nas ditransitivas em PB. Discutirei na seção a seguir, portanto, alguns fatores relacionados à aquisição da linguagem e à escolaridade que nos ajudarão a entender os fatos de mudança nas ditransitivas do PB.

2.4 Aquisição e Letramento

A respeito dos conceitos de variação e mudança, Kroch (2000) afirma que a variação do uso de um dado linguístico durante um período de mudança pode ser pensado como uma competição entre duas gramáticas – uma conservadora e outra inovadora. O desenvolvimento temporal das mudanças linguísticas pode ser representado em uma curva S – a mudança começa lentamente, no meio do processo há uma aceleração da mudança e, por fim, ela torna-se mais lenta novamente. Considerando que as pessoas são capazes de reproduzir na sua fala as frequências de uso de elementos linguísticos, os falantes tentam, de alguma forma, se comportar de acordo com essas frequências. Então, por que as mudanças linguísticas seguem essa

curva S até chegar a uma mudança categórica da língua? Segundo Kroch (op. cit.), isso ocorre porque existe uma assimetria entre as duas opções em competição. Durante o processo de mudança há uma deriva no cálculo do uso das formas linguísticas, o que faz com que a cada geração, as crianças ouçam cada vez menos as formas conservadoras o que resulta, por fim, em mudança categórica.

Duas possibilidades de realização de um mesmo item gramatical são, portanto, incompatíveis do ponto de vista teórico. Se houvesse apenas variação estável, a pessoa teria duas gramáticas na sua cabeça e seria ‘bilingue’ em uma mesma língua, porém o bilinguismo não é uma situação estável. Mesmo se levarmos em conta os falantes de duas línguas, sempre há uma assimetria entre a língua que a pessoa aprende primeiro e a segunda, mesmo que o aprendizado da segunda língua ocorra poucos anos depois (cf. Cutler 1992 *apud* Kroch 2000).

Essa assimetria, portanto, pode ser causada tanto por fatores sociais como psicolinguísticos. Por exemplo, no decorrer de sua vida, a criança entra em contato com outras possibilidades linguísticas na escola ou em qualquer situação social mais ampla do que a pequena comunidade a qual ela pertence nos seus primeiros anos de vida. Logo, as opções linguísticas aprendidas na primeira fase de aquisição da linguagem são a verdadeira língua materna da pessoa (Língua-I) e as formas adquiridas tardiamente têm características de segunda língua (Língua-E), no sentido de serem menos acessíveis ao falante. São fatores como esses, portanto, que criam a assimetria mencionada anteriormente.

O caso da substituição da preposição *a* pela preposição *para* em PB é um exemplo disso. Tanto a preposição *a* em construções ditransitivas com verbos de transferência, movimento e de criação, bem como o clítico dativo de 3ª pessoa *lhe(s)*, não fariam mais parte da Língua-I dos falantes do PB, porém são adquiridos pelos alunos durante a vida escolar (cf. Galves 1998; Kato 2005). Dessa forma, a partir do aprendizado da língua escrita, a preposição *a* passa a ser reconhecida como parte do inventário de uso culto da língua, privilegiado pela variante escrita.

Sabemos, contudo, que nos primeiros anos de aprendizado formal de língua portuguesa, o estudo das preposições e dos pronomes causa muitas dúvidas nos alunos. Em relação aos pronomes, isso acontece em virtude das mudanças no quadro pronominal do PB, como discutiremos mais detidamente no próximo capítulo. No caso das preposições, um dos pontos que causa dúvidas é o fato da letra ‘a’ propriamente dita representar em português tanto a preposição *a*, como o artigo definido *a* e, ainda, o

clítico acusativo feminino de terceira pessoa *a*. Ao ponto que uma das grandes dúvidas dos brasileiros quanto à escrita formal é a respeito do uso da *crase*, ou seja, os brasileiros não reconhecem que a crase é necessária, pois não percebem que ela representa a junção da preposição *a* com o artigo definido *a*. Inclusive, muitos professores ensinam nas aulas de português que para que os alunos saibam se a crase é necessária ou não, eles devem ‘substituir’ a preposição *a* por *para*, a fim de diferenciá-la do artigo definido. Logo, a palavra *para* é reconhecidamente uma preposição para os brasileiros, enquanto o item *a* gera muitas dúvidas. Assim sendo, podemos concluir que os brasileiros letrados possuem duas gramáticas - uma mais coloquial, informal e outra culta (cf. Kato 1996). Podemos considerar, portanto, que a frase em (94) faria parte da variante coloquial da língua, enquanto a sentença em (95) representaria a norma culta do PB.

(94) Eu dei o livro **para o professor**.

(95) Eu dei o livro **ao professor**.

Pensando estritamente na questão de aquisição da linguagem, segundo Meisel et al. (2011), a língua a que uma criança é exposta durante o período de aquisição é heterogênea, pois é composta por características regionais, situacionais, distribucionais, etc, além dos próprios registros e graus de formalidade de uma língua. Porém, o autor afirma que há certo consenso que nos primeiros estágios de aquisição da linguagem as crianças são expostas ao que é considerada a variante coloquial da língua (Meisel et al. 2011:348). Assim, as crianças só adquirem as propriedades que distinguem os usos mais formais do seu idioma após os cinco anos de idade, o que coincide com seu período de escolarização. Retornando à Kato (2005), a autora defende que após os anos de letramento, a gramática da L1 passa a ter uma *periferia marcada* que pode, inclusive, conter valores paramétricos opostos aos da *gramática nuclear* e que podem entrar em competição entre si durante os anos escolares. Dentro desse ponto de vista, portanto, a aquisição da segunda língua, i.e. a variante culta, se dá via a primeira gramática.

Essas constatações estão de acordo com a afirmação de Meisel et al. (2011) de que os falantes possuem um Dispositivo de Aquisição da Linguagem (*Language Acquisition Device* – LAD) que se fecha permanentemente depois do desenvolvimento gramatical da L1. Depois disso, ainda é possível aprender novas construções gramaticais, mas os aprendizes passam a se valer de outros processos cognitivos

diferentes daqueles oferecidos pelo LAD, assim: “(...) the course of acquisition as well as the linguistic knowledge ultimately attained by L1 and L2 learners differs in the grammatical domains affected by maturational changes;” (Meisel et al. 2011:375).

Levando em consideração esses fatores, Meisel et al. (2011:390) realizam um estudo para analisar a aquisição tardia de certas construções invertidas das interrogativas do francês que não ocorrem na variante coloquial. Ao final da análise, os autores concluem que os aprendizes, depois de entrar em contato com essas construções durante o aprendizado formal da língua, parecem estender e generalizar seu conhecimento prévio para as novas estruturas. Essa afirmação é interessante se pensarmos que, como afirmou o Kato (2005), a gramática do letrado é composta de uma periferia estilística e de uma gramática nuclear, ou seja, a criança chega à escola com sua gramática nuclear definida, com todos os seus valores dos parâmetros selecionados. Então, durante o processo de letramento, a escola tenta normatizar a língua, uma vez que as inovações são apropriadas para a fala, mas não para a escrita.

Em relação ao fenômeno estudado neste trabalho, como brevemente delineado na introdução, o grande número de ocorrências da preposição *a* no corpus escrito analisado nesta tese – como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte - seria consequência de uma pressão normativa que recai sobre a língua escrita. Segundo Kato (1996, 2005), o desenvolvimento da escrita se dá através da gramática da fala. Assim, a escrita é aprendida e não adquirida, pois a sua aprendizagem ocorre através de regras e não de princípios e parâmetros. Dessa forma, lembrando o que foi exposto na seção 2.1 sobre os microparâmetros: os aprendizes acessam a GU através dessa ausência de subpropriedades de um parâmetro. Assim sendo, segundo Kato (op. cit.), o aprendiz pode estar operando em um subparâmetro em que tal subpropriedade não existe.

Além disso, Boeckx (2008) e Roberts & Holmberg (2010) afirmam que de um subconjunto de micro-parâmetros podem surgir efeitos de agrupamento (*clustering effects*). Esse agrupamento torna-se em si um efeito do Fator III, que pode ser atribuído à faculdade da linguagem independentemente das estratégias de aprendizado do falante. Boeckx (2008:12), então, propõe um superconjunto de vieses (*Superset Bias*) que leva os aprendizes a se esforçarem por uma consistência de valores paramétricos entre parâmetros similares, com o intuito de economizar sua memória. Daí surge a estratégia de *Generalização do Input*, proposta por Roberts & Holmberg (2010:52), entre outros, já discutida na seção anterior. Assumo, portanto, que essa é uma maneira de explicar que as preposições introdutoras de argumentos em PB, pois tanto a preposição *para*

como *a*, foram generalizadas e passaram a ter os mesmos valores na introdução de argumentos indiretos em PB.

Assim, a substituição em andamento da preposição *a* pela preposição *para* está de acordo com a microparametrização. Em PB, usamos o *a* e o *para* nos mesmos contextos porque generalizamos os usos das duas preposições, diferentemente do que ocorre em PE, como veremos mais detidamente na análise dos dados coletados no corpus deste trabalho no Capítulo III.

Retomando o que sabemos de L1 e L2, como afirma Kato (2005:143): “Admitindo que a segunda gramática, seja a da L2 ou da escrita, essa é restrita pelos princípios e parâmetros da GU, através do conhecimento da L1, ou da gramática da fala.” Considerando, portanto, que a segunda gramática - aquela da escrita - não tem a mesma natureza da gramática 1, pois é constituída pela fixação de parâmetros, os falantes de PB selecionariam a preposição *a* no lugar do *para* depois que a aprendem na escola. Ou seja, os brasileiros adquirem primeiro a preposição transitiva *para*, e não uma preposição marcadora de caso, como o *a* do PE e em seguida adquirem o *a* na escola. Podemos concluir, portanto, mesmo a preposição *a* em PB é uma preposição transitiva diferentemente da preposição *a* marcadora de Caso nas construções ditransitivas em PE.

Com o intuito de trazer mais indícios para essa afirmação, apresentarei o estudo de Gomes (2004), em cuja pesquisa analisou a fala de cinco crianças cariocas de dois; seis a cinco anos com o intuito de observar a realização do argumento indireto das sentenças ditransitivas do PB.

Suas afirmações sobre aquisição de primeira língua estão em consonância com o que foi exposto até o momento. Segundo a autora, a variação na fala da criança está ligada à variabilidade da fala do adulto, ou seja, a linguagem das crianças apresenta variação de acordo com o *input* que elas recebem. Dessa forma, para levantar seus dados, Gomes (op.cit.) se baseou nos estudo que já trataram do comportamento de falantes adultos do português carioca (Freire 2000; Gomes 2003) em relação a esse tipo de complemento. Assim, considerando os resultados desses trabalhos, a autora considera que as crianças cariocas recebem o seguinte *input* em relação aos complementos indiretos das sentenças ditransitivas: maior frequência da ordem V SN SP e do argumento introduzido por *para* (80%); e, quanto à realização anafórica, predominância do objeto nulo, ausência do clítico *lhe*, predominância de *me* e *te* em detrimento das realizações *a/para mim* e *a/para você*.

Em seu conjunto de dados, composto por 64 horas de gravação foram levantadas 274 ocorrências (Gomes 2004:188). A autora ressalta o fato interessante de que todos os complementos encontrados possuem o traço [+humano]. Reproduzo a seguir a sua tabela de resultados:

VERBO	SPREP	SN	CLÍTICO	OBJETO NULO	TOTAL
Dizer	2			4	6
Contar	3			3	6
Pedir	2			3	5
Dar	3		8(1ª p. sing.)		11
Dar+SN (verbo leve)	1			2	3
Pegar		1			1
Explicar				1	1
TOTAL	9 (28%)	1 (0,5%)	8 (25%)	13 (37,5%)	33

Tabela 1. Distribuição das ocorrências das variantes de dativo em função da pessoa do discurso

Esses resultados são interessantes no âmbito do presente estudo, pois apontam a ausência total do clítico de terceira pessoa *lhe(s)*. Inclusive, a autora chama atenção também para a ausência do clítico de 2ª pessoa, pois nesses contextos as crianças preferiram os sintagmas preposicionados, como no exemplo abaixo:

(96) Depois eu conto **pra** você.

(Gomes 2004:185)

Como é possível verificar no quadro, em relação ao complemento de 3ª pessoa, o nulo é mais freqüente, do tipo exemplificado a seguir:

(97) E: ... ou **pro Papai Noel**, hein, Natal tá chegando, que que cê vai pedir para ele, hein?

Eu vou pedir um... uma Polly e um carro [].

(Gomes 2004:185)

Por fim, uma constatação extremamente interessante é o fato de todos argumentos preposicionados serem com a preposição *para*, como nas sentenças abaixo:

(98) Vou dar (a rosa) **pa (para) tu e pu (para o) meu pai**.

(99) Vou pedir uma roupa **pra você** e um tamanco.

(Gomes 2004:185)

Os resultados do estudo de Gomes (op. cit.) mostraram que nem todas as variantes disponíveis na comunidade de fala são utilizadas pelas crianças, sendo que elas dão preferência para as mais frequentes. As variantes presentes nos resultados do trabalho da autora são, realmente, as que foram reveladas como mais frequentes na fala dos adultos nos estudos anteriores de Freire (2000) e Gomes (2003) sobre o mesmo tema. Logo, quanto à predominância da preposição *para* e total ausência de *a*, Gomes (2004) afirma que a última faz parte da variante mais prestigiada e formal da língua e pode vir a ocorrer nas crianças acima dos cinco anos, dependendo da sua participação em contextos de maior formalidade, como a escola, por exemplo, onde elas serão expostas ao uso dessa preposição. Portanto, a baixa frequência da preposição *a* na comunidade de fala e seu caráter formal parecem estar refletidos no processo aquisitivo, como se depreende dos resultados obtidos nesse estudo.

As constatações de Gomes (op. cit), portanto, confirmam que a gramática coloquial dos falantes de PB difere das variantes mais formais da língua. Considerando a variação aqui estudada, bem como outros fenômenos em variação no PB - como o uso dos clíticos em geral (cf. Kato et al. 2009) - podemos afirmar que as variedades do PB diferem entre si quanto a propriedades cruciais da gramática. Essa constatação condiz com a hipótese explorada no decorrer deste trabalho, segundo a qual a Língua-I dos brasileiros dá preferência aos sintagmas preposicionados.

Além disso, Galves (1998:79) afirma que do ponto de vista da Língua-I, a gramática do PE e do PB são duas línguas diferentes, ao analisar a sintaxe pronominal de ambas as variantes. O caso da realização dos argumentos indiretos, portanto, é mais uma evidência para essa afirmação, pois, como delineado acima, podemos pensar que o PB passou de uma língua que possuía marca morfológica de caso dativo para todas as pessoas, como ainda hoje é o PE, para uma língua nucleada por um projeção pP cuja preposição é um elemento transitivo, como delinearei nos Capítulos 3 e 4. Porém, antes de discutir a representação propriamente dita das ditransitivas do PB, trago no capítulo a seguir os resultados do corpus analisado.

CAPÍTULO III

Mudança histórica na expressão do objeto indireto em português brasileiro: resultados quantitativos

Nos anos recentes, um conjunto de estudos, de natureza quantitativa e teórica, tem revelado aspectos de variação e mudança na expressão gramatical do objeto indireto (OI) no português brasileiro (PB), essencialmente em dois fenômenos relacionados, a saber:

- (i) queda gradual no uso da preposição *a*, que é substituída pela preposição *para*;
- (ii) decréscimo no uso dos pronomes clíticos dativos de 3ª pessoa (*lhe/lhes*).

No caso dos clíticos, há uma inovação no uso das formas pronominais fortes: *a/para ele*, *a/para ela*²⁴, e variação dialetal no uso do *lhe* como acusativo de 2ª pessoa (cf., entre outros, Monteiro 1994; Galves & Abaurre 1996; Berlinck 1997, 2001, 2005; Silveira 1999; Galves 2001; Gomes 2003; Salles & Scherre 2003; Freire 2000, 2005; Torres Morais & Berlinck, 2006, 2007, 2009; Torres Morais & Salles 2010; Campos 2010).

Neste capítulo, o objetivo é dialogar com alguns desses trabalhos, através dos resultados quantitativos que obtive em um corpus jornalístico por mim digitalizado e etiquetado. Discuto igualmente questões gramaticais relevantes, em particular, a que se refere à noção de ditransitividade, grupos verbais, e animacidade - as quais atuam no favorecimento das formas inovadoras.

3.1 Panorama dos estudos quantitativos sobre o objeto indireto em PB

Muitos dos estudos acima mencionados buscaram traçar a difusão da substituição da preposição *a* por *para*, como ilustrado no quadro a seguir, baseado no trabalho de Torres Morais & Berlinck (2006). Nesse estudo, as autoras coletaram dados

²⁴De um total de 592 ocorrências de argumentos indiretos introduzidos por *a* ou *para*, foram encontrados apenas 11 casos (oito com *a* e três com *para*), nos quais a preposição era seguida por um pronome oblíquo. Desse modo, considerando essa baixa ocorrência no corpus, optei por analisar esses casos juntamente com os OIs não pronominais.

de entrevistas e anúncios de revistas e jornais brasileiros, da primeira e segunda metades do século XIX, e uma amostra de anúncios e cartas de leitores e redatores de revistas femininas de dois períodos do século XX.

Na Tabela 2, adaptada, pode-se verificar que no século XX, há uma diminuição acentuada no percentual de uso da preposição *a* em relação ao que foi observado para o século XIX. Como as autoras salientam, ainda mais significativa é a redução verificada no intervalo entre os anos 60-70 e nos anos finais do século, quando as preposições *a* e *para* se apresentam com uma distribuição equilibrada, em torno de 50%. O cálculo de de peso relativo (PR) realizado pelas autoras ressalta esse contraste, como podemos verificar a seguir:

Tabela 2. Evolução no uso de *a* e *para* no PB

	<i>A</i>	<i>Para</i>	PR
<i>Séc. XVIII</i>	95/90%	—	—
<i>Séc. XIX (1ª metade)</i>	93%	7%	—
<i>Séc. XIX (2ª metade)</i>	83%	17%	—
<i>Séc. XX (anos 60 – 70)</i>	70%	30%	0.29
<i>Séc.XX (anos 95 -2000)</i>	48%	52%	0.70

(adaptada de Torres Morais & Berlinck 2006:14/18)

Ademais, o Gráfico 1 revela que, ao mesmo tempo em que se verifica a tendência inequívoca à redução no uso da preposição *a*, o clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)* também vai apresentando um declínio marcante:

Gráfico 1. O desenvolvimento histórico do clítico *lhe(s)* e da preposição *a* em PB

Os estudos de Torres Morais & Berlinck (2006, 2007, 2009), mostrados acima, tratam basicamente do português paulista. Diversos outros trabalhos verificaram a relação entre esses dois fenômenos em diversas regiões do país, a saber: Berlinck (1997), com dados de fala de estudantes universitários de Curitiba; Silveira (1999), com dados de fala de Florianópolis; Gomes (2003), assim como Freire (2000, 2005), com dados do Rio de Janeiro; Salles & Scherre (2003) dados de Fortaleza. As Tabelas 3 e 4 abaixo apresentam uma adaptação dos resultados gerais dos trabalhos acima citados sobre as ditransitivas:

Tabela 3. Uso da preposição *para* no séc. XX

Preposição <i>para</i>	
Curitiba	92%
Fortaleza	67%
Rio de Janeiro	88%

Tabela 4. Uso do clítico *lhe* no séc. XX

Clítico dativo <i>lhe</i>	
Curitiba	2%
Florianópolis	2%
Rio de Janeiro	Ø

Através desses dados, é possível confirmar que a preposição *a* perdeu terreno para a preposição *para* como estratégia preferencial para introduzir o OI em PB²⁵. Os diversos trabalhos linguísticos citados, alguns fatores influenciaram essa mudança, tais como o tipo de verbo presente na construção, o papel temático e a natureza semântica do argumento preposicionado.

Com mais ênfase, o clítico *lhe(s)* de 3ª pessoa sofre uma alteração no seu uso semântico-discursivo tanto na fala como na escrita, chegando a desaparecer quase por completo no século XX, como vimos no Gráfico1, e iremos confirmar através dos resultados obtidos na análise do corpus que foi organizado para esta tese. Além disso, nas regiões em que ainda é utilizado, o *lhe* aparece referindo-se a 2ª pessoa tanto no

²⁵ Sabemos que muito ainda há de se explorar acerca das diferenças entre as diversas regiões do PB. Ressaltamos a importância da realização de estudos futuros que contemplem regiões menos exploradas como as regiões norte e centro-oeste do Brasil. Assim, trato esses resultados como evidência de uma tendência que está sendo verificada em diversas regiões do país. Contudo, como se trata de um país com dimensões continentais, sabemos muito a que se discutir a respeito do que podemos considerar é realmente ‘variante brasileira do português’. Assumo por PB nesta tese, as tendências gerais verificadas nessas variantes com base em inúmeros trabalhos que abordam as características da mesma.

contexto dativo como acusativo, não mais como 3ª pessoa, estando esse uso restrito a situações formais da língua, como discutiremos mais adiante.

Como bem abordado por Campos (2010) em seu estudo sobre a língua culta de Belém do Pará, nessa região, os falantes ainda utilizam o clítico dativo *lhe(s)* de 3ª pessoa. Porém, como vimos, os outros trabalhos citados mostram que em diversas regiões do país esse clítico não é mais utilizado. Podemos considerar, portanto, que a queda no uso do mesmo é uma tendência entre os falantes de PB²⁶. Assim, quando me refiro ao PB, estou considerando a variante comum entre as várias regiões do país. Ademais, estou baseando minha análise em um corpus formado por um conjunto de textos jornalísticos de um periódico que, mesmo sendo do estado de São Paulo, pode ser lido em qualquer parte do país. Portanto, acredito que a queda no uso do clítico dativo de 3ª pessoa no mesmo – como verificaremos mais adiante – é um fator relevante de mudança a ser analisado, como já bem notado na literatura especializada.

3.2 O corpus analisado

3.2.1 Especificidade do corpus jornalístico

Considerando o fato de que os usos da preposição *para* e dos argumentos pronominais oblíquos apresentam um acréscimo percentual no século XX, optei, nesta tese, por analisar um corpus de língua escrita jornalística que cobre todo esse século, com o intuito de contribuir para o entendimento do processo histórico dessa mudança. Como pudemos verificar nos gráficos apresentados na seção anterior, há uma lacuna nos estudos linguísticos desse período. Como afirma Galves (s/d), as mudanças no PB ocorreram substancialmente no século XIX. Logo, é de grande importância analisar dados do século XX desde o seu início, para que se verifique se a mudança linguística em questão ainda está em variação ou já se fixou em PB.

²⁶ Ao desaparecimento do clítico dativo de 3ª pessoa *lhe (s)* em várias regiões do Brasil, soma-se a queda no uso dos clíticos acusativos de terceira pessoa *o/a(s)* e suas variantes, ao serem substituídos por outras estratégias, tais como o objeto nulo, ou o uso dos pronomes fortes *ele/ela(s)* (cf. Kato et al. 2009, entre muitos outros). Além da perda dos clíticos acusativos e do dativo de terceira pessoa, verifica-se, ainda, a queda no uso do clítico multifuncional *se*, pois alguns dos contextos em que o mesmo é utilizado estão sujeitos à variação dialetal em PB (cf. Galves 2001, entre outros).

Assim, o corpus analisado foi um conjunto de 223 capas (primeiras páginas) do periódico *A Folha de São Paulo* datadas de 19 de fevereiro de 1921 a 01 de novembro de 2010 e recolhidas em um livro denominado “Primeira página - 90 anos de história nas capas mais importantes da Folha”, cuja imagem da capa está reproduzida abaixo:

Imagem 1. Capa do livro:
“Primeira página - 90 anos de história nas capas mais importantes da Folha”

Em primeiro lugar, ressalto que a escolha desse material jornalístico teve como objetivo registrar a variação no uso das formas históricas e inovadoras em um tipo particular de escrita. Kato (2005) aponta que a grande maioria dos estudos linguísticos sobre o PB privilegia a língua oral ou, no âmbito dos trabalhos gerativistas, o conjunto de sentenças analisadas é proveniente de dados da intuição do falante. Assim sendo, na maioria das vezes, não se tem o cuidado de considerar se os julgamentos de ‘gramaticalidade’ se referem à língua falada ou escrita. A autora, então, faz a seguinte afirmação: “(...) não temos, no Brasil, um estudo sistemático de nossos jornais e escritores contemporâneos e nem juízos sobre o seu saber sobre a escrita” (Kato 2005:132).

Levando em conta a afirmação de Kato, acredito que o conjunto de capas da *Folha de São Paulo* pode proporcionar novos dados para as questões teóricas relacionadas ao uso efetivo da língua, por se tratar de um registro real de produção escrita. Além disso, as capas estudadas abarcam praticamente todo o século XX, de forma sucessiva e organizada, numa regularidade muitos vezes difícil de encontrar em dados históricos. A esse respeito, Berlinck & Bueno (2008:9) já haviam notado esse

vazio nos estudos linguísticos históricos em relação ao século XX: “Considerando as informações já disponíveis sobre o processo de variação/mudança (...), percebe-se uma lacuna temporal entre o fim dos séculos XIX e XX, período ao qual não tem se dado muita atenção”. Desse modo, a intenção de trabalhar com o corpus da *Folha de São Paulo*, foi colher resultados que possibilitam uma visão abrangente do embate das variantes e da mudança linguística aqui estudada.

De acordo com Berlinck & Bueno (2008:1/2), os trabalhos sociolinguísticos a partir da década 60 afirmam que a língua falada é o contexto que privilegia os estudos dos processos de variação e mudança das línguas, pois é nesse contexto que a variação, que pode constituir a mudança, surge e floresce (cf. Weinreich, Labov & Herzog 1968; Labov 1972a, 1982, 1994). Assim sendo, como os dados de fala da primeira metade do século XX são muito raros, optei nesta tese por textos jornalísticos, pois, apesar dos mesmos serem textos escritos, não são os registros mais formais da língua, como podemos verificar no *continuum* de formalidade, assim como proposto no quadro a seguir der Marcuschi (2008):

Figura 1. Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita

Levando em consideração que textos representam *gêneros*, e que esses se caracterizam por conteúdo temático, construção composicional e estilo - é possível organizá-los de acordo com uma hierarquia entre textos de diferentes gêneros. Sabe-se que o texto jornalístico é fonte de diversos tipos de textos, uma vez que é um suporte de muitos gêneros, ou um *hipergênero* (cf. Marchuschi 2008:179/180). Um periódico pode ser constituído por: notícias, cartas de redatores e leitores, anúncios, resenhas, textos literários, entrevistas, etc. - o que o torna um material adequado para o estudo de fatos de variação e mudança gramatical.

Além da heterogeneidade de textos, um jornal apresenta textos de modo organizado e não-aleatório. Segundo Berlinck et al. (2014:5): “Os textos que ali circulam tem um vínculo espaço-temporal, então atrelados a um mesmo momento e lugar e refletem certo contexto sócio-histórico”. Assim, o texto jornalístico, é um espaço privilegiado de implementação da mudança linguística, pois é um texto público que tanto atua como sofre influência da situação sócio-histórica ao qual está vinculado. Logo, ao mesmo tempo em que a escrita jornalística deve estar de acordo com a norma culta prescritiva da língua – aquela socialmente privilegiada e prescrita nas gramáticas do idioma – é possível detectar nos jornais, características inovadoras, que começam a ser incorporadas à escrita menos formal. Assim sendo, há um vínculo entre a realidade social e o jornal, pois, quem produz esse material tem a intenção que o mesmo seja lido pelo maior número de pessoas possível. Dessa forma, o registro linguístico em um periódico não pode ser um impedimento à sua leitura, o que faz com a escrita de um jornal seja algo dinâmico, podendo assim, em certo grau, refletir a dinamicidade da língua.

Pode-se afirmar, portanto, que a escrita jornalística deixa transparecer algumas características que seriam marcas de oralidade. De fato, embora pesem as regras estabelecidas pela norma culta, os usos do registro oral não estão totalmente descartados nesse tipo de texto (cf. Gomes 2007:8). Em particular, as entrevistas são um gênero textual muito interessante para a análise linguística, pois, em muitos casos, embora passem por um processo de adequação à variedade culta, antes de serem publicadas, algumas vezes isso não acontece.²⁷ Logo, é possível encontrar casos em que a fala do

²⁷Jornais como a Folha de São Paulo e o Estadão até mesmo produzem ‘Manuais de Redação’ os quais, além de dar orientações discursivas de como escrever um bom texto, coerente e conciso, trazem regras gramaticais postuladas pela tradição gramatical como modelos de correção.

entrevistado é reproduzida literalmente no texto, como no exemplo abaixo retirado do corpus deste trabalho:

(100) “O Amazonino marcou dinheiro para dar 200 **para mim**, 200 *pro* João **Maia**, 200 *para* Zila e 200 *pro* Osmir.”

(13/05/1990)²⁸

Em (100) o vernáculo do PB está claramente expresso na presença da preposição *para* como introdutora do OI do verbo *dar*, considerado um dos contextos favoráveis à expansão no uso dessa preposição (cf. Torres Morais & Berlinck 2006, 2007). Além disso, temos a abreviação da preposição *para*: *pra*, e também combinada com o artigo definido masculino *o*, resultando em *pro*. As formas *pra* e *pro* são habitualmente usados na fala dos brasileiros, porém sua utilização ainda é um traço coloquial, que deve ser evitado na escrita mais elaborada. Logo, o fato de encontrá-las reproduzidos em um jornal de prestígio é relevante.

Interessante lembrar outra afirmação de Kato (2005:131) segundo a qual: “No Brasil, ao contrário do que ocorre em Portugal, a gramática da fala e a “gramática” da escrita apresentam uma distância de tal ordem que a aquisição desta pela criança pode ter a natureza da aprendizagem de uma segunda língua”. Por esse motivo, é necessário traçar um paralelo entre o conhecimento linguístico internalizado pela criança, Língua-I nos termos de Chomsky (1981, 1986), e o de um adulto letrado, ou seja, é preciso definir qual é a natureza do conhecimento linguístico internalizado do falante nativo, a partir dos textos escritos.²⁹

A hipótese de Chomsky (op. cit.) é a de que o conhecimento linguístico do letrado se dá via sua primeira gramática, através de um acesso indireto à GU. Assim, a Língua-I dos indivíduos é composta por uma *gramática nuclear* e uma *periferia marcada* (cf. Chomsky 1986), da qual faria parte essa “segunda gramática” usada nos

²⁸ Ao citar os exemplos encontrados no corpus desta tese, farei referência à data da capa da qual a sentença foi retirada.

²⁹ Chomsky (1986) enfatiza a diferença entre língua externalizada (*E- Language*) e língua internalizada (*I-Language*). A Língua -E é constituída pelo conjunto das sentenças produzidas, tanto na fala quanto na escrita, e sua abordagem é independente das abordagens a respeito das propriedades da mente /cérebro. A gramática gerativa está comprometida com o estudo da Língua-I, ou seja, com a competência/gramática internalizada que permite ao falante produzir e compreender as sentenças gramaticais de sua língua materna. Para tanto, seu estudo exige que se postulem hipóteses a respeito da Faculdade da Linguagem.

textos escritos pelos brasileiros (cf. Kato 2005:133/134), como discutido no capítulo anterior.

A partir dessas considerações, podemos pensar que a mudança na expressão do OI analisada nesta tese, nos mostra que o estatuto categorial desses argumentos difere tanto do PE atual (cf. Torres Moraes 2007). Sabemos que a norma culta do PB, encontrada nas gramáticas e nos livros didáticos utilizados nas escolas ainda é baseada na variante europeia. Assim, acompanhando as reflexões de Kato (op. cit.), podemos supor que a gramática à qual a criança brasileira é exposta nos anos escolares não condiz com aquela internalizada nos seus anos de aquisição da língua. Consequentemente, a gramática adquirida na escola passa a expressar a periferia estilística da língua.

Como veremos pelos resultados quantitativos obtidos no corpus aqui analisado, se os compararmos com os dados de oralidade apresentados em outros estudos, é possível perceber que a linguagem jornalística reflete usos de formas gramaticais adquiridas via escolaridade, no nosso caso, um uso percentualmente superior da preposição *a*, não como nos estudos mencionados anteriormente, nos quais o uso de *para* é superior. No entanto, com relação ao uso do clítico dativo de 3ª pessoa, veremos que o resgate via escolaridade não espelha a produtividade do mesmo em PE e do PB histórico, pois as crianças brasileiras preferem o OI oblíquo, como mostrado no estudo de Gomes (2004).

Ademais, como já notado por Galves (s/d:1/2), o PB é diferente de PE, galego e espanhol em muitos aspectos, inclusive, do ponto de vista sintático, essa variante possui características de línguas tipologicamente distintas. Segundo a autora, muito se discute que a variante brasileira da língua se difundiu do português trazido para o país pelas *caravelas* - língua que seria uma versão anterior do chamado português clássico. Assim, há muitas evidências que PE não é a base para o PB e que, já no século XVIII, as duas línguas estavam evoluindo independentemente³⁰. De acordo com Galves (s/d:19), a emergência de uma nova língua implica na convergência e consolidação de muitas evoluções individuais e a aceitação das mesmas pela comunidade linguística. Nesse sentido, considera-se que PB surge como uma língua distinta do PE durante o século XIX - a essa língua, anterior ao PB atual, estamos denominando PB histórico.

³⁰ Para uma explicação mais detalhada com dados prosódicos e fonológicos, assim como sintáticos, de outra natureza do que a expressão do argumento indireto que estamos analisando neste trabalho, cf. Galves (s/d).

3.2.2 Metodologia da organização do corpus

Nesta seção, detalharei o processo de organização e análise das capas da *Folha de São Paulo*. Vejamos primeiramente as imagens da primeira e da última capa do livro que compõem o material analisado:

Imagem 2. Primeira capa - 19/02/1921

87

Através da primeira capa reproduzida anteriormente, é possível constatar que a leitura, principalmente dos primeiros exemplares da década de 20, não é uma tarefa simples. Assim, com o intuito de organizar os dados deste corpus e facilitar a busca de exemplos relevantes para a mudança diacrônica que estamos estudando, os textos foram editados através da ferramenta *eDictor* desenvolvida pelo *Projeto Tycho Brahe* da Universidade de Campinas (Unicamp)³¹. Essa ferramenta de edição eletrônica foi desenvolvida para auxiliar a análise linguística de textos antigos devido à demanda observada na época da construção do *Corpus Anotado do Português Tycho Brahe* – um conjunto de 52 textos escritos entre 1380 e 1845. Posteriormente, esse editor foi utilizado por outros grupos de pesquisa, como a equipe do projeto PROHPOR - da Universidade Federal da Bahia e do projeto Brasiliana Digital – da Universidade de São Paulo. De acordo com Paixão de Sousa et al. (2009)³², o principal objetivo para a edição filológica dos textos históricos é tornar esses documentos acessíveis para o leitor de hoje, mas com a máxima preservação de suas características originais.

O *eDictor*, portanto, permite que os textos históricos sejam digitados sem a intervenção de corretores e formatadores de outros programas de edição textual, como o Word, por exemplo. Apesar de existirem *softwares* como o OCR (*Optical Character Recognition*) que transformam imagens em textos, segundo Paixão de Souza et al. (2009), essas ferramentas apresentam um índice de acerto de apenas 57% a 77%, quando as imagens são transformadas em textos. Assim, o *eDictor* é uma ferramenta mais efetiva para auxiliar os estudos linguísticos de documentos históricos, uma vez que nos permite trabalhar não com imagens, mas com uma sequência de caracteres fielmente digitados com base nos textos originais.

Esse editor de texto, além de facilitar a leitura do texto em si, é importante no auxílio da busca rápida e eficiente dos fatos linguísticos a serem analisados, pois ele também faz a etiquetagem morfológica dos dados, auxiliando na busca pelas estruturas sintáticas relevantes. Tendo esses fatos em mente, foi realizada utilizando o *eDictor*, a digitação e etiquetagem das 223 capas do livro selecionado como corpus desta tese. Para efeito de ilustração, apresento a seguir uma imagem do programa, com o exemplar digitado de 1º de fevereiro de 1951 e, em seguida, encontra-se a tela com esse mesmo texto etiquetado morfológicamente:

³¹ <http://www.tycho.iel.unicamp.br/>

³² Para mais informações e trabalhos sobre a ferramenta de edição textual *eDictor*, visite a página <https://manualedictor.wordpress.com/>

Imagem 4. Exemplo de uma tela de digitação da ferramenta *eDictor*

Imagem 5. Exemplo de uma tela de dados etiquetados morfologicamente

A edição dos textos com o *eDictor*, além de simplificar a leitura e a busca de fenômenos sintáticos relevantes para a nossa análise, permitiu que o corpus deste trabalho fosse organizado de forma mais efetiva, o que permitirá que estes textos sejam utilizados em pesquisas futuras. Assim, um dos objetivos desta tese é colaborar com a organização de um corpus inédito que abrange quase todo o século XX do estado de São Paulo e que poderá ser utilizado por outros linguistas interessados em fatos diacrônicos do PB. A seguir, apresento a primeira reportagem da primeira capa do corpus após ter sido digitada:

FOLHA DA NOITE

ANNO I - S. PAULO--- Sabbado, 19 de Feveireiro de 1921 NUM.1

O Nosso Programma

Em seu numero de Janeiro de 1919 publicava a Revista dos dois mundos, um excelente trabalho, sobre Lloyd George, assignado pelo publicista francez sr. Gastão Rageot. Entre outras singularidades do espirito do grande estadista inglez, apontava o seu biographo, o despreso absoluto que ás idéas preconcebidas sempre votou aquelle que, assumindo a direcção dos negocios da Inglaterra no mais melindroso instante de sua vida de Imperio, soube mantel-a unida, cohesa, até o desenlace da conflagraçãoeuropéa, pela victoria das potencias aliadas. Diante dos factos que se succederam com prodigiosa celeridade, criando problemas imprevisiveis e inéditos, o bom sendo de Lloyd George lhe havia imposto uma attitude de espectante resolvido a enfrental-os e resolvel-os.

Contrastando com as tendencias latinas, o opportunismo anglo-saxão, encarnado na pessoa do primeiro ministro inglez, mais uma vez se imporia á observação de todos como a propria sabedoria em materia de direcção politica de povos.

A conclusão a que chegou o sr. Rageot, estudando a attitude de Lloyd George em face de tão graves quão complexos problemas, já ha muito que nos havia impressionado. Toda e qualquer obstinação a proposito do que ha de mais incerto e inconstante - referimo-nos aos interesses publicos - sob o pretexto de "coherencia" de idéas, de programma ou de tradições, sempre nos pareceu repugnar ás verdadeiras intelligencias e ser incompativel com a mutabilidade perenne dos problemas sociaes e politicos, que é a propria essencia da sua natureza. Dahi o proclamarmos desde já a nossa futura "incoherencia",

como costumam chamar, entre nós, aos gestos dos que, reconhecendo já não serem hoje as idéas que hontem defendiam as que melhor se coadunam com os interesses do povo, corajosamente, "coherentemente", desapoiam hoje o que hontem preconizavam.

Em synthese: chamamos, nós outros, a isso 'opportunismo', vontade de acertar levar em conta a fallibilidade humana. Outros, nisso querem ver irresolução, versatilidade, incoherencia. Seja como fôr; não abriremos mão de um direito que nos cabe. Sempre ao lado do povo, ou melhor, da nossa Patria opportunistas - eis o nosso programma.

Se ha algo engenhoso na republica das letras, diz Lafontaine, é a maneira pela qual Esopo expoz a sua moral.

Grande verdade, pois até hoje, tantos seculos depois, da morte do escravo phrygio, as fabelas constituem um monumento de sabedoria popular. E o mais engenhoso, visto que transmittidas por gerações, abstractas, por uma forma tão pittoresca que até ás crianças se tornam perceptíveis.

Em França Lafontaine popularizou-se de tal maneira que diz um critico: "... nous suçons quelque sorte les fables avec le lait". Dá-se o mesmo em todos os demais paizes. A fabula é o alimento moral que melhor recebe o cerebro infantil. Mas para isto é necessario que cada paiz possua o fabulario d Esopo adoptado ao seu ambiente, por forma a lhe intensificar o elemento pittoresco.

Entre nós as traducções dessas fabelas, em geral em verso, peccam neste pormenor, razão pela qual não as popularisaram ainda. Mas Monteiro Lobato, cujo espirito se voltou agora para a literatura infantil e popular, iniciando-se nesta, auspiciosamente, com o "Narizinho Arrebitado", empreendeu essa tarefa que, esperamos, levará a cabo com o brilho que é mysterio. Aos leitores da "Folha da Noite" cabe a primazia de travar relações com algumas paginas do futuro livro de Monteiro Lobato, que se chamará "As Fabelas de Narizinho".

Declarações de Lloyd George sobre as dividas allemans

Londres, 12 (A.) - O Sr. Lloyd George reafirmou hontem na Camara dos Communes que a Alemanha pagará aquillo que estiver nos limites da sua capacidade, mas recusou attender ás suggestões de varios membros da mesa da Camara para que ella fosse compellida a pagar tudo quanto custou a guerra.

Lloyd George, accrescentou que as reclamações dos alliados foram baseadas nos laudos dos peritos, os quaes affirmaram que a Alemanha pode e deve pagar a semana pedida.

As capas que fazem parte do livro escolhido para este estudo foram selecionadas pelos editores do exemplar por sua relevância histórica em relação aos acontecimentos do século XX. Há, por exemplo, manchetes como: “A situação criada pelas especulações da bolsa de Nova York”, Folha da Manhã, 30/10/1929; “Notícias de fonte alemã anunciam que os aliados iniciaram as operações de invasão da Europa”, Folha da Manhã, 06/06/1944; “Renunciou o Sr. Getulio Vargas”, Folha da Manhã, 30/10/1945; “A Lua no bolso”, Folha de S. Paulo, 21/07/1969; “300 mil nas ruas pelas diretas”, Folha de S. Paulo, 26/01/1984; “Ciência decifra código genético e inicia nova era para a medicina”, Folha de S. Paulo, 27/06/2000.

Ao fim da digitação, organização e etiquetação de todos os dados, obtive um total de um corpus composto por 408.073 palavras, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 5. Quantidade de capas e palavras por década

Décadas	Quantidade de Capas	Quantidade de Palavras
20	10	22.844
30	18	48.487
40	22	74.048
50	15	57.432
60	36	50.895
70	35	55.952
80	24	49.912
90	29	26.660
2000	24	21.843

A tabela acima expressa que o número de capas, bem como o de palavras por década varia muito. Assim, para obter um corpus mais homogêneo quantitativamente a fim de que os resultados não fossem afetados pela grande diferença que há entre algumas décadas, realizei de um novo recorte do corpus. Dessa forma, tomei como base as décadas de 1920 e 2000, e cheguei a um corpus composto por 235.587 palavras, dividido novamente da seguinte maneira:

Tabela 6. Recontagem da quantidade de capas e palavras por década

Década	Quantidade de Capas	Quantidade de Palavras
20	10	22.844
30	10	27.083
40	8	28.329
50	6	25.232
60	17	27.875
70	15	27.405
80	19	28.316
90	29	26.660
2000	24	21.843

Realizando esse novo recorte, busquei uma divisão do corpus mais equivalente do ponto de vista quantitativo. A partir daí, fiz a busca nos dados morfologicamente etiquetados tendo em mente os fatores relevantes para a variação e mudança na expressão do OI no PB. Para tanto, fiz uso de *expressões regulares* a fim de, por exemplo, fazer a busca nos dados etiquetados das ocorrências do pronome clítico *lhe* – que já haviam sido etiquetados morfologicamente através do *eDictor*. Na tela reproduzida a seguir está a *expressão regular*³³ utilizada na busca desse clítico (denotado como *lhe/CL: lhe-clítico*) nos dados da década de 1970 e em seguida está a tela com o resultado, segundo o qual foram encontrados seis casos, como descrito pelo programa – *6 hits in 1 file*:

³³ Uma *expressão regular*, na Informática, define um padrão a ser usado para procurar ou substituir palavras ou grupos de palavras. É um meio preciso de se fazer buscas de determinadas porções de texto. Por exemplo, se o conjunto de palavras for {asa, carro, jardim, ovos, terra} e a expressão regular buscar por um padrão rr, obterá as palavras carro e terra. Existem diferentes formatos para definir-se expressões regulares, porém com algumas noções gerais é possível entender boa parte das expressões. (Fonte: www.wikipedia.com.br)

Imagem 6. Exemplo de uma busca nos dados através de expressões regulares

Imagem 7. Exemplo dos resultados encontrados no corpus

Usando essa metodologia, realizei a busca dos dados no corpus de acordo com os contextos relevantes quanto à substituição da preposição *a* pela preposição *para* como introdutora do argumento indireto nas construções ditransitivas do PB. Assim sendo, antes da apresentação dos resultados quantitativos obtidos neste estudo, discutirei a questão dos grupos verbais a seguir.

3.3 A seleção dos grupos verbais

Berlinck (1996), em seu trabalho intitulado “The dative”, identifica um constituinte denominado dativo, no contexto de um conjunto de verbos transitivos, dentro do esquema argumental apresentado abaixo, no qual N₀ corresponde ao sujeito, V ao verbo, N₁ ao objeto direto e N₂ ao dativo, identificado por ser precedido pelas preposições *a*, *para* ou *em*.

$$N_0 + V + N_1 + \{a, para, em\} N_2$$

(Berlinck 1996:128)

Importante destacar que a tipologia verbal apresentada pela autora foi a mesma adotada para compor o conjunto dos contextos verbais que selecionei para este estudo, com os quais ocorrem os complementos introduzidos pelas preposições *a* e *para*. A tipologia envolve os verbos transitivos semanticamente interpretados como verbos de transferência material (VTM); verbos de transferência verbal e perceptual (VTV); verbos de movimento físico (VMF); e verbos de movimento abstrato (VMA). Seguindo ainda Torres Morais (2007), acrescentei a esses grupos os denominados verbos de criação (VC).³⁴

Vejamos a seguir a listagem dos verbos dos grupos acima mencionados:

(i) **Verbos de transferência material (VTM):** alugar, atribuir, conferir, confiar, dar, devolver, distribuir, emprestar, enviar, entregar, expedir, investir, fornecer, levar, mandar, oferecer, pagar, passar, restituir, transferir.³⁵

(ii) **Verbos de transferência verbal e perceptual (VTV):** aceitar, aconselhar, admitir, advertir, aludir, anunciar, apontar, apresentar, assegurar, assinalar, cantar, confessar, confirmar, contar, demonstrar, denunciar, desejar, dizer, divulgar, emitir,

³⁴ Uma parte do inventário dos itens verbais semanticamente interpretados como verbos de criação foram extraídos de Amaral & Cançado (2014).

³⁵ Nessa categoria Berlinck (1996) acrescenta os verbos de direção reversa, entre eles, *arrebatar*, *arrancar*, *confiscar*, *furtar*, *retirar*, *roubar*, *tirar*, *subtrair*, *suprimir*, *tomar*. Porém, não os consideramos como dados, uma vez que com esses verbos a preposição *a* alterna com a preposição *de* e não com *para*.

ensinar, escrever, explicar, falar, gritar, insinuar, julgar, jurar, manifestar, mostrar, narrar, notificar, ordenar, perguntar, prometer, propor, protestar, provar, recusar, repetir, responder, ressaltar, significar, sugerir, suplicar, telefonar, votar.

(iii) **Verbos de movimento físico (VMF):** acrescentar, atirar, conduzir, dirigir, encaminhar, juntar, lançar, levar, pôr, trazer.

(iv) **Verbos de movimento abstrato (VMA):** adaptar, ampliar, anexar, antepor, atribuir, aumentar, colocar, conferir, consagrar, conceder, dedicar, delatar, destinar, dirigir, elevar, empurrar, estender, impor, imputar, incorporar, incutir, juntar, manejar, pôr, sensibilizar, submeter, subordinar, trazer.

(v) **Verbos de criação (VC):** assar, bater (o bolo), bordar, compor, conceber, confeccionar, construir, copiar, costurar, criar, cultivar, desenvolver, digitar, documentar, edificar, elaborar, entalhar, escrever, esculpir, fabricar, fazer, fiar, filmar, formar, formular, fundar, idealizar, imprimir, instituir, inventar, mapear, pintar, preparar, produzir, projetar, redigir, reformar, registrar, reparar, representar, reproduzir, retratar, tecer, transcrever, tricotar.

Os exemplos (101 a-e) ilustram, de maneira geral, a variação entre a preposição *a* e *para* em PB nos contextos verbais relevantes, que são semelhantes aos encontrados na literatura e no meu corpus:

(101)	a. O João <u>deu</u> uma colar à/ para a Maria.	(VTM)
	b. O João <u>disse</u> a verdade à / para Maria.	(VTV)
	c. O João <u>encaminhou</u> o livro à /para a Maria.	(VMF)
	d. O João <u>concedeu</u> a liberdade à /para a Maria.	(VMA)
	e. O João <u>preparou</u> um delicioso jantar à/para a Maria.	(VC)

Os mesmos contextos revelam a alternância entre o clítico *lhe(s)* e o pronominais oblíquos *a/para ele/ela/eles/elas*, como exemplificado em (102 a -b):

(102)	a. O João lhe <u>deu</u> um colar
	b. O João <u>deu</u> um colar para ela.

Assim, uma vez que nos interessam as construções ditransitivas em que há alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do argumento preposicionado, a unificação dos grupos verbais tem uma justificativa semântica fundamental, i.e.: em todos eles é possível resgatar uma relação dinâmica de transferência de posse entre o objeto direto (OD) e o objeto preposicionado (cf. Capítulo I). Vejamos a seguir os resultados quantitativos obtidos.

3.4 Resultados Gerais

Nesta seção apresento os resultados percentuais em relação à variação entre as preposições *a* e *para* com base nos conjuntos de verbos identificados anteriormente. Foram encontrados 592 dados no cômputo geral. Dos mesmos, 470 (80%) se referem a complementos pronominais e não pronominais introduzidos por *a* e 122 (20%) por *para*. Vejamos o Gráfico 2:

Gráfico 2. Resultados gerais das preposições *a* e *para*

Observemos primeiramente que os resultados expostos no Gráfico 2 não deixam de ser surpreendentes: 80% de sentenças com objetos preposicionados, são introduzidos por *a*, e apenas 20% introduzidos por *para*. Dessa forma, comparando os dados deste

corpus com os resultados dos estudos abordados na seção anterior, parece que a premissa segundo a qual a preposição *para* está tomando o lugar da preposição *a* não se sustenta. Assim sendo, com o intuito de verificar quais os fatores que condicionam a alternância ou não dessas preposições, analisei as sentenças selecionadas no corpus analisado, levando em conta dois condicionamentos: o tipo de verbo e a natureza semântica do argumento preposicionado, com base nas categorias [+/-animado] e [locativo].

Primeiramente, calculei a porcentagem geral da ocorrência de cada preposição por tipo de verbo no corpus como um todo. Apresento na Tabela 7, o resultado deste levantamento em números absolutos e, em seguida, no Gráfico 3, os resultados percentuais por tipo de verbo: verbos de transferência material (VTM); verbos de transferência verbal e perceptual (VTV); verbos de movimento físico (VMF); verbos de movimento abstrato (VMA); e verbos de criação (VC).

Tabela 7. Quantidade de dados por grupo verbal

	VTM	VMF	VMA	VTV	VC
A	240	19	72	135	4
Para	58	9	16	25	14

Gráfico 3. Resultado geral das preposições *a* e *para* por grupo verbal

Esse gráfico nos mostra que há uma diferença nos resultados em relação aos tipos de verbos analisados. Porém, ainda não é possível perceber se o que foi concluído em outros trabalhos linguísticos, se confirma nesse corpus ou não. Ou seja, se realmente a preposição *para* é usada preferencialmente pelos brasileiros em detrimento de *a*. O que salta aos olhos nesse gráfico, contudo, é o resultado com o grupo dos verbos de criação, pois esse é o único contexto em que a preposição *para* claramente se sobrepõe ao *a*. Assim sendo, com intuito de tornar mais claro como o processo de variação entre a preposição *a* e *para* se manifestou no meu corpus, apresento os resultados por tipo de verbo e décadas nos Gráficos 4-7:

Gráfico 4. Resultados por décadas com verbos de transferência material

Como podemos verificar pelo Gráfico 4, a preposição *para* está em variação com a preposição *a* desde a década de 20, na qual *para* representa 20% dos dados. Essa alternância se confirma em todas as décadas analisadas, pois a preposição *para* ocorre num percentual que está entre 10 e 36 % dos dados. Quando nos deparamos com a década de 90, parece que esse elemento começaria a tomar o caminho de gradual sobreposição ao *a*, porém há uma nova queda nos anos 2000. Assim, esses dados nos mostram que esse é um exemplo da curva S de Kroch (2000), mencionada no Capítulo II.

Ao analisarmos os exemplos mais atentamente, porém, é perceptível que as preposições parecem co-ocorrer nos mesmo contextos, diferentemente do que acontece

em PE. Vejamos dois exemplos retirados do corpus de sentenças ditransitivas expressando a variação *a* e *para*.

(103) A municipalidade enviou esse representante **ao Chefe de Polícia** e este seccamente, assim despachou o papel Indeferido, á vista da informação.
(30/10/1929)

(104) A ambulancia da policia levou as victimas **para o posto da Assistencia**.
(05/07/1924)

Como explicitado no primeiro capítulo, a preposição *para* é preferencialmente utilizada em PE na introdução de sintagmas locativos ou para denotar uma interpretação de transferência de posse indireta entre o objeto direto tema e o objeto indireto alvo, por exemplo – instaurando uma PDC, nos termos apresentados no Capítulo I desta tese. Com base nos exemplos (103) acima, percebemos que esse não parece ser o caso do PB, pois é notável que nesta variante, a preposição *para* também introduz a ideia de transferência direta de posse, além da ideia de locativo, presente em (104). Assim sendo, apesar da diferença entre as duas preposições parecer ser quantitativamente irrelevante, percebe-se que, quanto ao contexto em que as mesmas ocorrem, há uma alternância. Em outras palavras, a preposição *para* começa a tomar lugar em contextos em que na variante portuguesa o *a* é privilegiado.

A seguir apresento os resultados com os verbos de movimento físico:

Gráfico 5. Resultados por décadas com verbos de movimento físico

Tomando como base os resultados do Gráfico 5, percebemos que o corpus apresenta um caminho contrário do esperado, pois, com base nos estudos já realizados sobre o tema, esperávamos encontrar uma quantidade maior da preposição *para* nesses contextos, principalmente nas últimas décadas do século XX. Contudo, não há nenhuma ocorrência de *para* depois da década de 60. Portanto, esse fato revela que, apenas a semântica dos verbos, não é suficiente para entender como se dá a escolha pela preposição que introduz os argumentos indiretos em PB. Essas questões ficarão mais claras na próxima seção deste capítulo, quando trataremos da natureza semântica do complemento preposicionado.

Novamente, como se verificou com os *verbos de transferência e movimento*, podemos supor que no decorrer do século XX, as duas preposições passaram a alternar e nos contextos em que a preposição *a* é preferencialmente utilizada em PE. Podemos supor, portanto, que essas preposições passaram a ter o mesmo estatuto para os falantes de PB, como discutiremos com mais detalhes no Capítulo IV.

Para dar suporte a essa constatação, apresento quatro exemplos, nos quais tanto a preposição *a* como *para* podem introduzir quer locativos, em (105) e (106), quer argumentos [+animado/+humano], em (107) e (108):

- (105) VENCIDO O COSMOS: URSS lança o primeiro astronauta **ao espaço**.
(13/04/1961)

- (106) (...) as tropas brasileiras que chegaram recentemente à Itália passarão por um período de curto treinamento intensivo, antes de serem mandadas para as linhas de frente.
(15/10/1944)

- (107) O Conselho Universitário da USP encaminhou ontem **ao governador Paulo Egídio** resposta ao relatório elaborado pela Secretaria de Economia e Planejamento (...).
(10/09/1976)

- (108) O Duque de Itararé encaminhou essa carta **para o sr. Getulio Vargas**, aconselhando-o a aceitar o pedido do sr. Zé Maria".
(03/10/1931)

Apresento a seguir o gráfico com os resultados por décadas das sentenças com *verbos de movimento abstrato*

Gráfico 6. Resultados por décadas com verbos de movimento abstrato

A noção de movimento abstrato atribuída a esse conjunto de verbos ocorre, pois, diferentemente do conjunto de *verbos de transferência material*, como *enviar*, por exemplo, em que realmente há um objeto – *tema do evento* - que é transferido para a posse do argumento preposicionado que recebe materialmente esse elemento. Ou seja, nesses casos há a transferência de uma entidade concreta envolvida. No caso dos VMA, por outro lado, a transferência entre o OD e o OI é algo metafórico, há algum tipo de movimento envolvido, mas há, na realidade uma aproximação abstrata entre uma entidade e um estado (Berlinck 1996:133).

Estudos como os de Gomes (2003) e Torres Morais & Berlinck (cf. 2006, 2007, 2015) consideram que a preposição *para* é mais frequente em situações consideradas mais concretas e a preposição *a* em situações mais abstratas. De fato, os resultados nos mostram que, até a década de 80, a preposição *a* é a preferida nesse contexto pelos falantes de PB, pois sua ocorrência perfaz entre 80 e 100% dos dados. Porém, já chama a atenção o fato de na primeira década analisada, a preposição *para* estar presente em 20% dos dados.

Na década de 80, nota-se um aumento significativo no uso de *para* que passa de 9% na década de 60 e 8% na década de 70 para 25%. Por fim, nas duas últimas décadas analisadas, a preposição *para* perfaz 56% dos dados da década de 1990 e 44% da década de 2000. Esses resultados são um exemplo clássico da curva S de variação e mudança mencionada no Capítulo II (cf. Kroch 2000). Ou seja, a preposição *para* já está presente nos dados da década de 20, sofre uma queda nas décadas de 30 e 40, ressurge na década de 50, na qual seu uso começa a aumentar e, por fim, ele ultrapassa o uso de *a* na década de 90. Isso confirma, portanto, que no decorrer do século XX, o uso das preposições *a* e *para* como introdutoras de argumentos indiretos estão em variação em PB. Essa afirmação é ilustrada pelos exemplos a seguir, ambos da década de 90, um com *a* e outro com *para* introduzindo um mesmo tipo de elemento [+animado/+humano]:

(109) Depois de impor **ao presidente** o prazo de 48 horas para que explicasse como paga as contas da Casa da Dinda.

(30/06/1992)

(110) Nova proposta de Lei de Imprensa entregue ao Congresso extingue a pena de prisão **para os jornalistas**.

(24/06/1996)

Apresento a seguir o gráfico com os resultados por décadas, com os *verbos de transferência verbal e perceptual*:

Gráfico 7. Resultados por décadas com verbos de transferência verbal e perceptual

Analisando esse gráfico, percebe-se que similar ao que foi verificado com os *verbos de movimento abstrato*, há uma onda de ocorrências entre as preposições *a* e *para*. Nota-se que na década de 20, há 50% de uso de *a* e de *para*. Nas outras décadas, a ocorrência de *a* se sobrepõe a de *para*, porém as porcentagens variam substancialmente entre uma década e outra.

Podemos perceber, contudo, que a preposição *a* se sobrepõe ao *para* em todas as décadas. Esse fato está de acordo com o que foi argumentado a respeito dos *verbos de movimento abstrato*, pois os *verbos de transferência verbal e perceptual* também instanciam um tipo de movimento metafórico que privilegia o uso da preposição *a*. Contudo, verificamos novamente que há presença complementar da preposição *para* desde a década de 20 nesses contextos. Assim, mais uma vez, esses fatos nos levam a crer que existe uma alternância no uso dessas preposições no corpus de analisado nesta tese.

Vejamos a seguir dois exemplos de *verbos de transferência verbal e perceptual*, um com a preposição *a* (111) e outro com o argumento indireto [+ animado] já sendo introduzido por *para* na década de 20, exemplo (112):

- (111) O governo aproveitou a deixa da sedição para apresentar **ao Parlamento** o projecto de lei (...).

(08/07/1922)

- (112) (...) quando os agentes da polícia franceza o descobriram na casa isolada e mysteriosa de um recanto de Paris, gritou **para elles**: Aqui está Bonot!

(05/06/1926)

Outros estudos com corpora de textos paulistas, como os de Torres Morais & Berlinck (2006, 2007, 2015 a sair) mostram que houve um decréscimo no uso da preposição *a* em contextos de *verbos de transferência material* já em cartas oitocentistas, mas com alguma estabilidade, no entanto, desse uso nas cartas do século XX. Já no contexto de *verbos de transferência verbal/perceptual* ocorre uma acentuada diminuição no emprego da preposição *a* apenas no século XX.³⁶

³⁶ As autoras também fazem observações interessantes a respeito das construções com verbos leves, pois, esse seria um contexto de resistência de uso da preposição *a*. Deixaremos, contudo, essa questão para estudos futuros.

Por fim, o contexto dos *verbos de criação* se destaca dos outros, por claramente favorecer o uso da preposição *para* em detrimento de *a* ao longo das décadas analisadas:

Gráfico 8. Resultados por décadas com verbos de criação

Verifica-se através do gráfico, que as preposições *para* e *a* estão em distribuição complementar desde o início do século, como ilustrado pelos exemplos abaixo retirados das primeiras décadas do corpus estudado:

(113) Uma provocação a mais á policia e o continuar a escrever cartas **aos jornaes.**

(05/06/1926)

(114) (...) ambos os paizes regulavam todas as questões que havia surgido com a dissolução do Estado polonez, creando dessa maneira uma base solida **para a paz européa.**

(30/09/1939)

O gráfico revela que a substituição categórica de *a* por *para* ocorre na década de 60. A respeito desse contexto, Torres Morais & Berlinck (2006:15) já apontam que, no

final do século XIX, as preposições *a* e *para* se alternam. Assim, uma vez que esses verbos expressam uma relação de transferência entre os objetos participantes do evento, do ponto de vista da aquisição linguística, parece que a preposição *para* se torna a opção mais adequada para transmitir a leitura semântica de transferência. Esse fato se confirmou ao analisarmos os dados deste corpus pelo viés temporal.

Vejamos na seção seguinte, a análise dos dados pela ótica da animacidade do OI.

3.4.1 A questão da animacidade

Levando em consideração que os resultados obtidos pelo viés do tipo de verbo com o qual ocorrem os argumentos indiretos introduzidos por *a* e *para* nos dados analisados mostrou-se diferente do que era esperado com base em outros estudos sobre temas similares. Nesta seção analisarei os mesmos dados, porém sob a ótica da animacidade do argumento indireto.

De acordo com Gomes (2003:94), a preposição *para*, como introdutora de argumentos indiretos em PB, ocorre preferencialmente em construções semânticas mais concretas, nas quais é feita a transferência de uma entidade - no caso das sentenças ditransitivas o objeto direto *tema* - para outra com o traço [+animado] ou [locativo]. Já a preposição *a* parece estar se especializando ao longo da história do PB com a função de representar relações semânticas mais abstratas.

A respeito do conceito de *animacidade*, Wiltschko & Ritter (2014) afirmam que esse termo é um tanto ambíguo, pois pode significar a diferença entre seres animados e objetos inanimados, mas também é usado por vezes para diferenciar seres humanos de outros animais e objetos, como ilustrado na figura abaixo:

(Wiltschko & Ritter 2014:1)

A fim de relacionar essas categorias de animacidade, porém, Croft (2003:130) retoma a hierarquia de animacidade de Dixon (1979: 85 *apud* Croft 2003:130). Essa hierarquia envolve três dimensões distintas que resultam em três hierarquias:

(115) Hierarquia de Pessoa: primeira < segunda < terceira;

Hierarquia de Referencialidade: pronome < nome próprio < substantivo comum;

Hierarquia de Animacidade: humano < animado < inanimado.

Os pronomes de 1ª e 2ª pessoas estão no topo da hierarquia porque os mesmos são inerentemente humanos, pronominais e definidos, enquanto a 3ª pessoa é apenas pronominal e definida³⁷. Assim, percebe-se que as três hierarquias acima estão relacionadas entre si e podem ainda ser associadas à idéia de definitude. Dessas relações resulta, por fim, a *Hierarquia Estendida de Animacidade* proposta por Croft (2003:130):

(116) *Hierarquia Estendida de Animacidade*: pronomes de primeira e segunda pessoas < pronomes de terceira pessoa < nomes próprios < substantivo comum humano < substantivo comum não humano animado < substantivo comum inanimado.

Baseando-se em diversas línguas, o autor afirma que essa hierarquia estendida tem um papel relevante em várias instâncias gramaticais, pois há línguas nas quais o verbo transitivo, por exemplo, não concorda com o sujeito ou o objeto, mas com a pessoa que está em uma posição mais alta na hierarquia (cf. Croft 2003:131). Logo, os conceitos de animacidade e definitude se relacionam para que as línguas possam codificar seus objetos. A título de ilustração dessa proposta, o autor sugere um quadro conceitual bi-dimensional baseado nos padrões das línguas analisadas por ele, como podemos verificar no quadro a seguir:

³⁷ Novamente, é interessante notar que os três tipos de clíticos de terceira pessoa do PB (acusativo, dativo e o multifuncional *se*) estão em processo de variação e mudança (cf. Calindro & Carvalho em preparação). Esse tipo de direção de mudança linguística dos clíticos está em consonância com o que se verifica em outras línguas, como o russo, por exemplo, que perdeu seus clíticos de 3ª pessoa ao longo da sua história e passou a utilizar pronomes plenos no lugar dos mesmos, como discutido em Franks (1995).

Figura 2. Mapas semânticos de objetos diretos animados e inanimados

(Croft 2003:168)

A respeito dos objetos diretos dessas línguas, esse mapa semântico indica que a codificação *overt* (explícita) dos objetos encontra-se prototipicamente na região superior do lado esquerdo do mapa e quando não há codificação alguma (*zero coding*), o objeto está na parte inferior do canto direito. Desse modo, de acordo com esse quadro, os objetos mais humanos e específicos são codificados mais explicitamente nas línguas e no ponto oposto do quadro estão os objetos inanimados não-específicos. Logo, como podemos perceber as línguas se valem de marcações diferentes para objetos com diferentes animacidades.

Nesta seção, portanto, meu intuito é verificar qual o papel da animacidade do elemento que acompanha as preposições analisadas teve e se teve na mudança lingüística que estamos analisando.

Com base nessas ideias, portanto, realizei uma nova divisão das sentenças encontradas no corpus analisado. Em primeiro lugar, existem os complementos categorizados tradicionalmente como [+animados/+humano], exemplo (117):

- (117) O cardeal Eugenio Tissarane, decano do Sacro Colegio, enviou uma mensagem de pêsames **ao embaixador da Argentina** junto à Santa Sé, Carlos Maria Oliva Velez, por motivo do passamento da sra. Eva Perón.

(30/07/1952)

Por se tratar de um corpus jornalístico, no entanto, esses textos possuem certas características que me levaram a optar por uma classificação particular de animacidade do OI. O corpus que analisei, favoreceu o aparecimento de sintagmas nominais introduzidos por preposição que se referem a instituições, assembleias, congresso, biblioteca, etc. que permite ao OI uma interpretação de [+animado/+humano], no sentido que as mesmas são formadas por indivíduos. Os exemplos abaixo são bastante ilustrativos da variação nesses contextos e fazem parte da mesma notícia, publicada em 1º de julho de 1950:

- (118) PARIS, 30 (R.) - Henri Queville, escolhido para organizar o novo governo, adotou o Plano Schuman como principal item de seu programa, ao solicitar hoje à **Assembléia Nacional** um voto de confiança, investindo-o de poderes para tentar o gabinete.

(01/07/1950)

- (119) (...) em vista de sua posição equatorial, que oferece condições inexistentes **para outros países**.

(18/06/1962)

Essa nova classificação foi realizada com base nos dados do PE, pois, como explicitado no Capítulo I, esse tipo de complemento pode alternar com o clítico dativo de 3ª pessoa como nos casos abaixo:

- (120) a. João enviou uma carta **ao banco**.
b. João enviou-lhes uma carta.

A presença do clítico como alternativa ao locativo preposicionado nas sentenças acima é uma evidência de que há uma expansão metafórica no sentido da animacidade, ou seja, a interpretação é a de que a carta vai para funcionários do banco. Por isso a alternância com o clítico *lhes* (no plural) é possível. Note-se que o traço de pluralidade para o clítico dativo é obrigatória, uma vez que, sem esse traço, não poderia ser construído o sentido de transferência de posse, na qual o argumento indireto é o

recipiente. Entende-se, assim, como ilustrado em (121), a razão pela qual uma sentença com locativo “puro” seria agramatical na sua pronominalização com o clítico dativo.

(121) a. João enviou uma encomenda **para o Rio de Janeiro**.

b. *João enviou-lhe/lhes uma encomenda.

Considero, portanto, que o tipo de complemento ilustrado nos exemplos (118) e (119) teria uma leitura semântica que difere da que recebe um SN intrinsecamente [+animado/+humano] e um SN intrinsecamente [locativo], uma vez que o mesmo pode ganhar uma dimensão metafórica de sentido. Por essa razão, optei por me referir a ele como argumento [-animado] em oposição ao [+animado] exemplificado em (117) e aos locativos “puros”, que não podem ser pronominalizados por *lhe(s)*, exemplificados em (121).³⁸

Esse embate entre as categorias *dativo* e *locativo* é algo recorrente desde o latim. De acordo com Van Hoeske (1996:6-12), nessa língua, o dativo podia ser interpretado dentro de uma noção geral de “pólo de orientação”, ou seja, o complemento dativo se identifica como aquele em direção ao qual está dirigido o processo expresso pelo evento. Nesse ponto, pode-se igualar semanticamente a um “locativo”.

Outro aspecto notado em Berlinck (2001:161) é a competição entre o uso do caso morfológico e das preposições na expressão do dativo em latim clássico. Nos exemplos abaixo, verificamos que o complemento morfológico é usado quando o referente é uma pessoa, enquanto as preposições são utilizadas para indicar lugares:

(122) Hominem alicui adducere

Pessoa.AC alguém. DAT conduzir

‘Conduzir uma pessoa a alguém’

(Plautus, *Mostellaria*, p. 804, *apud* Berlinck, 2001:163)

(123) Adducere exercitum **ad** urbem

Conduzir exército.AC à cidade.AC

‘Conduzir o exército à cidade’

(Cicero, In *M. Antoniumoratines Philippicae*, 5, 22,

apud Berlinck, 2001:163)

³⁸Observe-se, porém, que mesmo os locativos “puros” como o termo *banco* podem obter a classificação como [-animado], dentro da classificação que estou propondo.

- (124) Adducere exercitum **in** fines
 Conduzir exército.AC no território.AC
 ‘Conduzir o exército para dentro do território’
 (Caesar, *De Bello Gallico*, 5, 46, 3, *apud* Berlinck, 2001:163)

A autora afirma, portanto, que sempre houve uma “interferência entre os campos nocionais do dativo e de espaço” (Berlinck, 2001:164). Por isso, na evolução do latim para as línguas românicas, a preposição *ad* foi escolhida para marcar o caso dativo, quando do enfraquecimento do sistema casual em latim. De acordo com Berlinck (op. cit.), é interessante pensar que o PB está fazendo o mesmo percurso do latim, no qual a preposição *ad* - agora a preposição *a* - era usada para marcar uma relação mais concreta, se gramaticalizou, e passou a denotar noções abstratas.

Como discutido no início desta seção, os referentes dos complementos de 1ª e 2ª pessoas são de natureza humana, já os referentes do OI de 3ª pessoa podem ser humanos, locativos, um objeto ou uma noção abstrata. Tendo esses fatores em vista, Torres Morais & Berlinck (2015: 35) apresentam o gráfico abaixo, no qual é possível verificar que a preposição *a* se associa ao OI de 3ª pessoa humano. Por outro lado, há uma predominância da preposição *para* com o OI locativo, verificada na Figura 3 e na Tabela 8 a seguir:

Figura 3. Uso da preposição a segundo a pessoa gramatical

(Torres Morais & Berlinck 2015:35)

Tabela 8. Preposição do OI, segundo a natureza semântica do complemento, em cartas pessoais do século XX (amostra PHPB)

<i>natureza semântica</i>	A		PARA	
	%	PR	%	PR
humano	74%	0.51	26%	0.49
locativo	29%	0.07	71%	0.93

(Torres Morais & Berlinck 2015:39)

Considerando, portanto, os argumentos [+animados], [-animados]³⁹ e os complementos [locativos] precedidos pelas preposições *a* e *para*, obtive os seguintes resultados gerais no corpus analisado:

Gráfico 9. Resultados gerais de animacidade com a preposição *a*

³⁹ A título de simplificação, em alguns momentos utilizarei [+A] para os [+animados] e [-A] para os [-animados].

Gráfico 10. Resultados gerais de animacidade com a preposição *para*

Os gráficos acima corroboram a ideia de que a preposição *a* privilegia as situações mais abstratas, enquanto a preposição *para* ocorre em contextos mais concretos, pois a considerando a soma entre a ocorrência de complementos [+animados] e [-animado] chegamos ao percentual de 95% de *a* contra apenas 5% de *a* com locativos.

Tendo isso em mente, é interessante comparar esses resultados com o quadro elaborado por Croft (2003) que apresentei anteriormente. Segundo o autor, os objetos que precisam de uma codificação *overt* (presentes no lado superior esquerdo do quadro) são aqueles que apresentam um nível de abstração maior, assim como os argumentos introduzidos por *a* em PB. Enquanto os objetos que não precisam de uma codificação *overt*, são os complementos preferencialmente introduzidos por *para* em PB.

Em relação ao cômputo total dos dados deste trabalho, se associarmos as quantidades de [+A] e [-A] chegamos a 95% dos casos de complementos preposicionados com *a*, enquanto a maior porcentagem com *para* é de 58%.

Ao separarmos o conceito de *animacidade* pelos diferentes tipos de verbos, essas questões ficam ainda mais claras:

Gráfico 11. Resultados percentuais de animacidade com verbos de transferência material

Nota-se pelos resultados do Gráfico 11 que, com verbos de *transferência material* a preposição *a* é preferencialmente acompanhada por complementos do tipo [+animado] e [-animado], perfazendo percentual de 95% do total de ocorrências. Já a preposição *para* introduz tanto locativos, 56% dos casos, como elementos [+animado] 19% das ocorrências e 25% de [-animados].

Vejamos exemplos:

(125) Ele quer encerrar o mandato com salário mínimo de US\$ 90 e dar reajuste de 28% **para servidores** em agosto.

(02/05/1994)

(126) O General Belgrano, que zarpa hoje com destino a Santos, leva muitos emigrantes **para aquele porto**.

(01/07/1925)

Encontramos dois casos, na década de 90, muito interessantes, porque os mesmos aparecem na mesma notícia, um no título da matéria (127), o outro na primeira linha (128), ilustrando a variação:

(127) Atacado comboio que levava ajuda à **Bósnia**.

(16/8/1992)

(128) Um comboio da ONU que levava ajuda humanitária **para Gorazde**, na Bósnia-Herzegovina, foi atacado ontem.

(16/8/1992)

Pode-se dizer que os exemplos (127) e (128) revelam um fenómeno de variação no sentido pleno laboviano, ou seja, duas diferentes preposições envolvendo a mesma situação de transferência abstrata e ambas com complemento locativo. Como explicar a variação? Naturalmente, podemos nos valer da noção de diglossia ou gramáticas em competição (cf. Kroch 2000), ou da noção de gramática núcleo vs. periferia estilística, como proposto em Kato (2005) e discutido no capítulo II.

Porém, é possível argumentar que, do ponto de vista do falante do PB, a preposição *para* tem um carácter mais neutro (cf. Gomes 2003:96), enquanto a preposição *a* seria mais formal, como já mencionado neste Capítulo II. Logo, por se tratar de um corpus de texto escrito, os redatores do jornal, ao buscar uma formalidade maior, optam pelo uso da preposição *a* em detrimento de *para* – considero que este deva ser o caminho para explicar a variedade encontrada no corpus.

A seguir apresento os resultados com os *verbos de movimento físico*. Nesse contexto, o aparecimento de complemento locativo se sobrepõe categoricamente ao [+animado] e [-animado], com a preposição *a* e com *para*, como podemos verificar no gráfico a seguir.

Gráfico 12. Resultados percentuais de animacidade com verbos de movimento físico

No cômputo geral, foram encontrados 5% de casos de [+ animados] com a preposição *a*, 21% de [-animados] e 74 % de [+locativo]. Com a preposição *para* a quantidade de ocorrências com locativos é ainda maior 89 % dos casos. Apesar de nas décadas de 30 e 40 já ser notada a entrada do *para*, a variação ainda persiste nas outras décadas. Porém, é interessante ressaltar que embora a preposição *para* ocorra em maior número com os complementos locativos, como no exemplo em (129), olhando as duas últimas décadas, percebe-se que a variação com a preposição *a* ainda persiste - não só persiste, como todos os dados ocorrem com *a*. Porém, o mais notável é o fato de todos os exemplos encontrados nessas últimas décadas serem seguidos de locativo, exemplo (130):

- (129) Sem resistir, os congressistas foram colocados em fila e levados aos ônibus requisitados para transportá-los **para a capital**.

(13/10/1968)

(130) Às 2h56 de ontem, quando Hugo Chávez foi reconduzido ao palácio Miraflores, centenas de milhares de manifestantes estavam nas ruas.

(15/4/2002)

Discutimos ao longo dessa seção que a preposição *a* era usada preferencialmente em situações abstratas e a preposição *para* com situações concretas. Desse modo, a introdução de locativos em PE era feita preferencialmente por *para*, enquanto os outros contextos são preferencialmente introduzidos por *a*, os resultados ilustrados no Gráfico (12) são extremamente relevantes.

Este resultado com os *verbos de movimento físico* pelo viés da animacidade do objeto indireto nos revela que os mesmos possuem uma semântica que favorece complementos locativos, como se verifica no gráfico. O mais interessante é notar que nas décadas de 30 e 40 a porcentagem de *para* é maior que de *a*, depois há um aumento no uso de *a*. Esse fato indica que podemos estar novamente frente à curva S, proposta pelos estudos de variação e mudança.

É interessante, no entanto, perceber que na década de 70, não foi encontrado nenhum dado com *para*. Nessa década, em 50% dos dados analisados a preposição *a* introduz elementos [+animados] e em 50% locativos. Nas duas últimas décadas, foram encontrados apenas dados de introduzindo locativos.

Esses resultados são relevantes no sentido que, estamos assumindo que um dos contextos que privilegia o uso de *para*, mesmo em PE, é o dos complementos locativos. Assim, é surpreendente o fato de termos encontrado nos dados mais recentes, todos os locativos sendo introduzidos por *a*. Logo, assumo o que esses resultados nos mostram é que há uma alternância na língua escrita entre o *a* e o *para*. Esse contexto, *dos verbos de movimento físico*, representa bem esse fato.

Tendo esses dados em vista, podemos supor que as duas preposições co-ocorrem e, portanto, as mesmas teriam o mesmo estatuto do ponto de vista dos falantes de PB. Ou seja, enquanto em PE, a preposição *a* é um elemento funcional, como discutido no Capítulo I, marcador de Caso inerente. Em PB, essa preposição, ao alternar com a preposição *para* mudou de estatuto e é, portanto, marcadora de caso oblíquo, como a preposição *para* nas PDCs do PE. Voltaremos a essas questões no capítulo seguinte, no qual apresentarei minha proposta para a representação das sentenças ditransitivas do PB.

Vejamos a seguir, os resultados com os *verbos de movimento abstrato* e de *transferência verbal e perceptual*, com os quais, ocorre uma transferência metafórica de

posse. Logo, como já discutido anteriormente, espera-se que esses contextos privilegiem argumentos [+animados] e [-animados] introduzidos pela preposição *a*, ou seja, esses seriam contextos de resistência da mesma.

De fato, com os verbos de *movimento abstrato* (Gráfico 13) não se registra nenhum caso de complemento locativo ao longo das décadas, Logo, confirma-se que tais verbos licenciam unicamente complementos preposicionados classificados como [+A] e [-A].

Gráfico 13. Resultados percentuais de animacidade com verbos de movimento abstrato

Percebe-se, contudo, que desde a década de 20, há exemplos de argumentos indiretos introduzidos por *para*, sendo que, como mostrado na seção anterior, este é um dos contextos em que a mesma tem representação relevante nos dados, chegando a superar o uso de *a* na década de 90. Logo, esses dados são mais evidências para assumirmos que essas duas preposições co-ocorrem neste corpus, sendo utilizadas pelos falantes em contextos similares.

Por outro lado, os resultados do Gráfico 14 com os dados de *verbos de transferência verbal/perceptual* confirmam a predominância da preposição *a* acompanhando recipientes normalmente [+animados] e [-animados]:

Gráfico 14. Resultados percentuais de animacidade com verbos de transferência verbal e perceptual

Vejamos alguns exemplos:

- (131) O ministro deverá dizer **aos deputados** que a operação atendeu a todos os critérios legais e provavelmente negará que o BNH tenha aceito por Cr\$ 60,8 bilhões terrenos avaliados por Cr\$ 9,6 bilhões.

(6/4/1983)

- (132) Auditoria da Marinha, do Rio de Janeiro, informou **à Polícia Federal** em São Paulo que sua situação fora regularizada pela anistia.

(16/12/1982)

Nota-se, porém, que apesar de em menos quantidade que com os *verbos de movimento abstrato*, a preposição *para* já está presente nesses contextos de *transferência verbal e perceptual*, que também denotam uma transferência metafórica de posse, contexto que privilegiaria a preposição *a*. Porém, como podemos verificar nos exemplos a seguir encontrados nas décadas de 90 e 2000, o uso de *para* nas duas últimas décadas nos mostra que a utilização das duas preposições apresenta variação.

- (133) A operação havia sido decidida na noite anterior, depois que o presidente iugoslavo, Slobodan Milosevic, recusou o plano de paz **para a Província separatista de Kosovo**.

(25/03/1999)

- (134) Como ocorre uma doença genética? A partir de uma mutação (erro) embutida na sequência de letras de um gene, que pode ser transmitida dos pais **para os filhos**.

(27/06/2000)

Por fim, apresento os resultados com *verbos de criação*. Um fato a ser considerado a respeito desses verbos é que os textos jornalísticos não favoreceram a sua ocorrência. Porém, como já discutido em outros estudos sobre o PB, e como verificamos através dos resultados obtidos neste trabalho, a preposição *a* é categoricamente substituída por *para* nas décadas mais recentes do século XX. Além disso, há pouca menção a esses verbos em outros estudos, assim considere importante contabilizá-los em minha análise.

Gráfico 15. Resultados percentuais de animacidade com verbos de criação

Vejamos os exemplos a seguir:

- (135) Meneghetti deu- se ao luxo de escrever cartas **ao jornaes**, descrevendo proezas anteriores e relatando factos que demonstravam a sua permanencia nesta capital.

(01/07/1925)

- (136) O objetivo das medidas, segundo Bresser, é conter a "onda especulativa que estava criando problemas **para a economia**". Ele acredita que "serão suficientes para conter o surto inflacionário".

(13/05/1987)

- (137) Equipe de Detroit (EUA) anunciou ter realizado o primeiro transplante bem-sucedido de medula óssea em feto. Técnica abrirá caminho **para tratamento de problemas hereditários**.

(05/12/1995)

Considerando que os *verbos de criação* denotam transferência de um objeto criado, é comum que seus complementos sejam argumentos [+animados]⁴⁰. É interessante, contudo, lembrar que esses elementos são introduzidos por *a* em PE atual:

(138) A Maria preparou o jantar **aos convidados**.

Para os brasileiros, contudo, uma sentença como (138) é agramatical, ou seja, não há alternância entre as preposições *a* e *para*. Nesse contexto, apenas a segunda é utilizada pelos brasileiros. Voltaremos a essas questões no Capítulo IV, no qual trarei minha proposta para a representação da estrutura argumental dos verbos ditransitivos do PB.

Por fim, a respeito dos complementos locativos, como discutido no início deste trabalho, esses sempre apresentaram variação entre *a* e *para* nos dados históricos. Dessa forma, podemos hipotetizar que esse pode ter sido o principal contexto de expansão da preposição *para* a todos os contextos ditransitivos, bem como para o desaparecimento do clítico dativo *lhe*, uma vez que o mesmo não substitui locativos puros.

Além disso, é interessante observar que além da mudança no uso das preposições ter seguido a mesma lógica do latim, isso também ocorre com a questão da perda do caso morfológico, como já discutido por Berlinck (2001). O latim perdeu primeiro o caso morfológico que passou a ser substituído por preposições, assim como o PB perdeu o clítico dativo de terceira pessoa *lhe* - resquício de caso dativo morfológico do latim e concomitantemente começou a apresentar alterações no uso das preposições introdutoras de argumentos indiretos.

Como discutiremos no Capítulo IV, com a perda das marcas morfológicas de dativo, representada pela preposição funcional *a* e pelo clítico dativo *lhe* - o PB está fazendo um movimento tipológico de afastamento em relação ao PE e a outras línguas românicas, e se aproximando das línguas nas quais as preposições são todas lexicais e não há marca morfológica de caso. A princípio a substituição de *a* por *para* pode parecer apenas uma questão de mudança lexical na língua. Porém, como verificado através dos dados analisados, essas mudanças têm consequências na sintaxe do PB. A mais importante delas em relação à maneira como a língua atribui Caso. Porém, antes de

⁴⁰ Trataremos com maiores detalhes a natureza do objeto indireto que acompanha os verbos de criação no capítulo a seguir.

entrarmos nessa discussão propriamente dita, é necessário entender o processo de mudança em relação ao dativo *lhe*, como veremos na próxima seção.

3.4.2 O clítico dativo *lhe*

Voltando ao trabalho de Berlinck (1996) e Torres Morais (2007), as autoras afirmam que em PE o que diferencia os complementos dativos dos acusativos é substituição dos mesmos por clíticos acusativos e dativos respectivamente:

- (139) a. Maria não ama **ao Pedro**.
b. Maria não **o** ama.
c. *Maria não **lhe** ama.
- (140) a. Maria transferiu a responsabilidade **ao Pedro**.
b. Maria transferiu-lhe a responsabilidade.

Essa assunção é confirmada por Gonçalves & Raposo (2014), na qual os autores fazem a seguinte afirmação:

Do ponto de vista funcional, o complemento que não é introduzido por uma preposição (pelo menos tipicamente, cf.28.1.3.1.1) e que pode ser substituído por um pronome clítico acusativo (*me, te, o, a* e variantes plurais) chama-se **complemento de objeto direto**⁴¹ (ou apenas **objeto direto** ou **complemento direto**): p.e., *os artistas* em *o Pedro cumprimentou os artistas*, ou o pronome *os* em *o Pedro cumprimentou-os*.

O complemento introduzido pela preposição *a* e que pode ser substituído por um pronome clítico dativo (*me, te, lhe* e variantes plurais) chama-se **complemento de objeto indireto** (ou apenas **objeto indireto** ou **complemento indireto**: p.e., *à Ana* em *O Pedro deu os bombons à Ana* ou o pronome *lhe* em *O Pedro deu-lhe os bombons*.

(Gonçalves & Raposo 2014:1158)

O principal critério de classificação do complemento indireto de 3ª pessoa como dativo, portanto, é a possível substituição do mesmo pelo clítico dativo *lhe(s)*. Logo, o fato deste clítico ter desaparecido do inventário dos falantes de português é relevante para compreensão da mudança em questão neste trabalho. Diversos estudos já

⁴¹ Grifos do original.

confirmaram quantitativamente essa perda (cf. Ramos 1999; Freire 2000, 2005; Gomes 2003; Torres Morais & Berlinck 2006, 2007).

Freire (2000), ao analisar um corpus falado de PB do Rio de Janeiro e PE, verificou que, no PB, o argumento indireto de 3ª pessoa é predominantemente expresso pela preposição acompanhada de um pronome lexical – em 57% dos seus dados. Além disso, as outras ocorrências registradas pelo autor são de OIs nulos e SNs anafóricos. Importante ainda ressaltar que o autor não encontrou nenhuma ocorrência de OI clítico de 3ª pessoa, o que está de acordo com os resultados obtidos em outros trabalhos, e no corpus que analisei.

Um aspecto fundamental dessa reanálise foi a gramaticalização do pronome de tratamento *você(s)*, como pronome pessoal de 2ª pessoa com a eliminação do pronome de 2ª pessoa *tu* na maioria das regiões do Brasil (cf. Tarallo, 1993; Duarte, 1995)⁴² Consequentemente, houve redução no paradigma flexional verbal em PB. Acredita-se que esse fato gerou uma mudança significativa na sintaxe tanto dos pronomes com função de sujeito quanto de objeto, uma vez que o pronome *você* pode atuar tanto como argumento externo quanto interno do evento.

No mesmo movimento dos rearranjos pronominais, foram afetados os clíticos acusativos e dativos de 2ª e 3ª pessoas. O clítico acusativo *te* alterna com a forma *você* na posição de objeto direto. Além disso, observa-se que a mudança na segunda pessoa comprometeu também a realização dos complementos de 3ª pessoa, pois, como mencionado anteriormente, o clítico dativo *lhe* não é mais usado para se referir a 3ª pessoa e passa a ser uma forma sincrética de 2ª pessoa usada tanto como acusativo (141) ou dativo (142), da mesma maneira como as forma de 1ª pessoa do singular *me* e do plural *nos* (cf. Oliveira 2003; Figueiredo Silva 2007):

(141) Eu **lhe** vi ontem.
2SG. AC

(142) Eu **lhe** enviei a carta.
2SG.DAT

De acordo com Oliveira (2003:6), devido à falta de distribuição harmônica entre os pronomes acusativos de 3ª pessoa que possuem marca de gênero e os de 1ª e 2ª

⁴² É importante lembrar que há regiões em que o pronome *tu* ainda é utilizado como 2ª pessoa do singular, porém com a conjugação verbal de terceira pessoa do singular.

pessoas que não de um lado e com a perda dos clíticos acusativos de outro, não há uma representação pronominal de 2ª pessoa com uma forma pronominal de 3ª.

O único clítico que apresentava traço [+humano] sem marca de gênero era o dativo *lhe*. Logo, essa pode ser uma das razões para a sua reanálise, uma vez que esse clítico passar a se referir a 2ª pessoa, independentemente da transitividade do verbo. Segundo a autora, o uso do clítico *lhe(s)* como 2ª pessoa para verbos transitivos diretos aparece em diversas regiões do Brasil, mas com mais relevância nas regiões do nordeste. Oliveira (op. cit.) afirma ter verificado em seu corpus um alto índice de uso de objetos diretos preposicionados nos dados da Bahia no século XIX. Esse fato confirmaria a correlação entre os OD preposicionados – que no século XIX era favorecido pelo traço [+humano] (cf. Oliveira 2003:5) - e o clítico *lhe(s)*.

No âmbito dos pronomes pessoais houve, ainda, a gramaticalização da expressão nominal *a gente* como 1ª pessoa do plural, porém com concordância verbal de terceira pessoa do singular. Logo, a expressão *a gente* alterna com o pronome pessoal forte *nós* na função de sujeito, enquanto o clítico acusativo de 1ª pessoa do plural *nos* também se encontra em variação com *a gente* na posição de complemento.

Tendo em vista essas mudanças, o quadro dos pronomes pessoais em PB passa a ter a seguinte configuração:

Quadro 1. Quadro de pronomes do português brasileiro

	1ª pessoa		2ª pessoa		3ª pessoa	
	Forte/Fraco	Clítico	Forte/Fraco	Clítico	Forte/Fraco	Clítico
Sujeito	eu a gente (pl) nós (pl)	--	(tu) você vocês (pl)	--	ele (masc) ela (fem) eles (pl) elas (pl)	--
Objeto Direto	a gente (pl) nós (pl)	me nos (pl)	Você vocês (pl)	te lhe	ele (masc) ela (fem) eles (pl) elas (pl)	--
Objeto Indireto	para/a gente (pl) nós (pl)	me nos (pl)	para/a você vocês (pl)	Te Lhe	para/a ele (masc) ela (fem) eles (pl) elas (pl)	--

Como discutido anteriormente, os clíticos de 1ª e 2ª pessoas continuam sendo utilizados em todas as regiões do país, porém o uso do clítico dativo *lhe* caiu substancialmente, como notados pelos estudos mencionados anteriormente⁴³. Freire (2000) e Gomes (2003), por exemplo, notaram essa mudança em seus trabalhos baseados em corpora de língua falada, porém podemos afirmar que essa mudança já passou para a língua escrita na região estudada, como é possível verificar através do resultado obtido na análise do corpus do presente estudo, reproduzido no gráfico abaixo:

Gráfico 16. Ocorrência do clítico dativo *lhe(s)*

Nos dados analisados, há 51 ocorrência de *lhe* na década de 20, exemplo (143), enquanto que a quantidade cai para apenas uma única ocorrência nos anos 2000, sentença (144).

⁴³ De acordo com Galves (s/d:4) a variabilidade de concordância verbal em PB afetou os traços de pessoa. Assim, como o uso do pronome tu não depende somente de fatores sócio-culturais como de fatores regionais, o mesmo acontece com o *lhe* de segunda pessoa. Assim, o clítico *lhe* de 3ª pessoa passou a ser utilizado como um equivalente a forma você, ambos com uso de 2ª pessoa e, segundo Galves, consequentemente, *lhe* e *te* variam livremente. Da mesma forma, os pronomes possessivos ‘teu’ e ‘seu’ também variam na referência a você – 2ª pessoa. Por fim, os possessivos ‘seu’ e ‘dele’ variam livremente também como referentes de 3ª pessoa, assim, nota-se que há uma variação livre em PB entre 2ª e 3ª pessoas. Resumidamente, com a ausência da 2ª pessoa no paradigma verbal, 2ª e 3ª pessoa não mais se distinguem no sistema pronominal do PB, o que, faz com que PB tenha um sistema pronominal binário com um valor [+] correspondendo à 1ª pessoa e um valor [-] para o restante.

(1/8/1927)

(05/11/2008)

3.5 As ditransitivas e a questão dos papéis temáticos do OI

Com o intuito de exemplificar a multifuncionalidade de termos como *to* do inglês – responsável pela introdução dos argumentos indiretos com alguns verbos ditransitivos, Haspelmath (op. cit) apresenta mapas semânticos, como o reproduzido abaixo:

127

O objetivo desse tipo de mapa é mostrar que, quando algumas funções gramaticais são similares, essa multifuncionalidade pode ser expressa através de esquemas que refletem aquilo que é percebido como parecido pelos falantes. As diferentes gramáticas de uma língua, além disso, podem se sobrepor umas às outras mesmo quando apenas uma língua é levada em consideração. Vejamos abaixo o diagrama que o autor apresenta para o dativo em francês⁴⁴:

(Haspelmath 2006:31)

Para a interpretação mais efetiva dos argumentos indiretos que acompanham os verbos ditransitivos, o autor propõe os seguintes papéis semânticos:

Recipient: receives a theme;

Beneficiary: profits from an agent's action;

Benecipient: profits from an agent's action as a result receives something ('recipient – beneficiary').

(Haspelmath 2006:32)

Segundo o autor, as línguas podem ser divididas em quatro tipos, dependendo do tipo de marcador casual que os complementos indiretos apresentam: *tripartite* (como o islandês), *recipient-prominent* (como o finlandês), *beneficiary – prominent* (como o maori) e *neutra*. Esses padrões são representados em mapas semânticos da seguinte forma:

⁴⁴Note que junto à preposição, o autor apresenta o clítico dativo *lui*. Fato semelhante ao PE, uma vez que este também apresenta o clítico dativo *lhe*, porém, isso não ocorre em PB, como será discutido com mais detalhes nos capítulos subseqüentes.

(Haspelmath 2006:34)

Esse diagrama e ilustra que o islandês traz marcas diferentes para cada leitura semântica do argumento indireto. Já em finlandês, a marcação de *recipiente* e de *recipiente* + *beneficiário* (*beneficipient*) é a mesma, assim como a de *recipiente* + *beneficiário* e *beneficiário* são iguais em maori, como podemos verificar nos exemplos dessas três línguas abaixo:

Islandês (*tripartite*)

- (145) a. maðurinn gaf konu/**konnunni** bók.
man.NOM gave woman/woman.DAT book
‘The man gave the woman a book’
b. hann bakaði köku **handa** mér.
he.NOM bake.PAST cake.ACC for me
‘He baked me a cake’
c. hann bakaði köku **fyrir** mig.
he.NOM bake.PAST cake.ACC for me
‘He baked me a cake / He baked a cake for me (instead of me)’

Finlandês (*recipient – prominent*)

- (146) a. kuningas auto-i poja-**lle** kirjan-n.
king.NOM give.PAST -3SG boy-ALL book-ACC
‘The king gave a/the book to the boy’
b. hammaslääkäri leipo-I puoliso-**lle**-en kaku-n.
dentist.NOM bake-3SG.PAST spouse-ALL-3.POSS cake-ACC

‘The dentist baked his/her spouse a cake’

c. hän lö-i mies-tä minu-n vuokse-ni /
 3SG.NOM hit.PAST-3SG man-PART 1SG-GEN for-1SG.POSS/
 takia-ni.
 for-1SG.POSS

‘S/he hit the man for me/as a favor to me/on my behalf’

Maori (*beneficiary-prominent*)

(147) a. kei te whakamaarama ia i ngaa koorero pakitara.

T/Aexplain 3SG PREP the.PL talk fiction

ki ngaa tamariki

PREP the.PL children

‘She is explaining the stories to the children’

b. kua mahi-a e pani he kapu ii maa raatou.

T/A make-PASS by PN a cup tea PREP 3PL

‘Pani has made them a cup of tea’

c. i hoatu ahau i te maaripi ki tana hoa

T/A give 1SG DO the knife PREP SG.GEN.SG friend

maa hone.

PREP John

‘I gave the knife to John’s friend for John’

(Haspelmath 2006:32/33)

Para deixar esses fatos ainda mais claros, o autor apresenta os seguintes paradigmas de construções ditransitivas do inglês com base na *alternância dativa*, explicada anteriormente:

She <u>gave</u> the book to me .	recipient
She <u>gave</u> me the book.	recipient
She <u>baked</u> a cake for me.	recipient – beneficiary
She <u>baked</u> me a cake.	recipient – beneficiary
She <u>went</u> to the market for me .	beneficiary
*She <u>went</u> me to the market.	beneficiary

(Haspelmath, 2006:34)

A partir desse paradigma, fica claro que a mesma construção pode expressar diferentes semânticas, como ilustrado no mapa semântico abaixo:

(Haspelmath 2006:34)

Pensando no PE, proponho que poderíamos obter o seguinte esquema de interpretação do OI nas sentenças ditransitivas relevantes:

Maria <u>deu</u> um livro ao João .	recipiente
Maria <u>deu-lhe</u> um livro.	recipiente
Maria <u>bateu</u> um bolo ao João .	recipiente + beneficiário
Maria <u>bateu-lhe</u> um bolo.	recipiente + beneficiário
Maria <u>foi</u> ao mercado para o João .	beneficiário

Levando em consideração essas diferentes construções ditransitivas, o mapa semântico para o PE, teria o seguinte formato:

Como apontado na introdução, estudos linguísticos vêm mostrando que os falantes de PB apresenta uma preferência de uso da preposição *para* no lugar de *a* nos contextos de verbos de transferência material, tais como *dar*, porém, os dados do corpus analisado nesta tese mostraram que ainda há alternância entre as duas preposições. Com verbos de criação (*bater um bolo*, *escrever*, *pintar*), a substituição da preposição *a* por *para* já se instaurou por completo em PB. Assim, os OIs das sentenças propostas para o

inglês e para o PE, seguindo a classificação de Haspelmath (op. cit.), teriam as seguintes leituras em PB:

Maria <u>deu</u> um livro ao / para o João.	recipiente
Maria <u>deu</u> um livro a ele / para ele.	recipiente
Maria <u>bateu</u> um bolo para o João.	recipiente + beneficiário
Maria <u>bateu</u> um bolo para ele.	recipiente + beneficiário
Maria <u>foi</u> ao mercado para o João.	beneficiário

Como discutido anteriormente, os exemplos acima expressam o uso generalizado da preposição *para* em PB, como é possível ver no mapa semântico abaixo:

Assim, os mapas semânticos propostos por Haspelmath adaptados para o português ajudam a ilustrar o fato de que, enquanto em PE, a preposição *a* introduz argumentos tanto com a leitura de *recipiente* e *beneficiário + recipiente*, no PB, a preposição *para* se expande para todos esses contextos, como ilustrado no mapa acima.

CAPÍTULO IV

Uma proposta para as estruturas ditransitivas do PB

Nos capítulos anteriores procurei enfatizar que dois aspectos gramaticais são relevantes para a caracterização das mudanças em progresso na expressão do OI no PB: alterações no sistema pronominal, levando à perda do clítico dativos *lhe(s)* de 3ª pessoa, e a perda do marcador de caso, a preposição *a*. A hipótese que assumo é que o OI em PB é sempre introduzido por uma preposição transitiva *para* ou *a*. Tal afirmação é respaldada por resultados quantitativos expressivos, os quais documentam a gradativa queda dos marcadores casuais, tanto os que se referem ao OI pronominal, quanto ao OI não pronominal. No entanto, veremos na análise do corpus que a preposição *a* ainda resiste no contexto dos verbos de movimento e transferência, o que é entendido como sendo uma marca de aquisição tardia, via escolaridade, ou via prática de leitura e escrita.

Fica claro, portanto, que quando se trata do OI, é de extrema importância um entendimento mais aprofundado da preposição. Neste capítulo, portanto, minha atenção está voltada para os estudos teóricos recentes que tratam do estatuto sintático e semântico das preposições. Em particular, o objetivo central é defender uma proposta de análise da estrutura interna do sintagma preposicional (PP), que me parece mais adequada para dar conta dos fatos do PB.

4.1 A natureza das preposições

Um dos pontos mais conflitantes dentro da teoria sintática corrente é o que se refere à natureza das preposições, em particular, quando se coloca essa categoria em contraponto a outras, nitidamente lexicais, como o verbo, adjetivo e nome, ou nitidamente funcionais, entre elas, os pronomes, artigos, flexão e complementizador.

Entretanto, parece consensual o reconhecimento de que as preposições são elementos relacionais. Esse é um ponto que vai ser muito importante para este estudo, o qual trata da relação que se estabelece entre dois argumentos de sentenças ditransitivas, o OD e o OI. Recentemente, novas abordagens, ancoradas em perspectivas mais

elaboradas, têm esclarecido a natureza dessa relação e o entendimento do caráter lexical/funcional das preposições.

Segundo Marantz (2001) e Borer (2003), tendo em vista que as preposições estão relacionadas ao conteúdo enciclopédico de uma língua, as mesmas podem ser consideradas elementos lexicais, pois possuem uma gama rica de significados e nuances. Baker (2003), contudo, considera as preposições como uma categoria essencialmente funcional, pois elas não apresentam morfologia derivacional. Já Svenonius (2004), apesar de assumir que a preposição é basicamente um elemento funcional, também a trata como uma categoria aberta, uma vez que ainda há palavras sendo incorporadas a esse inventário.⁴⁵

Svenonius (op. cit.) afirma, ainda, que a gramaticalização de um elemento em preposição é algo muito comum nas línguas, como é o caso de *instead of* do inglês que foi gramaticalizado do substantivo antigo *stead* cujo significado era ‘lugar’. Com base nessa consideração e em outros aspectos de diferentes línguas, o autor postula um conjunto de propriedades que diferencia a categoria preposição (P) de substantivos e verbos:

(148) Características Típicas de Adposições⁴⁶

- a. Expressam relações binárias entre entidades (inclusive eventos);
- b. Formam um constituinte sintático com um DP complemento;
- c. C-selecionam propriedades do complemento;
- d. S-selecionam propriedades do complemento;
- e. Projetam XPs que funcionam como predicado ou como adjuntos oracionais;
- f. Não combinam morfologicamente com tempo e aspecto;

(Svenonius 2004:12)

Assim sendo, para analisar se uma preposição é funcional ou lexical, é necessário levar em consideração qual é o seu papel na estrutura a qual ela pertence. Para tanto, os conceitos de c-seleção e s-seleção são fundamentais no reconhecimento

⁴⁵ cf. também Bresnan 1982; van Riemsdijk 1990; Starke 1993; Yadroff 1999; van Eynde 2004 *apud* Svenonius 2004.

⁴⁶ Tradução livre do original: Typical Characteristics of Adpositions: a. Express binary relations between entities (including events); b. Form a syntactic constituent with a DP complement; c. C-select properties of the complement; d. S-select properties of the complement; e. Project XPs which function as predicate or sentential adjuncts; f. Do not combine with tense or aspect morphology.

do estatuto de uma preposição. A noção de c-seleção é específica de cada língua e está ligada à determinação de condições sintáticas de um elemento, por isso esse tipo de relação se estabelece apenas entre um núcleo e seus complementos e não com seus especificadores ou adjuntos. Se uma preposição determina o Caso de seu complemento, ela é, portanto, um elemento funcional, como ocorre em russo e islandês, por exemplo:

(149) Russo		Islandês	
k ‘towards’	DAT	m‘ot ‘towards’	DAT
iz ‘out of’	GEN	‘ur ‘out of’	DAT
pod ‘under’	INSTR/ACC	undir ‘under’	DAT/ACC
meždu ‘between’	INSTR	milli ‘between’	GEN
bez ‘without’	GEN	án ‘without’	GEN

(Svenonius 2004:14)

Preposições funcionais, além disso, também podem determinar a categoria do seu complemento (Emonds 1985 *apud* Svenonius 2004:14), como verificamos nos exemplos abaixo:

- (150) ‘during’ + DP → during the play/ *during you slept.
‘while’+ TP or CP → *while the play / while you slept.
(adaptado Svenonius 2004:14)

Já a s-seleção de um elemento está relacionada a todos os argumentos de um núcleo não somente ao seu complemento. Um verbo, por exemplo, apesar de não fazer exigências acerca da categoria de seu argumento externo, pode determinar por s-seleção que o mesmo seja animado. Da mesma maneira, as preposições podem impor restrições semânticas ao seu complemento. Por exemplo, a preposição *in* pressupõe que seu complemento seja um recipiente, já a preposição *on* demanda um complemento com características de superfície (cf. Svenonius 2004:14).

Em relação à semântica dos objetos que podem ser introduzidos por preposições nas sentenças ditransitivas, Pesestky (1995) se vale dos conceitos de *superset* e *subset*. Segundo o autor, nas DOCs, o 1º objeto, interpretado como *alvo* é selecionado diretamente pelo verbo. Já nas construções em que o mesmo é introduzido por *to* em inglês, a seleção teta é indireta devido à presença da preposição. Logo, a

semântica dos objetos introduzidos por *to* seria um *superset* dos argumentos *alvos* em geral, assim como estamos argumentando neste trabalho a respeito dos sintagmas introduzidos por *para* nas construções ditransitivas relevantes em PB. A preposição *para*, portanto, seria em PB o *superset* equivalente ao *to* do inglês.

Harley (2002:32), inclusive, assume que mesmo nas construções ditransitivas sem preposição em inglês, há um sintagma preposicionado cujo núcleo é uma preposição abstrata denominada pela autora de Phave (151). Enquanto nas construções preposicionadas, apesar da presença real da preposição, a estrutura também contém uma preposição abstrata em seu núcleo – Ploc (152), como podemos verificar nas representações da autora abaixo:

(151)

b. double object structure

(152)

a. double complement structure

(Harley 2002:32)

A autora, portanto, relaciona as diferenças entre a construção que ela chama de *double object structure* (equivalente à DOC de Larson (1988)) e a *double complement structure* (equivalente à PDC de Larson (1988)) à contribuição semântica dos núcleos responsáveis pela introdução dos argumentos nessas estruturas. Apesar de haver muitos pontos a serem discutidos sobre essa afirmação (cf. Pylkkänen 2002, 2008, por exemplo), o que nos interessa no presente momento é o fato da autora afirmar que a preposição *to* contribui com uma semântica relacionada ao conceito de *path* (caminho) nos moldes de Jackendoff (1990). Essa ideia contribui, portanto, para a suposição de Pesetsky de que há uma relação de *superset-subset* entre os argumentos das DOCs e das PDCs. Assim sendo, quando o sintagma preposicionado é nucleado pela preposição *to*, o elemento selecionado só pode ser algo que *to* permita que seja selecionado de acordo com sua grade temática.

Traçando um paralelo com os fatos relevantes do PB, sabemos que, historicamente, a preposição *para* era usada para introduzir locativos. Assim, esse fato estaria de acordo com a ideia do núcleo PLoc, proposto por Harley, como licenciador dos argumentos nas construções ditransitivas preposicionadas e que está relacionado à ideia de um locativo, de *path*, como proposto pela autora. Como estamos discutindo, assumo que o uso *para* em PB foi generalizado como essencialmente introdutor de complementos locativos em PE e PB histórico e dos contextos de transferência de posse indireta, para os demais contextos ditransitivos do PB atual.

4.1.1 A natureza relacional das preposições

Pensando no comportamento das preposições translinguisticamente, Hale & Keyser (2002) argumentam que esses elementos têm como propriedade inerente e fundamental o fato de serem capazes de projetar uma estrutura que apresenta tanto complemento como especificador. Consequentemente, preposições são elementos bi-relacionais que especificam uma relação - espacial, temporal etc. - entre duas entidades, que podem ser argumentos, eventos, circunstância etc.

Tomando como exemplo as sentenças em (153), os autores discutem que as mesmas possuem uma camada nucleada pela preposição que toma um complemento e um especificador, como podemos verificar na representação em (154):

- (153) a. (put) the books on the shelf.
 b. (get) the cows into the corral.
 c. (pound) nails into the wall.
 d. (drip) paint on the floor.

(Hale & Keyser 2002:6)

(154)

(Hale & Keyser 2002:7)

Esse tipo de construção é denominada diádica (*dyadic*), pois sua configuração estrutural é definida por um núcleo que projeta duas posições argumentais internas, que estão de acordo com suas propriedades lexicais. Além disso, essa estrutura pode ser o complemento de um núcleo verbal dentro de uma projeção lexical, como ilustrado abaixo:

(155)

(Hale & Keyser 2002:7)

A estrutura argumental de um item lexical como *put*, portanto, é uma configuração complexa formada por uma projeção-P diádica encaixada como complemento de uma projeção-V monádica. Logo, o DP presente no especificador da projeção P é o objeto do verbo e recebe Caso estrutural acusativo do mesmo. Esse DP, portanto, se encontra dentro da configuração estrutural associada com a entrada lexical do verbo. Sendo assim, ele é um argumento interno lexicalmente (Hale & Keyser 2002:8).

Como veremos nas seções a seguir, as constatações de Hale & Keyser (op. cit.) a respeito da estrutura das preposições foram fundamentais para as proposta do *split-P* de Svenonius em seus diversos trabalhos sobre a estrutura de sintagmas preposicionados (cf. Svenonius 2003, 2004, 2006, 2007, 2010 et seq.). Os mesmos foram base para a postulação da projeção pP para o islandês de Wood (2012) e de um pP similar associado a um introdutor geral de argumentos *i**, como veremos mais adiante na proposta de Wood & Marantz (2015) - e que serão expandidas neste trabalho para as ditransitivas do PB.

A partir, portanto, da ideia de que preposições são elementos relacionais, Svenonius (op. cit) trabalha com o conceito de Figura e Fundo, elaborado por Talmy (1978, 1985), para expressar como essa relação entre dois elementos pode ser estabelecida por uma preposição. Os próprios conceitos de Figura e Fundo são definidos através de uma noção relacional, como podemos verificar na definição desses elementos abaixo:

- (156) a. A **Figura** é um objeto que se move, ou capaz de se mover conceitualmente, cujo caminho ou lugar está em questão.
b. O **Fundo** é um quadro de referência, ou um ponto de referência dentro de um quadro de referência, em relação ao qual o caminho ou o lugar da Figura é caracterizado.

(Talmy 1985:61)⁴⁷

⁴⁷ Tradução livre do original (Talmy 1985:61): "The **Figure** is a moving or conceptually movable object whose path or site is at issue. The **Ground** is a reference-frame, or a reference-point stationary within a referent-frame, with respect to which the Figure's path or site is characterized".

Para ilustrar esses conceitos, tomemos o exemplo em (157). Nessa sentença, *the keys* é a Figura, *the table* é o Fundo, e a preposição *on* é a responsável por estabelecer uma relação espacial entre as duas:

(157) John threw the keys on the table.

Svenonius (2003, 2004), portanto, afirma que o complemento de uma preposição é sempre um Fundo. Esse padrão, segundo o autor é surpreendentemente consistente através das línguas, pois a relação que se estabelece entre os dois elementos envolvidos é sempre de Figura – Fundo, nunca de Fundo – Figura (2004:16), como nos exemplos abaixo do inglês. Verificamos, que os exemplos listados em (158) não são necessariamente agramaticais, porém sua interpretação fica comprometida, pois o Fundo é o complemento do verbo e a Figura o complemento da preposição. As interpretações desejadas das sentenças em (158) estão nas sentenças em (159), nas quais o elemento Fundo acompanha a preposição:

- (158) a. # Max stuck his nose around his finger.
b. #We couldn't fish the punch without the frog.
c. #The kids put the tree in decorations.

- (159) a. Max stuck his finger in his nose.
b. We couldn't fish the frog out of the punch.
c. The kids put decorations on the tree.

(Svenonius 2004:16)

O papel da preposição nessas configurações, portanto, é o de apresentar restrições de c-seleção em relação ao Fundo e não à Figura, uma vez que a interpretação do Fundo é muito mais dependente da preposição que a interpretação da Figura. Além disso, esses fatos estão de acordo com a diferenciação de alguns elementos em *preposições* e *partículas*. Apesar do português não apresentar esse tipo de distinção, característica de línguas germânicas e escandinavas, esses dois conceitos nos ajudam a ressaltar o fato das preposições em PB possuírem um sentido semântico pleno em estruturas ditransitivas, não um caráter funcional, como a preposição *a* em PE. Um

sintagma P que apresenta apenas uma Figura em sua estrutura é uma *partícula*, já quando P é acompanhado por um elemento Fundo, ele é uma *preposição*.

Para ilustrar essas ideias, vejamos os exemplos de Svenonius (2003:433) abaixo:

(160) The helicopter flew the firefighters **up** the mountain.

Figure

Ground

(161) The helicopter flew the firefighters **up**.

(162) The helicopter flew **up** the firefighters.

(163) The helicopter flew **up** the mountain.

(Svenonius 2003:433)

Verificamos que, nos itens (160) e (163), *up* é uma preposição, já em (161) e (162) a mesma é uma partícula, devido às seguintes propriedades apresentadas por Svenonius (2003):

- (164) a. O complemento de P é um Fundo;
- b. O especificador de p é uma Figura;
- c. P com apenas uma Figura (sem Fundo) é uma partícula;
- d. P com um Fundo é uma preposição;
- e. Uma partícula pode passar por *particle shift* uma preposição não;

(Svenonius 2003: 434)⁴⁸

Isso posto, Svenonius (2004:19) afirma que as partículas do inglês nada mais são que preposições intransitivas, pois são elementos que não possuem complementos, apenas especificador. Seguindo esse raciocínio podemos considerar que as preposições que possuem complementos são elementos transitivos, como as analisadas neste trabalho (cf. também Cuervo 2003).

⁴⁸Tradução livre do original, Svenonius (2003: 434):

- a. The complement to P is a Ground;
- b. The specifier of P is a Figure;
- c. P with a Figure only (and no Ground) is a particle;
- d. P with a Ground is a preposition;
- e. A particle may undergo Particle Shift, a preposition may not;

Complementando essas considerações em relação ao inglês, trago a proposta de Avelar (2006) a respeito dos sintagmas adnominais preposicionados em PB, para ilustrar a representação do sintagma preposicionado com base nas considerações apresentadas até o momento. Avelar (op. cit.), seguindo Svenonius (op. cit.), propõe uma estrutura clausal para os complexos adnominais preposicionados do PB, a fim de capturar as propriedades que envolvem DPs modificados por preposições locativas complexas. Vejamos abaixo a representação de um sintagma adnominal dentro da proposta do autor:

(165)

(Avelar 2006:181)

Na configuração acima, Avelar (2006) afirma que a Figura corresponde ao DP modificado pelo adjunto adnominal preposicionado e o Fundo ao complemento de tal preposição. Dessa forma, mais uma vez, o papel da preposição na configuração do da projeção pP delineada por Svenonius (op. cit.) é o de apresentar restrições de c-seleção em relação ao Fundo e não à Figura. Assim sendo, as preposições são elementos que estão relacionados aos argumentos internos. Logo, a interpretação do Fundo é muito mais dependente da preposição que a interpretação da Figura.

Além das preposições consideradas espaciais, muitas línguas possuem preposições não espaciais que são, na verdade, extensões metafóricas de um P espacial. Nesses casos, Svenonius (2004:24) afirma que também é possível aplicar a dicotomia de Figura e Fundo, apesar dessa relação não ser tão evidente quanto com os elementos espaciais. Esse ponto é fundamental para a análise da mudança na introdução dos argumentos indiretos aqui estudada, uma vez que estamos tratando de contextos não

espaciais. Ademais, é interessante fazer um paralelo entre as estruturas preposicionadas espaciais e o uso da preposição *para* em PB, pois, como já discutido, o uso de *para* foi ampliado de contextos em que esse elemento introduzia argumentos locativos e de transferência de posse indireta - com o conjunto de verbos de transferência/movimento - para a introdução de qualquer elemento que o acompanhe.

A esse respeito, primeiramente, Svenonius (op. cit.) trata de três sentenças na quais as preposições não introduzem argumentos espaciais, pois os seus complementos apresentam a noção semântica geral de *experienciador*. Esse elemento, portanto, também pode ser entendido, de certa forma, como Fundo:

(166) a. She lied **for** him.

b. My car broke down **on** me.

c. **To** most people, this is just an ordinary cookie.

(Svenonius 2004:24)

Em (166a), temos um argumento com a leitura de *beneficiário*; em (166b) de *maleficiário* e em (166c) de *experienciador perceptual*. Desse modo, as preposições presentes nessas sentenças fariam parte do que o autor chama de *grammatical P* (Svenonius 2004:25), ou seja, uma vez que não se trata de uma relação espacial entre o especificador da preposição e seu complemento, não podemos manter o conceito de uma ‘entidade que se move conceitualmente’ (*conceptually movable entity*). Porém, o autor apresenta como alternativa, a ideia de um P que atribui um papel temático diferente para seu complemento, nos casos acima, por exemplo, o papel geral de *experienciador*.

Para o autor, pelo fato de a mais lexical das preposições ser ainda menos lexical do que verbos e substantivos, por exemplo, é possível estabelecer um tipo de escala de conteúdo lexical das preposições, tendo em vista que algumas, inclusive, deixam de ser preposições e se tornam apenas elementos funcionais marcadores de Caso. Como em espanhol, por exemplo, em que a preposição *a* virou marcadora de Caso (cf. 228).

(167) Ella levanto **a** um niño.

(Torrego, 1998 *apud* Svenonius 2004:26)

Nesse caso, de acordo com Svenonius, o complemento da preposição *a* é uma Figura, não um Fundo, logo a mesma tem características de partícula não de preposição verdadeira, o que está em consonância com o que foi discutido a respeito do espanhol no Capítulo I. Além disso, a preposição *a*, nesse caso, não atribui papel temático ao objeto que a acompanha, essa informação é totalmente determinada pelo verbo. Outro caso que mostra o estatuto do elemento *a* como marcador de Caso, são sentenças nas quais *a* marca o OD. Esse tipo de marcação é denominada DOM – *differential object marking* – marcação diferencial do objeto.⁴⁹

- (168) a. Describe **a** un maestro de Zen.
b. Describe (***a**) un maestro de Zen al papa.
(Torrego 1998 *apud* Svenonius 2004:27)

Para autor, portanto, elementos cuja função é apenas de marcar Caso não são Ps, logo as generalizações a respeito de Figura e Fundo não cabem nesse contexto. Porém, Svenonius assume que as generalizações de Figura e Fundo podem ser mantidas para o P gramatical. Assim, é possível afirmar que o argumento interno de um P é um Fundo e seu argumento externo uma Figura. Percebemos, mais uma vez, que o Fundo está dentro da esfera sintática de influência da adposição, enquanto a Figura não está.

Quando transpomos a teoria de Svenonius (op. cit) do âmbito preposicional para o verbal, não podemos deixar de lado as questões de seleção temática e de atribuição de Caso. Uma vez que Svenonius não se preocupa com a estrutura argumental, pois seus trabalhos são acerca de sintagmas locativos preposicionados, essas questões relacionadas à derivação de Caso ficam um tanto marginais em seus trabalhos. Porém, tendo em vista o tema central deste estudo, é importante discutir como os fatos atribuição de Caso ocorrem nas ditransitivas do PB.

⁴⁹ Para uma discussão mais ampla sobre marcação diferencial de objeto cf. Lopez (2012).

4.2 Considerações sobre a teoria do caso

Se pensarmos na história do PB, tal como discutido no capítulo 3, as noções de caso morfológico e Caso abstrato são igualmente fundamentais para explicar os fenômenos de variação e mudança tanto no uso das preposições que introduzem argumentos indiretos, como no desaparecimento do clítico dativo de 3ª pessoa *lhe(s)*. A ideia de caso existe para que seja possível identificar a função gramatical dos argumentos de uma sentença. Há línguas como o latim e o árabe que possuem caso morfológico, outras, como o inglês e o português que fazem parte do inventário de línguas que apresentam resquícios de caso morfológico em seu sistema pronominal.

O Caso abstrato, por outro lado, está relacionado diretamente à posição estrutural do argumento da sentença (por isso também é chamado de *Caso estrutural*). Nem toda língua tem caso morfológico, porém todas as línguas possuem Caso abstrato, assim sendo em línguas com caso morfológico, essas duas noções convergem. Em uma frase como *Ela gosta de sorvete*, o pronome *ela* é, ao mesmo tempo, morfologicamente e sintaticamente Nominativo (cf. Chomsky 1982)⁵⁰.

Existem, porém, línguas como o alemão (169) e o islandês (170) cujo sujeito apresenta *quircky case*:

(169) Ihm wurde geholfen.
him.DAT become helped
'Ele foi ajudado'

(170) Hefur þér nokkurn tíma leiðst Haraldur?
have you.DAT any time bored Harald.NOM?"
'O Harald já te incomodou? / Você foi incomodado pelo Harald?'

Como é possível notar pelos exemplos acima, há um desencontro entre o caso morfológico e o Caso abstrato. Assim, para explicar esses fatos, criou-se a noção de Caso inerente para línguas com morfologia rica. Nos termos da teoria de *Government and Binding* (GB), esse tipo de Caso é especificado no Léxico e, portanto, realizado em estrutura D, uma vez que está associado a certos argumentos do predicado e ocorre

⁵⁰Lembramos que de acordo com Chomsky (1986), a atribuição de um Caso Abstrato aos argumentos sentenciais ocorre da seguinte forma: um DP é Nominativo quando regido por Agr e/ou T; um DP é Acusativo quando regido por V (transitivo); um DP é Oblíquo quando regido por P.

através de s-seleção. Assim, Caso inerente sempre envolve uma relação temática entre o NP que recebe Caso e o atribuidor de Caso. Como o Caso abstrato é somente atribuído na sintaxe (em estrutura S nos termos da GB), não se espera que o mesmo anule o Caso inerente. Logo, se o Caso inerente está presente, ele é mantido. Isso explica o fenômeno do *quirky case* - o Caso abstrato é atribuído de qualquer forma, porém não se manifesta, uma vez que o NP já possui Caso inerente, atribuído aos argumentos por categorias lexicais, junto com um papel temático em estrutura-D (cf. Chomsky 1981). Os DPs com Caso inerente, portanto, estão ligados a papéis temáticos específicos, ou seja, não são como sujeitos nominativos e objetos acusativos que podem ter diversos papéis temáticos. Segundo Roberts (2007), o fato de uma língua permitir que o um núcleo atribua Caso inerente ou não é um importante ponto de variação entre as línguas – por exemplo, o alemão atribui Caso inerente; já o inglês, não.

Em termos minimalistas (cf. Chomsky 1995), quando são abolidas as noções de estrutura –D e estrutura-S, o Caso inerente passa a ser atribuído, por um núcleo lexical ou funcional ao DP já na posição em que ele é gerado (cf. Chomsky 2000). Assim, a partir desse modelo, as preposições não são mais determinadas tematicamente em estrutura profunda, como se acreditava. Como o foco deste estudo é variação e mudança nas preposições introdutoras de argumento indireto das sentenças ditransitivas do PB, é importante considerar a relação entre Caso e as preposições em português.

A respeito do PB, Kato (2012) advoga que o Caso *default* é o nominativo⁵¹. Como evidência para essa afirmação a autora apresenta o seguinte teste de topicalização para mostrar os Casos *default* do francês, inglês, PE e PB:

(171) **Francês** – Caso *default* Dativo – $Moi_{default}, je_{nom}$ l'ai vu hier.

Inglês – Caso *default* Acusativo – $Me_{default}, I_{nom}$ saw him yesterday.

PB e PE – Caso *default* Nominativo – $Eu_{default}, eu$ vi ele_{nom} ontem (PB);

$Eu_{default}, vere-$ $i_{default}$ – ontem (PE).

(Kato 2012:5)

Para a autora, os pronomes fortes recebem Caso *default*, já os fracos checam Caso estruturalmente. Nos exemplos acima, podemos verificar o contraste entre o nominativo *default* e o nominativo checado estruturalmente em relação de *Agree* com T. Porém, como a diferença entre pronomes fortes e fracos em PB não é tão clara, a autora

⁵¹ “Em Kato (1999) utilizei o conceito “default” para definir o Caso dos pronomes fortes em qualquer língua, podendo este Caso ser diferente translinguisticamente.” (Kato 2012:5)

aponta que o redobro dessas formas pode ser visto como repetição, quando o objeto direto é deslocado à esquerda. Neste ponto se iguala ao francês e ao inglês:

- (172) Lui_{default}, je l_{acc}'ai vu hier.
 Him_{default}, I saw him_{acc} yesterday.
 Ele_{default}, eu vi ele_{nom} ontem. (PB)
 Ele_{default}, vi-o_{acc} ontem. (PE)
 (Kato 2012:6)

Como discutido no primeiro capítulo, o quadro de pronomes do PB sofreu mudanças ao longo dos anos e as mesmas afetaram várias instâncias do comportamento desses itens. No âmbito desse trabalho, interessa-nos particularmente os pronomes que acompanham complementos preposicionados. Segundo Kato, quando um pronome está em posição de argumento, o mesmo é um pronome fraco que recebe Caso oblíquo atribuído pela preposição, como em (175). Nesses casos, inclusive, a preposição é mantida se há *pied-piping* para a posição de tópico (176). Porém, sem a preposição, o pronome volta à forma *default* – nominativo (177):

- (173) O Pedro não gosta de mim._{dat/obl}
 (174) De mim_{dat/obl} o Pedro não gosta.
 (175) Eu_{default}, o Pedro não gosta (de mim).
 (176) *Mim, o Pedro não gosta.
 (177) *De eu, o Pedro não gosta.

(Kato 2012: 6)

Há ainda contextos em PB que licenciam a ausência da preposição. Segundo Kato (op. cit), isso é plausível porque há a possibilidade de o argumento ter um pouso intermediário em uma posição que licencia o Caso *default*. Essa opcionalidade não está relacionada ao movimento-Q, e caso haja tal pouso, a preposição não aparece, como percebemos na derivação em (178). Porém, se o movimento for diretamente para CP, haverá necessariamente *pied-piping* da preposição, como em (179).

- (178) a1. [IP você cortou o queijo (com) **que**_{+F} **faca**]
 a2. [IP [**que**_{+F} **faca**]_{default} [IP você cortou o queijo ____]] adjunção do DP a IP
 com Caso *default*
 a3. [CP **que**_{+F} [IP **que**_{+F} **faca**_{default} [IP você cortou o queijo ____]] merge do *que*_{+F}

a4. [_{CP} [**que**_{+F} **faca**_{default}] **que**_{+F} [_{IP} você cortou o queijo ____]] movimento-Q
 ‘Que faca que você cortou o queijo’

- (179) c1. [_{IP} você cortou o queijo com **que faca**]
 c2. [_{CP} **que**_{+F} [_{IP} você cortou o queijo com [**que faca**]_{+F}]] (concatenação do subordinador *que*_{+F})
 c3. [_{CP} com [**que faca**_{obl}]_{+F} **que**_{+F} [_{IP} você cortou o queijo ____]] (movimento-Q)
 c4. [_{IP} É [_{CP} com [**que faca**_{obl}]_{+F} **que**_{+F} [_{IP} você corta o queijo ____]]] (*merge* da cópula)
 c5. [_{CP} [_{CP} com [**que faca**_{obl}] [_{IP} é [*t*_Q **que** [_{IP} você cortou o queijo ____]]] (movimento-Q para a sentença raiz)
 ‘Com que faca é que você cortou o queijo?’

(Kato 2012:11/12)

Já em PE, só há opcionalidade da preposição com verbos como *gostar* e *precisar*. Porém, segundo a autora, no PB paulista, há um leque maior de verbos com Caso inerente, mas menor do que na variante carioca. Em estudo anterior, Kato (2009:1), a autora afirma que as preposições podem ser opcionais se possuírem Caso inerente. Sua ausência envolve apenas posições A’, nas quais o DP pode ter Caso *default*, pois uma vez que a posição não é selecionada, o DP na posição complemento terá Caso não valorado e, assim, a derivação fracassa. Por essa razão o DP se move para a posição de TopP e recebe Caso *default* nominativo.

O Caso inerente também pode ser responsável por dividir a hierarquia de papéis temáticos, dependendo do falante e de seu dialeto. Tendo a seguinte ordem em mente: tema>alvo>locativo>instrumento>beneficiário, Kato (2009) acredita que a possibilidade da preposição ser nula em contextos nos quais o complemento é um *alvo* é maior do que quando ela tem, por exemplo, o papel de *beneficiário*, pois a preposição só pode desaparecer quando subcategorizada pelo verbo. Assim, quando a mesma é um adjunto, ela não se apaga. Consequentemente, a preposição pode ser nula nos contextos de Caso inerente (Kato 2009:9) – em PPs cujo complemento é um genitivo (180) e em PPs que são objetos indiretos (181):

- (180) a. Eu conheço o pai **desse menino** desde o Natal.
 b. **(D) Esse menino** , eu conheço o pai desde o Natal.
 c. **(De) que menino** que você conhece o pai?
 d. É este o menino **(de) que** eu conheço o pai.
- (181) a. Todo mundo deu donativos **para a UNICEF**.
 b. **(Para) a UNICEF**, todo mundo deu donativos.
 c. **(Para) que entidade** que todo mundo deu donativos?
 d. A entidade **(para) que** todo mundo deu donativos.

(Kato 2009:9/10)

A proposta de Kato, portanto, é que as preposições reais não-inerentes estão obrigatoriamente na numeração, porém as preposições marcadas com Caso inerente são opcionais. Logo, quando uma preposição real é concatenada com um DP, o PP resultante pode permanecer em posição-A ou se mover para uma posição-A' como um PP:

- (182) a. A Maria precisa **d[esse dinheiro]**_{inherent case} para hoje.
 b. **D[esse dinheiro]**_{i inherent case}, a Maria precisa [_{pp}t_i] para hoje.

(Kato 2009:11)

Por outro lado, quando a preposição é marcada por Caso inerente e não está na numeração, o DP por ela introduzido permanece sem caso valorado e a derivação não ocorre (183a), a menos que o DP se mova para uma posição-A'(87b), na qual, no caso do PB, recebe Caso *default* nominativo:

- (183) a. *A Maria precisa [**esse dinheiro**]_{?caso} para amanhã.
 b. [**Esse dinheiro**]_{i.default.nom} a Maria precisa [_{DP}t_i] para amanhã.

(Kato 2009:12)

Como sabemos o português brasileiro é uma língua pobre em termos de distinção de caso morfológico, pois apenas os pronomes pessoais clíticos têm alguma distinção em sua forma (Berlinck 1996:119).

A noção de caso dativo, contudo, é fundamental para o presente trabalho para explicar a perda do clítico *lhe* e a substituição de *a* por *para*. Como já discutido, a preposição *a* introdutora de DP-OI em PE é a realização morfológica do Caso dativo abstrato. Isso ocorre porque os OIs introduzidos por *a* em PE sempre podem ser substituídos pelo marcador morfológico de dativo, o clítico *lhe(s)* (cf. Torres Morais & Salles 2010).

Na análise de nosso corpus, ficou evidenciado que o PB perdeu a marca morfológica de caso dativo nos OIs pronominais. Essa perda estaria relacionada à substituição da preposição *a* – marcadora de Caso dativo em PE – pela preposição *para* marcadora de Caso oblíquo. Assim, uma vez que estamos considerando que as preposições *a* e *para* co-ocorrem nas sentenças ditransitivas analisadas, quando a primeira ocorre em PB, ela possui estatuto diferente de quando é utilizada nos mesmos contextos em PE, pois não é mais um marcador *dummy* de Caso dativo e, sim, uma preposição transitiva que marca Caso oblíquo.

Nas demais línguas românicas, no entanto, a preposição *a* está relacionada ao caso dativo e ao papel temático *alvo/meta*, considerado por Guerón (1985, *apud* Figueiredo Silva 2007: 91) um papel temático primário, mas também pode ser associada aos papéis temáticos secundários – *beneficiário* e *locativo*⁵². Assim, consideramos que as preposições *a* e *para* em PB abragem os papéis temáticos de *alvo/meta* e *locativo*; e, além disso, a preposição *para* engloba todos os contextos de beneficiário, como discutido anteriormente. Assim, veremos mais adiante que é possível fazer a mesma representação para todas as estruturas ditransitivas do português cujo argumento indireto é introduzido por *a* ou *para*.

Porém, primeiramente, considero importante dedicar uma subseção a nossa de ditransitividade que tem influenciado análises propostas na literatura recente sobre o estatuto do OI como um argumento nuclear ou um argumento não-nuclear na estrutura argumental do verbo.

⁵²Para um estudo mais detalhando acerca do complemento dativo em PB cf. Figueiredo Silva (2007).

4.3 Repensando a ditransitividade

O termo *ditransitividade*, segundo Haspelmath (2006), data dos anos 60, o que o torna identificador de um conceito relativamente novo, principalmente se comparado às noções de *transitividade* e *intransitividade*⁵³. Na gramática gerativa, por exemplo, a Teoria Temática identifica as sentenças ditransitivas como aquelas que apresentam dois argumentos internos - referidos como objeto direto (OD) e objeto indireto (OI).

Nesse contexto, o OD tem o papel semântico de *tema* da ação expressa pelo verbo. O segundo elemento, seguindo a tradição francesa, é denominado de OI, pois teria uma relação ‘menos direta’ com o verbo, tanto do ponto de vista semântico quanto sintático, por isso o termo ‘indireto’ (cf. Berlinck 1996). No entanto, a denominação OI tem sido usada, em particular por alguns gramáticos (cf. Bechara 2000; Cunha & Cintra 2001), para englobar elementos muito diferentes, principalmente do ponto de vista sintático/semântico, uma vez que os mesmos podem ocorrer em diferentes contextos verbais, incluindo verbos como *gostar*, *morar*, etc., expressando diferentes interpretações, entre elas, *alvo*, *beneficiário*, *locativo*. Além disso, do ponto de vista morfossintático, os objetos introduzidos por preposições têm sido identificados ora como complementos dativos, ora como complementos oblíquos e/ou relativos (cf. Duarte 2003)⁵⁴. Assim, a noção de ditransitividade e de qual elemento pode ser considerado um *objeto indireto* não são consensuais na literatura, o que também provoca um debate nos estudos linguísticos acerca da estrutura argumental das sentenças.

Assim sendo, seria necessário assumir uma dicotomia entre verbos verdadeiramente ditransitivos e verbos monotransitivos. Desse modo, os primeiros exigem a realização dos dois complementos, OD e OI e, nesses casos, mesmo quando o OI está omitido, é possível recuperá-lo no contexto linguístico. Normalmente, são

⁵³De fato, tradicionalmente, temos o chamado verbo transitivo de dois objetos, objeto direto e indireto.

⁵⁴Duarte (2003: 296), com base nos fatos do PE, identifica o OI como o argumento introduzido categoricamente pela preposição *a* e pronominalizado por *lhe(s)* na 3ª pessoa. Assim, ela chama de verbos ditransitivos aqueles que determinam o seguinte esquema relacional: SU V OD OI. Outros verbos, embora apresentem um esquema funcional semelhante ao dos ditransitivos, são denominados verbos transitivos de três lugares. Neste caso, o argumento introduzido por preposição é denominado complemento oblíquo, uma vez que não pode ser pronominalizado por *lhe(s)*, levando ao seguinte esquema categorial: SU V OD OBL.

considerados nesse grupo, verbos como *dar*, *enviar*, etc. O segundo grupo envolveria principalmente os verbos de criação.

Do ponto de vista construcionista, o conceito apresentado acima é problemático. A esse respeito, Cuervo (2010) coloca as seguintes questões: se é mesmo o verbo que licencia semântica e sintaticamente os dois argumentos internos das estruturas ditransitivas, qual seria o elemento responsável pelo licenciamento dos argumentos “extras” de monotransitivos, que podem aparecer em estruturas sintáticas com mais de um argumento além do argumento tema, como nos exemplos a seguir do PE:

(184) O João inveja a paciência à **Maria**.

(185) O João roubou o relógio ao **Pedro**.

Percebemos, através desses exemplos, que definir se uma estrutura é ditransitiva ou não, de acordo com o número de argumentos que ela possui, não garante uma análise adequada dessas construções, pois um argumento dativo pode ser adicionado a praticamente todo tipo de verbo. Além disso, tanto verbos canonicamente ditransitivos (186), como os não canônicos (187), podem surgir em sentenças com apenas um objeto interno, uma vez que o OI pode ser inferido através do contexto:

(186) A festa da igreja rendeu bastante. Até o José deu muito dinheiro este ano.

(187) As cozinheiras prepararam um delicioso jantar!

Tendo essas questões em mente, Cuervo (2010) apresenta um detalhado estudo de construções ditransitivas, monotransitivas, causativas e inacusativas do espanhol, a partir do pressuposto de que a noção de ditransitividade pode ser analisada em três níveis: (i) no nível lexical, refere-se a uma propriedade lexical do verbo: são ditransitivos os verbos que selecionam, na representação léxico-conceptual, dois papéis temáticos para argumentos internos - *tema* e *recipiente*, por exemplo; (ii) no nível sintático, profundo, refere-se a um tipo de estrutura sintática –a estrutura com dois argumentos gerados dentro da frase verbal é ditransitiva; (iii) no nível superficial, como um tipo de sentença com dois argumentos codificados a partir de marcas ou propriedades de natureza morfossintática (caso, ordem de palavras, etc), que variam nas línguas. O que distingue os diferentes verbos, portanto, é que alguns são ditransitivos nos três níveis, outros não. Como mostra a Tabela 9, com base nos fatos do espanhol.

Tabela 9. Os três níveis da ditransitividade

	Nível		
	Lexical	Profundo	Superficial
Ditransitivas	√	√	√
Monotransitivas	Não	√	√
Causativas	Não	Não	√
Inacusativas	Não	√	Não

(Adaptado Cuervo 2010:171)

Com verbos tradicionalmente chamados de ditransitivos como - *mandar*, *dizer* e *enviar* - todos os níveis de ditransitividade coincidem, como verificamos através do exemplo abaixo:

(188) Pablo le mandó una postal _[tema] **a Vicky** _[alvo]

(Cuervo 2010:156)

Percebemos claramente que no nível superficial há dois argumentos. No nível léxico-semântico um desses argumentos é o *tema* e outro o *alvo*. Por fim, no nível sintático, esses elementos são expressos por dois DPs internos, relacionados entre si por um aplicativo baixo-to, como vimos no Capítulo I.

Além desses verbos canonicamente ditransitivos, existem ainda os verbos monotransitivos, mas que também podem apresentar dois argumentos internos em sua estrutura. As construções com esses verbos são consideradas pela autora como ditransitivas não lexicais:

(189) Pablo compró un libro **para Tesi**.

(190) Pablo le saco los botones **a la camisa** / ***al cajón** da gaveta

(191) Pablo le envidia la hija **a Valeria**.

(Cuervo 2010: 158/159/160)

Essas construções, inclusive, participam da alternância dativa como explicado pela autora. As propriedades morfossintáticas das sentenças de (189) a (191), portanto,

são idênticas a das construções de objeto duplo em termos de Caso, ordem de palavras, redobro do clítico e das propriedades estruturais que dependem da assimetria de comando (cf. Cuervo, 2003). Logo, as propriedades sintáticas e morfossintáticas dessas construções não correspondem com seu nível léxico-semântico. Porém, uma vez que, essas estruturas têm a mesma configuração das estruturas de objeto duplo e possuem, portanto, um núcleo aplicativo baixo, no nível sintático, essas construções comportam-se da mesma maneira que as sentenças ditransitivas ditas canônicas.

Como discutido no primeiro capítulo, aplicativos baixos são definidos semântica e sintaticamente como uma relação entre dois indivíduos, dois DPs. Assim sendo, a relação estabelecida entre os argumentos de verbos canonicamente ditransitivos como ‘enviar’ e ‘entregar’ e dos verbos monotransitivos como ‘comprar’, ‘admirar’ e ‘beijar’ é a mesma, independente do DP argumento indireto ter sido selecionado pelo verbo ou não. Logo, nesses casos, não há uma distinção estrutural ou morfossintática de um objeto indireto dativo adjunto e um objeto dativo argumental (cf. Cuervo 2010:163)

Dessa forma, através dessa semântica de posse, a autora argumenta que, uma vez que existe uma relação direta entre os dois objetos participantes da estrutura ditransitiva, os mesmos formam um único constituinte. Assim, chega-se à importante conclusão que apesar de não haver ditransitividade lexical é possível que haja em alguns casos ditransitividade nos níveis profundo e de superfície, como nos exemplos com verbos monotransitivos.

A partir dessas considerações, é possível sustentar que existe uma dissociação entre a ideia de ditransitividade léxico-semântica, superficial e estrutural proposta pela autora. Logo, nem a interpretação dos argumentos, nem as propriedades morfossintáticas dos objetos duplos dependem do verbo ser lexicalmente ditransitivo ou não. Sendo assim, a noção de que um elemento da frase não é argumental, ou seja, de que algumas estruturas podem apresentar argumentos extras não existe. Há, na realidade, a possibilidade de um argumento ser omitido ou não, mas esse fator não influi na questão da estrutura ser ditransitiva ou não.

Além das estruturas ditransitivas e monotransitivas, Cuervo (2010:164) analisa as construções com verbos causativos, tais como – queimar, quebrar, derreter, abrir – cujo complemento também pode ser dativo em espanhol. Esses casos são importantes para ilustrar que é possível haver ditransitividade superficial sem que haja ditransitividade lexical ou profunda. Vejamos o exemplo abaixo:

(192) Madariaga le rompió la impresora a Ana.

(Cuervo 2010:164)

Nesses exemplos não temos nem a interpretação de transferência de posse dinâmica veiculada pelos aplicativos baixos-to e from, nem de posse estática do aplicativo baixo-at. Logo, as sentenças causativas não são construções de objeto duplo. Nesses casos, o dativo não é, portanto, possuidor do tema, na realidade, ele é um indivíduo afetado pela mudança de estado do objeto direto, ou seja, ele é um dativo afetado. O DP dessas causativas fica no Spec do VP acima de vP, logo, para Cuervo (op. cit.) as causativas são sentenças bi-eventivas expressas através de dois vPs em sua estrutura sintática. A estrutura dessas sentenças, portanto, não contém núcleo aplicativos. Assim sendo, por essas razões sintáticas e estruturais, as sentenças causativas só apresentam ditransitividade superficial.

Por fim, buscando abranger todos os casos em que é possível encontrar ditransitividade, a autora discute os verbos inacusativos, tais como - chegar, sair, crescer, faltar, sobrar, etc. Para a autora, esses são casos em que não há ditransitividade superficial, pois não há um argumento acusativo na estrutura como nas outras sentenças. Como podemos conferir nas sentenças abaixo, essas orações são formadas por um argumento dativo e outro nominativo.

(193) A Gabi le llegaron buenas noticias – *recipiente* – aplicativo baixo-to.

(194) A Gabi le salieram três canas - *fonte* - aplicativo baixo-from.

(195) Al ensayo le sobran hojas - *possuidor* - aplicativo baixo-at.

(Cuervo 2010:168)

A interpretação dessas sentenças mostra que há ditransitividade profunda, uma vez que existe uma relação de posse entre os argumentos. Assim sendo, sua estrutura profunda deve conter aplicativo baixo, como discutido anteriormente. Essas três interpretações acima só são possíveis porque à frase inacusativa se junta um argumento aplicado. A autora conclui que apesar dessas estruturas não apresentarem nem ditransitividade lexical, nem morfossintática, nem superficial, as mesmas são ditransitivas sintaticamente, partindo do princípio que possuem dois elementos relacionados entre si abaixo do verbo (cf. Cuervo 2010:170).

Considerando esses fatos, Cuervo (op. cit.) assume que uma teoria capaz de dar conta dos verbos monotransitivos, também pode ser utilizada na representação das sentenças ditransitivas. A autora assume, portanto, que as construções ditransitivas se comportam como os monotransitivos *non-core*⁵⁵, por vários motivos: (i) seu argumento interno *tema* é licenciado como complemento da raiz; seus argumentos podem ser omitidos; (ii) ditransitivas podem ter um, dois ou nenhum argumento (fora o argumento externo); (iii) há uma variação intralinguística e extralinguística quanto à expressão sintática desses argumentos – DP-DP ou DP-PP.

Conclui-se, que os verbos ditransitivos são, na realidade, uma subclasse dos transitivos *non-core* cujos argumentos internos são semanticamente licenciados através da compatibilidade com o significado da raiz, não pela estrutura do evento. Esses argumentos internos primeiro estabelecem uma relação entre si e em seguida se relacionam com o verbo através de um núcleo aplicativo, uma *small clause* ou um sintagma preposicionado, como veremos com mais detalhes no decorrer deste trabalho.

A ditransitividade para Cuervo (2010:176), portanto, é um epifenômeno, pois as línguas apresentam estruturas que são ditransitivas em sua base, mas na superfície não. Porém, existem sentenças ditransitivas superficiais que não se formam a partir de uma baseditransitiva. Tendo essa dissociação em mente, poderíamos pensar que a única noção significativa para a ditransitividade seria a noção de uma sintaxe profunda, ou seja, a noção de que um verbo é ditransitivo se tiver dois argumentos internos. A esse respeito, porém, tanto as abordagens transformacionais quanto as não-transformacionais têm mostrado, ao menos implicitamente, que nenhum verbo é capaz de licenciar dois argumentos e, portanto, ditransitividade sintática também não existe.

Resumidamente, a ditransitividade é apenas um fenômeno de superfície. Em termos de licenciamento de argumentos pelos verbos, não há ditransitividade real nem no nível lexical, nem semântico e nem sintático. Para Cuervo, por fim, essa visão de que não existe ditransitividade tem implicações muito importantes para a teoria argumental: “A ideia de que não existem verbos que selecionam e licenciam dois argumentos é a consequência natural e direta de levar a representação binária seriamente (nenhum núcleo é capaz de licenciar dois complementos)”⁵⁶ (Cuervo 2010:178).

⁵⁵ *Core transitive verbs*: verbos transitivos nucleares; *non-core transitive verbs*: verbos transitivos não nucleares (cf. Levin 1999).

⁵⁶ Tradução livre do original: “The idea that there are no verbs that select and license two arguments is the natural and direct consequence of taking binary branching seriously (no head can license two complements)” (Cuervo 2010:178).

A partir do que foi exposto, portanto, apresentarei uma análise que será capaz de abranger dentro de um único modelo as sentenças ditransitivas com verbos de transferência, movimento e de criação do PB. Além disso, acredito que o modelo que será discutido, é uma solução simples e elegante para a representação da estrutura argumental das línguas em geral.

4.4 A estrutura argumental dos eventos

O ponto principal da seção 4.1 foi estabelecer que as preposições estudadas neste trabalho possuem um conteúdo semântico, ou, para usar os termos de Svenonius (2004) e Cuervo (2010), são preposições transitivas, uma vez que podem projetar especificador e complemento na estrutura argumental a que pertencem. Logo, como defendido por Hale & Keyser (2002), preposições são elementos relacionais, que podem ser responsáveis por estabelecer uma conexão entre dois argumentos.

Marantz (2013) mostra que os verbos em geral desafiam a tentativa das teorias de adequá-los a esta ou aquela classificação específica. Desse forma, a literatura sobre o tema vem mudando o enfoque da classificação dos verbos com base em estruturas argumentais centradas nos seus significados lexicais, para análises que partem da noção de que os significados decorrem da estrutura que os verbos podem projetar. Daí a visão construcionista, em oposição à lexicalista.

Nessa seção apresentarei uma proposta para a teoria argumental chamada por Marantz (2009, 2013) de *Simplest Syntax*, ou seja, uma sintaxe autônoma, na qual as peças sintáticas e mesmo as relações entre elas não carregam valores semânticos (cf. Hale & Keyser 2002:1). Desse modo, um mesmo significado pode ser expresso por diferentes estruturas sintáticas, assim como, uma mesma representação pode ter interpretações distintas (cf. Wood & Marantz 2015:1).

Nessa perspectiva, a sintaxe proporciona os morfemas e as construções que através da interpretação semântica produzem as estruturas argumentais. Logo, como veremos mais adiante, um número pequeno de representações sintáticas são suficientes para mapear as possíveis estruturas argumentais sustentadas pela contribuição dos

significados das raízes. Em seu estudo, Marantz (2013) apresenta sete estruturas canônicas, das quais cinco serão discutidas no presente trabalho.

Para exemplificar essa discussão, vejamos a seguir, exemplos de sentenças que participam da alternância causativa:

(196) A menina abriu a porta. → causativa

(197) A porta abriu. → incoativa

Partindo do princípio que a estrutura argumental é derivada da raiz verbal, temos que os exemplos acima são construídos a partir de uma mesma raiz. O significado associado à raiz verbal *abrir* é apenas o de *estado*. Para que esse verbo seja associado à ideia de *mudança de estado* é preciso que haja um elemento *agente* ligado a essa estrutura. Ou seja, a alternância entre o causativo e o incoativo está relacionada, na verdade, ao núcleo *Voice* – ou seja, à presença ou ausência de um agente animado em um evento causativo. Essa alternância, portanto, não está relacionada a um predicado causativo ou à adição de um subevento adicional ao evento denotado por VP. Consequentemente, o verbo é formado na sintaxe pela combinação da raiz e de um núcleo verbalizador - convencionalmente um *little v* - para expressar diferentes tipos de eventos. O *v* introduz semanticamente uma atividade ou um estado e sintaticamente tipifica a palavra nucleada por vP como verbo (cf. Capítulo II).

Seguindo Marantz (2013), em uma oração como *abrir a porta* o *v* é dinâmico e o objeto direto, que sofre uma mudança de estado, é concatenado ao vP, como podemos verificar em (198). Além disso, há sentenças como *colocar o livro na mesa*, cuja interpretação é a mesma da anterior – *v* dinâmico e OD sofrendo mudança de estado - a diferença é que neste caso, o núcleo se concatena com um complemento *small clause* que consiste de um NP associado a um predicado que pode ser proveniente de várias categorias sintáticas (cf. 199):

(198)

[_{vP} open [the door]]

(199)

b.

(Marantz 2013:156)

Dentro dessa visão, há dois tipos de OD, aqueles que são um complemento único do verbo (198) e aqueles que são, segundo o autor ‘sujeito’ da *small clause* (199). Essa afirmação condiz com que foi discutido sobre ditransitividade na seção anterior, uma vez que o autor considera que a relação estabelecida entre o DP e o XP em (199) se comporta como o OD em (176). Como discutido por Cuervo (2010), primeiramente foi estabelecida uma relação entre os dois argumentos internos à vP em (177) e, posteriormente, os mesmos foram concatenados à raiz verbal, da mesma maneira como já discutido para as sentenças ditransitivas em geral.

Lembramos que, além do OD introduzido na estrutura argumental pela raiz verbal, quaisquer argumentos adicionais devem ser introduzidos na estrutura através de núcleos sintáticos particulares (cf. Pytkäinen 2002, 2008), a saber: *Voice*, núcleos aplicativos ou sintagmas preposicionais. São esses argumentos que possuem papel temático, pois são eles que entrarão em uma relação semântica com o evento introduzido pelo núcleo v.

Em relação a esses argumentos extras, Marantz (2013:156) os divide em dois grupos: de um lado *Voice* e aplicativos e de outro os sintagmas preposicionados. Isso se dá, porque tanto *Voice* como os núcleos aplicativos posicionam o argumento adicionado sintaticamente acima do sintagma ao qual ele é adicionado. Como é possível verificar em (200):

(Marantz 2013:157)

Em (200a), o argumento externo de *Voice* está na posição de Spec acima de vP. Em (200c) temos a representação de um aplicativo alto canônico nos termos de Pylkkänen (2002, 2008), no qual o argumento adicionado é afetado pelo evento construído pelo vP, logo esse elemento também está acima de vP, como discutido no Capítulo I deste trabalho. Veremos na próxima seção que Wood & Marantz (2015) fazem um novo refinamento dessa proposta.

Por fim, em (178b), temos a estrutura do núcleo visto tradicionalmente como um aplicativo baixo, ou seja, esse é o núcleo responsável por relacionar os dois DPs que estabelecem semanticamente uma relação de transferência de posse, como proposto por Pylkkänen (2002, 2008) para a DOC do inglês do tipo: *John gave Mary a book*. Às sentenças tradicionalmente vistas como construções de objeto duplo, Marantz (op. cit.) adiciona sentenças como *John baked Mary a cake*, na qual o OD pode ser interpretado como um elemento que passou por uma mudança de estado e o OI foi beneficiado por essa mudança – como no exemplo, os ingredientes ao serem assados tornaram-se um bolo e Mary será a beneficiada por essa mudança. Logo, nesses casos o autor considera que a sintaxe dessas orações continua sendo a de aplicativo baixo, sua semântica, contudo, é a de aplicativo alto. Assim, podemos considerar que um dos argumentos adicionados nessa estrutura está acima do vP a que foi adicionado. O autor chama esse tipo de estrutura de *aplicativo alto-baixo* (cf. Cuervo 2003, Wood 2012), voltaremos com mais detalhes sobre esse núcleo na seção 4.6, ao abordarmos as sentenças ditransitivas com verbos de criação em PB.

Além do núcleo *Voice* e do aplicativo, há ainda argumentos adicionados à estrutura argumental por núcleos preposicionais. Marantz (2013:156) afirma que esses

núcleos se diferem de *Voice* e de Appl, pois as preposições adicionam um argumento abaixo do sintagma ao qual eles se ligam gerando estruturas em cascata (cf. Pesetsky 1995; Wood 2012). São essas estruturas, portanto, que têm um papel relevante na representação das sentenças ditransitivas do PB de acordo com a configuração que as mesmas passaram a apresentar como estamos discutindo neste trabalho, uma vez que a relação entre o OD e o OI dessas construções é nucleado pela preposição.

Em suma, a proposta de Marantz (2013) é que sintagmas verbais possuem um argumento núcleo (*core*), complemento de *little v*, que pode ser um DP ou uma *small clause*. Os argumentos adicionais são encaixados na estrutura argumental através de núcleos que são associados a papéis semânticos particulares, tais como agentes e causadores introduzidos por *Voice*; ou *beneficiário* e outros argumentos afetados introduzidos por núcleos aplicativos. Marantz (2013:157) aponta que, se considerarmos que há uma teoria temática responsável por atribuir papéis temáticos dentro das estruturas sintáticas, papéis como o de *tema* associados às estruturas em (198) e (199) ficariam fora dessa teoria sintática, enquanto os argumentos introduzidos por *Voice*, Appl e pP estariam de acordo com essa teoria. Voltaremos agora, nossa atenção ao núcleo pP.

4.4.1 A hipótese de cisão do PP

Retomando a ideia apresentada na seção anterior, consideramos que existem três núcleos introdutórios de argumentos: *Voice*, Appl e p. Nosso foco, de agora em diante, será a discussão a respeito da projeção pP mais especificamente. Discutirei nas próximas seções como esse sintagma é capaz de introduzir os componentes de uma configuração ditransitiva e captar a relação estabelecida entre os seus argumentos internos através da preposição transitiva que introduz o elemento indireto nessas sentenças.

Novamente, *Voice* introduz o argumento externo com papel de agente, os núcleos aplicativos introduzem objetos indiretos e certos experienciadores. Já o núcleo p, introduz um argumento Figura - sujeito de uma *small clause* nucleada por um sintagma preposicionado, como discutido em 4.1.

Em relação às propriedades dos núcleos em geral, Wood (2012) apresenta os seguintes fatores relevantes para a nossa discussão:

(201) Propriedades Sintáticas de Núcleos

- a. **C-seleção**: um núcleo pode selecionar uma categoria como seu complemento.
- b. **Seleção de caso (Case-selection)**: um núcleo pode especificar um caso para o seu complemento ou especificador.
- c. **Requerimento / exigência de especificador**: um núcleo pode ter especificador ou não.

(Wood 2012:18)⁵⁷

Levando em consideração essas propriedades, é importante ressaltar que elas independem de fatores semânticos ou morfológicos. De acordo com Wood, *Voice*, p e Appl podem ou não projetar um especificador (cf. Schäfer 2008), porém, quando o especificador é projetado, o núcleo aplicativo pode exigir que o elemento que se encontra nessa posição seja dativo, pois para que haja transferência de posse, um elemento tem que ser afetado. Já *Voice* e p não fazem nenhuma exigência de caso a seus especificadores.

Assim sendo, em relação às propriedades de c-seleção, *Voice* pode selecionar certo v como seu complemento e esse v pode selecionar p ou Appl. O Appl seleciona um complemento DP e p c-seleciona um complemento PP. Logo, a partir dessa constatação assumo que esse núcleo p pode perfeitamente ser responsável por concatenar os dois argumentos presentes nas sentenças ditransitivas do PB, abaixo de vP como discutiremos mais adiante. O núcleo p c-seleciona um argumento PP como seu complemento e, portanto, realiza a relação entre o OD em seu especificador e o PP objeto indireto em seu complemento, como podemos conferir no exemplo a seguir de uma construção com pP em islandês:

- (202) Bjartur tróð blýöntunum í pokann
Bjartur.NOM squeezed pencils.the.DAT in bag.the
'Bjartur squeezed the pencils into the bag'⁵⁸

(Wood 2012:17)

⁵⁷ Tradução livre do original.

⁵⁸ 'Bjartur apertou o lápis na bolsa'.

(Wood 2012:18)

Mostraremos mais adiante que a diferença entre a representação proposta por Wood (op. cit.) acima e as ditransitivas com verbos de transferência, movimento e de criação em PB é o fato de haver uma relação de posse estabelecida pela preposição *para*, não somente uma relação locativa, como está exemplificada em (180). Dessa forma, como já discutido anteriormente, a preposição *para* além de ser capaz de estabelecer uma relação espacial, também pode expressar a ideia de posse.

A hipótese de cisão do PP (*Split-P Hypothesis*) fundamenta-se nos trabalhos de Svenonius (2003, 2007, 2010), nos quais o autor assume que o domínio da preposição envolve as categorias *p* (*light preposition*) e *P*. Svenonius propõe que esses núcleos podem ser analisados paralelamente às categorias *v* e *V* do domínio verbal. Logo, os DPs, ao serem introduzidos na posição de complemento de PP – que já é complemento de pP – estabelecem uma relação restritiva que acarreta a modificação de constituintes nominais por sintagmas preposicionados. Nos termos do autor, portanto, *p* é responsável pela introdução do argumento externo de uma preposição e *P* pela introdução de seu argumento interno.

A assimetria entre Figura e Fundo nas construções preposicionais consiste no fato do Fundo estar dentro da esfera de influência da preposição, em paralelo com o fato dos argumentos *tema* e *paciente* estarem dentro da esfera de influência do verbo.

Enquanto o elemento *agente* e o elemento Figura estão fora da esfera de influência do verbo e da preposição respectivamente.

Assim sendo, as preposições apresentam restrições de c-seleção em relação ao Fundo, não à Figura. Como já discutido em 4.1, uma preposição como *on* em inglês, por exemplo, toma como complemento um Fundo que tenha características de superfície, enquanto *in* introduz um elemento que deve ser interpretado necessariamente como recipiente (*container*). Restrições desse tipo não existem para as Figuras.

Ademais, em línguas com caso morfológico, as preposições também atribuem Caso ao seu complemento Fundo. Já o Caso da Figura é normalmente atribuído pelo verbo. A esse respeito, Svenonius (2004) afirma que há muitos casos em que a diferença entre um acusativo – selecionado pela raiz verbal; e um oblíquo – selecionado pela preposição; é que o acusativo é a medida do evento e o oblíquo não (cf. Tenny 1994), como podemos verificar nos exemplos (203). Ou seja, quando um objeto é acusativo, ele totalmente afetado, já quando ele é um oblíquo, não – exemplos (203b), (203d) e (204):

- (203) a. Katherine ran the marathon (= ran the extent of the marathon).
b. Katherine ran in the marathon ($\neq$ ran the extent of the marathon).
c. Solomon painted the wall (= whole wall is painted).
d. Solomon painted on the wall ($\neq$ whole wall is painted).

- (204) Max sprayed the paint on the wall (all the paint).
Max sprayed the wall with paint (the whole wall).

(Svenonius 2004:31)

Um evento, portanto, pode ser mapeado através do OD. Já argumentos preposicionados, como os direcionais, são mapeados através da relação do evento e de um caminho, pois os mesmos podem contribuir para a telicidade do evento:

- (205) a. The messenger delivered messages (for an hour).
b. The messenger delivered eight messages (in an hour).
c. The messenger ran towards the city (for an hour).
d. The messenger ran to the city (in an hour).

(Svenonius 2004:31)

Isso sugere, portanto, que as adposições direcionais são sempre mapeadas dentro do evento denotado pelo verbo, assim como são objetos diretos. Portanto, o autor conclui que os PPs que denotam caminho tem uma estrutura nos moldes de *parte pelo todo*, assim como substantivos também tomam parte da relação de mapeamento dos verbos. Logo, uma vez que apenas um Caso pode ser atribuído a cada DP, aquele que recebe Caso da preposição, não receberá Caso acusativo e, se considerarmos que o Caso acusativo está relacionado ao papel de mapear os eventos, os complementos preposicionados, consequentemente, não serão responsáveis pelo mapeamento de eventos (cf. Svenonius 2004:32/32).

Assumindo que as variáveis introduzidas por núcleos não verbais são de um tipo diferente daquelas introduzidas por verbos, a conexão entre tempo e verbo pode ser elaborada da seguinte forma: pensando na distinção através de ‘tipos’ e subtipos (cf. Chierchia & Turner 1988 *apud* Svenonius 2004:34), verbos possuem variáveis eventivas (*eventual variables*) do tipo ‘e’, enquanto adposições têm variáveis do tipo ‘s’ de situação (cf. Barwise & Perry 1983 *apud* Svenonius 2004:34).

Quando PPs se adjungem à projeções de V, p estabelece uma relação entre *e*, a projeção verbal e o *s* do PP; quando PPs se adjungem à projeções N, p relaciona alguma variável N ao *s* do PP. Dessa forma, parece que p pode determinar as categorias que PP pode modificar.

Em paralelo a isso o autor afirma que elementos P são mais comuns nas línguas do que os elementos p. Por exemplo, é mais comum as línguas terem uma adposição com os sentidos de *behind* (*a person*) ou *into* (*water*) do que *behind* (*of a person*) ou *into* (*of a round object*).

Partindo do pressuposto que p é essencialmente um tipo de predador - pois um argumento extra pode ser introduzido na estrutura argumental por um p, um Appl, ou uma *small clause* - a possibilidade do PP ser conectado à estrutura sintática ocorre através de diferentes tipos de p. Assim sendo, para a estrutura dos locativos, Svenonius (2007), com base nos estudos cartográficos, argumenta que certos aspectos de significado estão localizados em camadas diferentes de uma estrutura funcional.

O autor propõe, portanto, as seguintes categorias para os sintagmas locativos: k para a transferência (*shift*) de objetos para a região ocupada por um objeto (*eigenplace*); Loc para transferência de regiões para espaços vetoriais; Deg para a transferência de espaços vetoriais de volta para regiões. A categoria sintática Loc toma kP como

complemento e denota a função de regiões para espaços vetoriais. Essa categoria Loc é a responsável pela distinção entre de diferentes preposições, por exemplo, entre *behind* e *above*.

No âmbito desta tese, acredito que pensar na ‘decomposição’ da categoria funcional p em outras categorias não se faz necessário. Contudo, a ideia de que pP pode estar ligado à VP, contempla o objetivo principal deste estudo, pois um dos focos deste trabalho, é colocar os complementos internos de uma sentença ditransitiva nessa posição de complemento do verbo (*v* + raiz), o que acredito ser algo viável, como venho discutindo no decorrer do trabalho.

Quanto aos diferentes tipos de p, argumentarei na seção 4.7 que uma nova proposta de introdutor universal de argumentos *i** (Wood & Marantz 2015) é capaz de fornecer um arcabouço necessário para diferenciar as diferentes leituras semânticas denotadas pela preposição *para* em PB, por exemplo, como discutido no terceiro capítulo.

Tendo em mente a nossa discussão até o momento, fica claro que o elemento Figura pode ser o objeto direto (OD) de uma sentença, como vimos, inclusive, através do exemplo (202) do islandês – *Bjartur tróð blýöntunum í pokann* ‘Bjartur apertou os lápis na bolsa’. Assumo, portanto, que o OD de uma construção ditransitiva também pode ser representado no especificador da projeção pP. Logo, as preposições podem ser responsáveis por adicionar um argumento abaixo da oração a qual elas se ligam, gerando o seguinte tipo de estrutura preposicional em paralelo à representação do domínio verbal:

(206)

(Wood 2012:180)

Nota-se pelas representações acima, portanto, que é possível estabelecer um paralelo entre o domínio preposicional e o verbal de uma sentença. Essa relação mais

distante entre a Figura e P, portanto, pode ser relacionada à assimetria existente entre o verbo e seus dois complementos em uma construção ditransitiva. Daí, na configuração da projeção p, a preposição permanece dentro do PP, pois devido aos motivos listados acima, a mesma impõe restrições ao argumento Fundo, não ao argumento Figura.

Por fim, como p não é o sintagma mais alto capaz de introduzir argumentos no domínio local relevante – pois ainda há o núcleo *Voice* acima que pode introduzir uma relação agentiva – p pode perfeitamente ser responsável por introduzir uma relação temática. Esse fato é fundamental para resolver o problema da configuração das estruturas ditransitivas. Novamente, como afirma Cuervo (2010), os verbos envolvidos nessas construções não selecionam dois argumentos separadamente e, sim, uma relação estabelecida entre OD e OI. Assumo, portanto, que pP é capaz de realizar a relação de posse entre o OD em seu especificador e o PP que contém o OI nucleado pela preposição *para*, como veremos na seções seguintes a seguir.

4.4.2 Do domínio preposicional para o domínio verbal

Começamos por afirmar que a relação estabelecida por pP forma um predicado complexo que, nos termos de Wood (2012), assemelha-se a um predicado reflexivo. Isso é ilustrado pelo autor através das sentenças reflexivas do islandês que podem ser configuradas de duas maneiras, com um pronome reflexivo como em (207a) ou com o sufixo *-st* como em (207b):

(207)

- a. AGENT FIGURE GROUND
Bjartur tróð sér gegnum mannþröngina.
Bjartur.NOM squeezed REFL.DAT through crowd.the.ACC
'Bjartur squeezed through the crowd.'⁵⁹

- b. AGENT / FIGURE GROUND
Bjartur tróðst gegnum mannþröngina.
Bjartur.NOM squeezed-ST through crowd.the.ACC
'Bjartur squeezed through the crowd.'⁶⁰

⁵⁹Bjartur espremeu ele mesmo através/entre a multidão.

As estruturas que apresentam o elemento *-st*⁶¹ em islandês são denominadas por Wood (op. cit.) de *figure reflexives*, pois o mesmo elemento desempenha os papéis de *agente* e Figura. O sujeito dessas sentenças tem dois papéis temáticos, *agente* e Figura da relação espacial definida pelo ponto de início ou final do Fundo. Em (207b), portanto, o elemento *-st* vai para o SpecpP, mas o papel de Figura desta posição ainda não é saturado, somente quando *vP* se combina com *Voice*, formando um predicado complexo, ele é saturado fazendo com que *Bjartur* seja ao mesmo tempo agente e Figura, como podemos verificar na representação abaixo:

⁶⁰ Bjartur se espremeu através/entre a multidão.

⁶¹ Em sua tese Wood (2012) discute amplamente que esse elemento é um clítico redutor de valência. Além disso, o *-st* também tem diversas outras funções, como por exemplo, com alguns verbos a sua ocorrência força a presença de uma preposição – que pode preceder uma oração ou um DP complemento (cf. Wood 2012:184). Nos exemplos abaixo, percebemos que quando o pP é introduzido, *-st* aparece.

- a. Þau vilja brjóta rúðuna.
they want break window.the
'They want to break the window.'
- b. Þeir vilja brjótast inn í húsið.
they want break-ST in to house.the
'They want to break into the house.'
- c. Þeir vilja brjótast út úr fangelsi.
they want break-ST out of prison
'They want to break out of prison.'

(Wood 2012:182)

Já no em (207a), *Bjartur* não pode mais ser interpretado como Figura, pois há um pronome reflexivo na oração, assim, o reflexivo é interpretado como Figura. Logo, nesse caso, *Bjartur* é o *agente* e o pronome reflexivo é a Figura, ambos estão relacionados por efeitos de ligação, como se verifica na representação a seguir:

(Wood 2012:182)

Outra evidência de que o argumento *Bjartur*, nesses exemplos, é concatenado na estrutura no especificador de *Voice*, é possibilidade de a sentença (207b) ser passivizada, formando uma passiva impessoal:

- (210) Það var troðist gegnum mannþröngina
 EXP was squeezed-ST through the.crowd
 'There was squeezing through the crowd'⁶²

(Wood 2012:187)

Do mesmo modo, voltando ao exemplo (202) renumerado como (211) uma sentença não reflexiva, nota-se que ocorre algo parecido ao que foi postulado para a sentença com o pronome reflexivo. Nesse caso o argumento também não é mais

⁶²Espremeram-se através / entre a multidão.

Bjartur, e a Figura passa a ser o OD *the pencils*, como ilustrado na representação abaixo:

- (211) Bjartur tróð blýöntunum í pokann
 Bjartur.NOM squeezed pencils.the.DAT in bag.the
 ‘Bjartur squeezed the pencils into the bag’⁶³ (Wood 2012:17/191)

(Wood 2012:18/191)

Nesse caso, o PP denota uma relação estática nucleada pela preposição, como aponta Wood, nos termos de Svenonius (2010:147), e p introduz o argumento Figura, Assim, pP é uma *small clause* estativa, pois, o constituinte *os lápis* tem uma relação de Figura com o estado *–pokann* (bolsa). Em outras palavras, o pP é um estado e o vP denota o evento que causa aquele estado – nesse caso, os eventos de *apertar*. Sendo assim, a Figura é o sujeito de uma *small clause* nucleada por uma oração locativa preposicionada.

Isso confirma novamente que é plausível propor uma estrutura com um tipo de pP para as ditransitivas do PB, nas quais OD - Figura está em seu especificador e seu complemento é um PP, no qual o objeto - Fundo é introduzido por uma preposição transitiva. Portanto, mais uma vez, assumo que muitos dos fatores da argumentação de

⁶³‘Bjartur apertou o lápis na bolsa’

Svenonius para o domínio preposicional podem ser estendidos para o domínio verbal, como também pudemos verificar através da análise de Wood (op. cit.) para o islandês.

4.4.3 Caso e seleção temática

Outro estudo que faz um paralelo entre o âmbito preposicional e o verbal, é o de Biggs (2015) no qual a autora trabalha com as questões de atribuição de caso e seleção temática ao explorar um conjunto de sentenças passivas do inglês de Liverpool. Os seus dados são interessantes, pois, ao contrário do que é esperado de acordo com o padrão geral da língua, essa variante permite a passivização do DP tema definido (212), além de passivização do tema pronominal (213) – que também ocorrem em outros dialetos do noroeste da Inglaterra⁶⁴.

⁶⁴ Dialetos do noroeste da Inglaterra: Southwestern Lancashire – Siewierska & Hollman (2007); Manchester – Haddican (2010) e Haddican & Holmberg (2012); e Ormskirk – Myler (2013).

Myler (2013) também amplia a proposta do pP de Svenonius para dar conta de construções em que há *preposition-drop* em Ormskirk English, isso só ocorre quando o alvo é imediatamente adjacente ao verbo, logo esse argumento seria o complemento de uma preposição direcional inerentemente nula *to*. Para o autor, o pP introduz o argumento tema através de um elemento *p*, também responsável pelo licenciamento temático do alvo e o núcleo verbalizador *v* introduz o argumento externo. Esse *v* transitivo herda os traços ϕ do núcleo de fase Voice que licencia o objeto direto e o atrai para seu especificador:

Ormskirk: *John_{Theme} came the pub_{Goal} (with me).*

(Myler 2013:192)

Podemos, portanto, fazer um paralelo desta estrutura proposta por Myler, com as sentenças ditransitivas do PB, nas quais, como veremos mais adiante, o objeto tema também é introduzido em Spec de *p*.

- (212) The book was given the teacher.
 The package was sent her nan's.
- (213) It was sent him.
 It was given her.

(Biggs 2015:43)

Segundo a autora, o traços sintáticos desse elemento nulo correspondem a um subconjunto de funções sintáticas das preposições *to* e *at* quando explícitas. Assim, segundo Biggs, a proposta de Svenonius (2003,2007) para a estrutura argumental de P pode ser estendida à derivação e valoração de relações de Caso mesmo nessas estruturas em que a preposição é nula. Portanto, esse tipo de passivas derivam das construções dativas preposicionadas, porém há a queda da preposição e em seu lugar surge o Caso não estrutural nulo.

Nas DOCs do inglês padrão, apenas o objeto alvo pode ser passivizado, o objeto tema não pode. Logo, essa assimetria no comportamento dos objetos quando as DOCs do inglês sofrem passivização mostram claramente que o Caso dos objetos indiretos é valorado independentemente da atribuição de papel temático. Dessa forma, uma vez que V é responsável pela seleção temática de seu argumento interno e *v/Voice* introduz o argumento externo, a valoração do Caso estrutural do argumento interno é dissociada do núcleo lexical que o seleciona, na realidade, essa seleção depende da presença de traços- ϕ não interpretáveis u [ϕ] em *v/Voice*. Segundo a autora, a extensão lógica disso para a teoria de Svenonius sobre as preposições é que o Caso interno de p/P também é ‘estrutural’ (Biggs 2015:58).

Biggs (op. cit.) discute, portanto, que na estrutura de Svenonius, p não seleciona diretamente o papel θ do NP Fundo, este é selecionado pelo núcleo lexical P. Os traços - ϕ não interpretáveis do núcleo p de pP sondam para achar um alvo de acordo com seus traços interpretáveis. Como qualquer NP, o NP Fundo tem u[Case] que faz com que seus i[ϕ] sejam visíveis para a sonda. Assim sendo, o Caso estrutural nessa construção é dependentethe traços ϕ em um núcleo que não é responsável pela seleção de papel temático. Logo, é possível fazer um paralelo entre a valoração de caso não-estrutural e Caso estrutural, uma vez que não há i[Caso] (cf. Rezav 2008 *apud* Biggs 2015:18).

Assim, acredito que possamos traçar um paralelo ao que foi exposto por Biggs (op. cit.) para as ditransitivas do PB, pois veremos a seguir, que o núcleo *p* é capaz de licenciar o Caso de NP Fundo e selecionar tematicamente seu complemento lexical, uma vez que essas estruturas apresentam um núcleo *P*, ou seja, as ditransitivas do PB apresentam uma análise temática de Caso. Isso ocorre porque as preposições introdutoras de argumento em PB contêm traços interpretáveis, enquanto as preposições funcionais apresentam apenas traços não interpretáveis e são, portanto somente responsáveis pela atribuição Caso sem selecionar o argumento tematicamente.

Por essas razões, em PE, a preposição *a* presente no argumento *a*-DP das sentenças ditransitivas, como discutido no Capítulo I, é marcadora de Caso dativo na estrutura, enquanto em PB, as preposições introdutoras de argumentos indiretos são elementos lexicais que atribuem Caso oblíquo ao DP complemento de PP.

Essas considerações acerca do estatuto de *p* e *P* nas propostas apresentadas acima são de extrema relevância para a proposta que defenderei a seguir, segundo a qual *pP* também pode ser responsável pela introdução dos dois argumentos presentes nas sentenças ditransitivas em PB.

4.5 Estrutura argumental das ditransitivas em PB

4.5.1 O estatuto categorial das preposições *a* e *para* em PB

Pensando, portanto, em qual é a representação adequada para a estrutura argumental das sentenças ditransitivas em PB, em primeiro lugar tivemos que estabelecer qual é o estatuto categorial das preposições *a* e *para*, na introdução do OI dessas sentenças, ou seja, temos que estabelecer se as mesmas são elementos funcionais ou lexicais. Outro ponto a se considerar é o fato de *para* acarretar interpretações particulares para complementos de um mesmo verbo, o que não ocorre com a preposição *a*. Com verbos de transferência e movimento, por exemplo, quando o argumento é introduzido pela preposição *a*, sua interpretação é sempre de *recipiente* da ação, como na sentença em (214), na qual *Maria* recebe a carta diretamente enviada pelo *João*:

(214) O João entregou um livro **à Maria**.

A preposição *para*, no entanto, apresenta uma ambiguidade semântica nesse mesmo contexto verbal. Na leitura expressa em (215), *Maria é a recebedora/ recipiente* do livro entregue pelo João, ou seja, temos o mesmo significado da sentença (214). Já na sentença (216), *Maria é beneficiária* do evento da carta ter sido entregue na secretaria pelo João. Naturalmente, na visão construcionista que estou adotando, na qual a sintaxe é que determina os papéis temáticos, temos duas estruturas distintas para as sentenças abaixo, como veremos na próxima seção deste capítulo.

(215) O João entregou o livro **para a Maria**.

(216) O João entregou a carta **para a Maria** na secretaria.

Exemplos como esses são evidência de que as preposições introdutoras de argumentos em PB possuem conteúdos semânticos bem estabelecidos para os falantes. No terceiro capítulo, mostramos que, historicamente, a preposição *a* era preferencialmente introdutora de elementos abstratos e animados e que *para* era usada com *locativos* e OI *beneficiário* com verbos de criação. Contudo, como discutido anteriormente, os resultados quantitativos mostram que, dependendo do tipo de texto, mais ou menos formal, e de língua falada vs. língua escrita, há um retorno da preposição *a* na introdução do OI, condicionado pela pressão normativa.

No entanto, como aconteceu em outros contextos de mudança no PB (cf. Kato 2005) a escola não resgata a gramática histórica e a gramática lusitana integralmente. Assim, o exemplo clássico é o do resgate dos clíticos acusativos e dativos de 3ª pessoa na escrita e fala formais, mas não o resgate da ênclise, que é a colocação pronominal do PE, excetuando os contextos com ‘atratores’. O mesmo penso que pode ser afirmado a respeito dos OIs. Como discutido em Armelim (2011) e Moretti (2010), a preposição *a* não é encontrada com os verbos de criação. Ou seja, não há, nesses contextos, a variação *a* e *para*. Assim, a entrada da preposição *a*, via escolaridade, parece não atingir os contextos ditransitivos, nos quais o OI é interpretado como *beneficiário*, num contexto verbal particular.

Em outras palavras, encontramos duas situações acerca da introdução de argumentos indiretos em PB. Nos usos comuns da língua, os brasileiros preferem a

preposição *para*, já em contextos mais formais, os falantes a substituem por *a*, principalmente nos contextos em que sua interpretação geral é de *recipiente*. Desse modo, acredito ser possível afirmar que a preposição *para* em PB configura o que Pesetsky (1995:141) chama de *superset* – super conjunto, enquanto *a* faz parte de um *subset* – subconjunto dos possíveis usos de *para*, como discutimos acerca da preposição *to* na seção 4.1. deste capítulo.

Assumo, portanto, que o PB possui apenas construções ditransitivas preposicionadas, pois, uma vez que as preposições *para* e *a* apresentam semânticas semelhantes, as mesmas passaram a ter o mesmo estatuto, ou seja, para os brasileiros, ambas as preposições são elementos lexicais quando usadas para introduzir os argumentos indiretos que acompanham os verbos de transferência, movimento.

Como discutido nos capítulos anteriores, em PE, a preposição *a* é somente um elemento funcional marcador de Caso dativo, por isso faz parte da DOC, enquanto *para* é um elemento lexical presente na PDC. Uma vez que PB não possui preposição *dummy* no contexto de sentenças ditransitivas, esse fato é mais uma evidência que o PB, diferentemente do PE e outras línguas românicas, possui apenas PDCs. Assim sendo, argumentarei nas seções seguintes que essas preposições são o núcleo do complemento de uma projeção pP, logo podem ser perfeitamente responsáveis por estabelecer uma relação entre os dois argumentos presentes nas construções ditransitivas.

4.5.2 A estrutura argumental das ditransitivas com os verbos de transferência e movimento

Com base no que foi exposto nas seções anteriores sobre o conceito de estrutura ditransitiva e sobre pP, apresento nesta seção minha proposta para a representação das sentenças ditransitivas com verbos de transferência e movimento, como o exemplo abaixo

(217) João enviou uma carta **para** Maria.

De acordo com a ideia central de ditransitividade nos moldes de Cuervo (2010), uma sentença ditransitiva como (217) é constituída por dois eventos, não três.

Primeiramente, é estabelecida uma relação entre os dois argumentos internos ao vP - o OI *Maria* é o receptor direto do OD ‘carta’, logo não há uma relação entre dois eventos distintos e, sim, entre os argumentos internos e, depois, essa relação é selecionada pela raiz verbal.

Uma sentença ditransitiva, portanto, deve apresentar categorias funcionais que possam expressar a relação de transferência de posse entre o OD e o OI, sejam elas – uma frase aplicativa, uma *small clause* ou uma frase preposicional. Como discutido anteriormente, o aplicativo baixo seria o responsável por estabelecer essa relação em línguas como o espanhol e o PE. Em PB, porém, por essa variante não apresentar núcleos aplicativos, pelas razões defendidas no Capítulo I, a relação entre os dois argumentos é estabelecida na estrutura argumental através da preposição presente no núcleo de PP complemento da projeção pP, como podemos verificar na representação abaixo:

(218)

Na estrutura acima, a preposição encontra-se em uma relação de c-seleção com o argumento Fundo como explicitado anteriormente. Logo, ela está necessariamente dentro da projeção PP, complemento de pP. Semanticamente, temos uma interpretação na qual o complemento oblíquo é o *alvo/recipiente* do evento, ou seja, há uma relação direta de posse entre o OD e o objeto introduzido pela preposição, similar à construção aplicativa do PE, discutida no Capítulo I. Assumo que a partir das construções preposicionadas do PE, os falantes de PB reanalisaram a construção aplicativa do PE e

generalizaram o uso da preposição *para* em todos os contextos ditransitivos com verbos de transferência e movimento.

Pensando na semântica de *alvo/recipiente* instanciada pelas preposições *para* e *a*, a estrutura representada em (218) é perfeitamente capaz de representar uma estrutura ditransitiva do PB com verbos de transferência e movimento com seu argumento indireto sendo introduzido pelas preposições transitivas em questão. Porém, como discutido na seção anterior, a preposição *para* também veicula a semântica de *beneficiário* do evento. Dessa forma, coloca-se a seguinte questão: como representar essa outra interpretação veiculada por *para*? Para respondê-la, lembramos primeiramente a necessidade de considerar que, no modelo construtivista que estamos adotando, a interpretação das raízes é afetada pelas propriedades sintáticas do *v* ao qual elas se ligam, de modo que a estrutura do evento é construída através da interpretação de elementos funcionais (cf. Wood 2012:218).

Assim, para dar conta da interpretação de *beneficiário* do argumento indireto dessas estruturas vou me valer da proposta de Wood & Marantz (2015), segundo a qual um único núcleo *i** é capaz de introduzir argumentos no contexto relevante. Veremos a seguir, que essa proposta é uma complementação do que foi exposto até o momento acerca da projeção *pP* que, como venho discutindo, pode ser utilizado para introduz a relação entre os dois argumentos das estruturas ditransitivas.

4.6 Verbos de criação e a proposta de aplicativo alto-baixo

Discutiremos nesta seção que a estrutura sintática dos verbos de criação é a mesma da dos verbos transitivos de transferência e movimento, pois, essas estruturas também podem ser interpretados como eventos dinâmicos.

De acordo com a literatura, há dois tipos de DPs eventivos. Aqueles que são morfologicamente simples, tais como *viagem* ou *festa* e outros mais complexos, pois foram derivados de verbos, tais como os deverbais *remoção* e *concretização* (cf. Alexiadou & Grishaw 2008). Dessa forma, uma sentença como *A viagem levou 10 minutos* mostra o significado eventivo de *viagem*. Já *A camisa levou dez minutos* é uma frase estranha, pois o DP não denota uma noção eventiva como o DP *a viagem*.

Outro tipo de DP eventivo é aquele proposto por Marantz (2009). Segundo o autor, esses elementos aparecem com *verbos de criação e mudança de estado* cujo OD é interpretado como um evento em si. Dessa maneira, em *João construiu uma casa*, o OD é um subevento estativo da existência da casa - o ato de construir uma casa denota que, de um conjunto de materiais criou-se um novo ‘objeto’, logo esse objeto é a medida do evento. Assim como em *João limpou a parede*, o OD é um subevento estativo da *parede* estar limpa. Dessa forma, uma maneira de tratar essas construções estativas seria nos moldes apresentados por Cuervo (2003) no qual a autora postula um núcleo estativo nulo *vBE* que toma um DP e retorna um estado introduzido pelo *aplicativo baixo* – *at*, assim como discutido no Capítulo I. Marantz argumenta, porém, que não é necessário fazer uso de diferentes tipos de *v*, como o *vBE*, para dar conta dessas representações.

Assumindo que o próprio DP-OI pode ser eventivo, vamos explorar as ideias de Marantz (2009, 2013) para *os verbos de criação* em inglês a fim de expandi-las para as construções com o mesmo tipo de verbo em PB. Segundo o autor, os ODs *dos verbos de criação* não tem semanticamente a leitura de *tema* - como aqueles *dos verbos de transferência e movimento*. Esses elementos seriam, na verdade, eventos em si, pois representam o objeto que resultou de uma ação. Vejamos o exemplo, (202) abaixo:

(219) Mary baked John **a cake**.

(Marantz 2009:8)

Nessa sentença, *a cake* é um objeto construído, criado, ou seja, passa de um conjunto de ingredientes para um produto finalizado – fato que caracteriza um evento. Consequentemente, *John*, além de *alvo/recipiente* do OD-*cake*, é *beneficiário* do evento *bake the cake* Mary como ilustrado no diagrama a seguir:

Essa representação mostra que ao mesmo tempo que existe uma relação de posse entre o OD – *John* – e o OI – *a cake*, o OD também está sendo beneficiado pelo fato de *Mary* ter executado o evento de *fazer o bolo*.

Essas estruturas, portanto, envolvem o que Marantz chama de *aplicativo alto-baixo*⁶⁵, ou seja, há, por um lado, a ideia de um aplicativo baixo, através do qual é estabelecida uma relação de posse entre o OD e o OI, gerada abaixo do VP. Porém, ao mesmo tempo ocorre a interpretação de aplicativo alto, pois o OI é *beneficiário* do evento expresso pelo OD. Dessa forma, o DP *cake* está submetido a um evento de mudança de estado, no qual é envolvido como ‘medida’ do evento, como ilustrado por Marantz (2009) no seguinte diagrama:

(Marantz 2009:8)

Para complementar esse conceito de um *aplicativo alto-baixo*, Wood (2012) apresenta um conjunto de sentenças em islandês, nas quais os argumentos indiretos podem ser interpretados como estados, ou como eventos dinâmicos - dependendo das propriedades semânticas a sua volta. Dessa forma, esse elemento pode ser encaixado em uma estrutura de aplicativo baixo, mas a interpretação da sentença é a instanciada por um aplicativo alto, numa configuração de *aplicativo alto-baixo*. Esse fato é ilustrado pela sentença *Jón blandaiði Hlynur drykk'* (Jon preparou um drink para Hlynur), cuja representação arbórea proposta por Wood é a seguinte:

⁶⁵A título de ilustração, apresento novamente as estruturas de aplicativo alto e baixo propostas por Pylkkänen (2002, 2008:14):

(221)

(Wood 2012:233)

Vejamos em (222) a semântica do núcleo aplicativo proposta pelo autor para a frase representada em (221). Essas representações nos levam à leitura semântica de aplicativo alto em uma estrutura sintática de aplicativo baixo, como estamos discutindo.

- (222)
- a. $\text{Appl} \leftrightarrow \lambda x_e. \lambda s_s. \text{BENEFICIARY}(x, e)$
 - b. $\text{'drink'} = \lambda s_s. \text{state}(s, \text{drink})$
 - c. $\text{Appl}' = \lambda x_e. \lambda s_s. \text{BENEFICIARY}(x, e) \wedge \text{state}(s, \text{drink})$
(c) comes from (a) and (b) via Event Identification
 - d. $\text{ApplP} = \lambda s_s. \text{BENEFICIARY}(\text{Hlynur}, s) \wedge \text{state}(s, \text{drink})$
 $\approx \text{'Hlynur is the beneficiary of the state of the drink'}$

(Wood 2012:233)

Segundo Wood (2012), portanto, os verbos de criação do islandês apresentam uma estrutura de *aplicativo alto-baixo*. Sendo assim, o OD, neste tipo de construção, é um evento estativo em si, pois sofre uma mudança de estado, ilustrado no exemplo em (221): ao preparar o drink, os ingredientes passam de um conjunto de itens para uma bebida pronta, o que acarreta a noção de evento, nos moldes de Marantz (op. cit.). Logo, temos que a sintaxe dessa construção é a de aplicativo baixo, porém, sua interpretação é de aplicativo alto, uma vez que o OI *Hlynur* é beneficiado pelo evento de *Jón* preparar o *drykk*. Assim, como o próprio DP -OD nessas construções pode ser considerado um

evento em si, o OI é *beneficiário* do evento, uma vez que é *recipiente* do objeto produzido. Entretanto, tal interpretação não requer a configuração de um aplicativo alto, na qual o OI é introduzido acima do VP, pois a eventividade do objeto *tema* garante essa leitura, como demonstrado através da semântica do Appl em (206):

- (223) a. $[v] \leftrightarrow \lambda x_{(s,t)}. \lambda e_s. \exists e'_s. P(e') \wedge \sqrt{\text{BLANDA}}(e) \wedge \text{CAUSE}(e', e)$
 b. $[vP] = \lambda e_s. \exists e'_s. \text{BENEFICIARY}(\text{Hlynur}, e') \wedge \text{state}(e', \text{drink}) \wedge \sqrt{\text{BLANDA}}(e) \wedge \text{CAUSE}(e', e)$
 $\approx$ 'The set of ('mixing') events e that caused the state of the drink to be e' and Hlynur is the beneficiary of e' '

(Wood 2012:234)

4.6.1 Verbos de criação no PB

O objetivo desta seção é mostrar que a proposta de uma estrutura de *aplicativo alto-baixo*, como a exposta na seção anterior, pode ser expandida as estruturas ditransitivas com *verbos de criação* em PB. Vejamos o seguinte exemplo novamente:

- (224) A Maria preparou um jantar **para o João**

Da mesma forma do que foi exposto para os *verbos de criação* do islandês, na sentença (224) o argumento indireto *para o João* tanto se beneficia do evento de *Maria ter feito o jantar*, como do argumento *jantar* em si. Além disso, como discutido na seção anterior, o DP *um jantar* é em si um evento – pois de um conjunto de ingredientes ele passou para um produto final. Desse modo, a sentença acima tem a semântica que se espera de uma estrutura de aplicativo alto, contudo, uma vez que o próprio DP *tema* denota um evento, é possível manter uma estrutura sintática de aplicativo baixo e depreender dela a interpretação semântica de aplicativo alto através da eventividade do OD.

Como discutido nas seções anteriores, o PB não possui núcleos aplicativos em seu inventário de núcleos funcionais. Assim, a relação que deve ser estabelecida entre o OD e o OI de sentenças ditransitivas é realizada através do pP em camadas, como

discutido anteriormente. Dessa forma, proponho que a representação para a sentença acima é feita através de um pP, nos mesmos moldes do que foi exposto para os verbos de transferência e movimento⁶⁶. A seguir apresento em (225) a primeira proposta de representação da sentença (224):

(225)

Os *verbos de criação* são interessantes, pois, além dos seus argumentos expressarem a relação exposta acima, ou seja, na qual o OI é beneficiado tanto pelo evento do *jantar* ter sido preparado para ele, como também será o beneficiário do OD em si, pois se espera que *João* comerá *o jantar*.

Podemos, ainda, pensar em outra leitura segundo a qual *o João* seria beneficiado apenas pelo evento e não pelo recebimento de um DP-tema, ou seja, podemos interpretar que *o João* precisa fazer *o jantar*, mas não pode, então Maria o prepara em seu lugar, ou seja, ao invés dele. Essa seria mesma a mesma interpretação denotada pela preposição *por* em português. Considerando, portanto, que a sentença em (224) pode ter essas duas interpretações distintas, a título de diferenciação, diremos que o argumento indireto do primeiro caso explicado acima é *beneficiário do tema*. Já no segundo caso, ele é *beneficiário do evento*⁶⁷.

Como exposto, a representação arbórea acima corresponde à primeira interpretação, pois a relação OD - OI está abaixo do VP, de modo que a leitura obtida é a de *beneficiário do tema eventivo*. Dessa forma, para dar conta dessas duas

⁶⁶ Para mais detalhes a respeito dessa estrutura e para uma análise dos argumentos indiretos dos verbos de criação introduzidos pela preposição de cf. Calindro (2015).

⁶⁷Essa nomenclatura segue a proposta de Armelin (2011).

interpretações possíveis com os *verbos de criação*, trarei novamente a proposta de Wood & Marantz (2015) de um núcleo *i** introdutor de argumentos, que será discutida a seguir.

4.7 Desdobramentos recentes da análise da estrutura argumental

Retomemos os núcleos introdutores de argumentos, a fim de esmiuçar a proposta de Wood & Marantz (W&M 2015) segundo a qual, os cinco núcleos introdutores de argumento listados em (197), podem ser reduzidos a um único introdutor *i**:

- (226)
- a. *Voice*, que introduz os argumentos externos de sintagmas verbais (frequentemente *agentes*);
 - b. *aplicativo baixo*, que introduz um argumento extra relacionado a um DP;
 - c. *little p*, que introduz o argumento externo relacionado a um DP;
 - d. *preposições*, que introduzem argumentos *non-core* de uma forma sintaticamente diferente do aplicativo alto;
 - e. *aplicativo alto*, que introduz um argumento *non-core*;

(Wood & Marantz 2015:4)⁶⁸

Acredito que essa proposta de um único introdutor de argumentos será interessante no âmbito deste estudo, pois, através dela, é possível propor uma representação mais simples e elegante das estruturas ditransitivas com verbos de transferência, movimento e criação em PB.

Segundo os autores, *i** é uma categoria não especificada que inicia a derivação como {[CAT:___]. [S:D]}. Nos termos de Bruening (2010), nos traços em colchetes representam, por exemplo, que uma categoria $P_{[S,D]}$, seria um núcleo da categoria P que seleciona um traço seletional(S) para um constituinte da categoria D.

Há três fatores que determinam as propriedades sintáticas e semânticas de *i**: “(i) *i** pode concatenar com diversas categorias sintáticas, logo sua interpretação pode ser depreendida de sua posição estrutural; (ii) o traço categorial de *i** é valorado pelo

⁶⁸Tradução livre do original.

traço categorial do primeiro constituinte com o qual ele se concatena; (iii) raízes lexicais podem se adjungir a i^* , quando elas o fazem, as mesmas afetam a interpretação de i^* (bem como certas propriedades de i^*)” Wood & Marantz (2015:5)⁶⁹.

Esse introdutor de argumentos i^* foi denotado pelos autores com $*$, pois sua principal propriedade sintática é fechar a projeção estendida do primeiro constituinte com o qual ele se concatena. A partir daí, os autores ilustram como são derivados os núcleos básicos introdutores de argumentos:

- (227) a. Little p (figuras): Bare i^* que concatena com um pP .
 b. Voice (agentes): Bare i^* que concatena com um vP .
 c. Appl baixo (possuidores): Bare i^* que concatena com um DP .

(Wood & Marantz 2015:6)

Segundo W&M (op. cit.), esses núcleos representam diferentes ‘usos’ de um mesmo núcleo sintático. Assim sendo, de um lado temos *little p*, *Voice* e Appl baixo e de outro PP e aplicativo alto. Os dois últimos são diferentes dos três primeiros, pois, os mesmos parecem introduzir a sua própria semântica temática independente da semântica do elemento ao qual eles se ligam. Dentro dessa proposta, portanto, P e aplicativo alto são os núcleos i^* aos quais uma raiz lexical é adjungida.

Quando uma raiz preposicional (nos termos que vínhamos usando até o momento big P) se adjunge à i^* , o traço categorial de i^* é valorado como p . Como dito anteriormente, a semântica lexical da preposição deriva da raiz e é determinada pelo contexto em que se encontra. Nesses termos, a preposição *in* é diferente de *on*, pois a raiz $\sqrt{IN}$ apresenta condições semânticas diferentes da raiz $\sqrt{ON}$ (recipiente vs. superfície). Para ilustrar essa proposta, os autores apresentam a representação da sentença *the car on the road*:

⁶⁹Tradução livre do original.

(228)

(Wood & Marantz 2015:7)

A diferença desta análise do que vínhamos elaborando até o momento é a maneira como a preposição é tratada em relação ao argumento que ela introduz. Até agora, havia apenas a constatação de que a preposição estava relacionada ao Fundo e não à Figura. A partir dessa proposta, contudo, a raiz verbal passa a apresentar condições semânticas diferenciadas ao seu complemento. Novamente, o i^* mais baixo ao se concatenar com $\sqrt{\text{ON}}$ atribui ao DP *the Road* o papel temático a ele associado, logo o DP passa a ser interpretado como uma superfície. Em seguida, o i^* mais alto se concatena ao pP e, então, ao DP, atribuindo a este a ideia de Figura, associada ao elemento que se encontra no SpecpP. Como estamos discutindo, a semântica *default* das preposições *a* e *para* introdutoras do complemento indireto que acompanha os verbos de transferência e movimento em PB é a de *alvo/recipiente*, logo mostrarei a seguir que a representação dessas construções também pode ser feita através da proposta de W&M (2015).

A construção da representação de uma sentença ditransitiva como *A Maria enviou uma carta para/ao João* acontece da seguinte maneira: em primeiro lugar, uma vez que essas construções podem apresentar um argumento externo, o núcleo *Voice* consiste em um i^* ligado ao vP e p ao i^* conectado a pP. Desse modo, analogamente, esses dois núcleos são responsáveis por introduzir um argumento externo DP relacionado ao seu complemento. Logo, se o vP ao qual esse i^* se relaciona denotar um evento que apresente tal papel temático, o núcleo *Voice* é responsável por introduzir um argumento agente (nesse caso *Maria*). Por sua vez, p introduz o papel de Figura se o seu

complemento denotar um estado espacial que demande uma Figura (cf. Wood & Marantz 2015:18).

Tendo isso em vista, assumo que o OD *tema* de uma construção ditransitiva nos contextos relevantes é análogo ao DP Figura presente em configurações tais como o exemplo (228). Nesse caso, p introduz um OD *tema* em seu especificador se o seu complemento PP for capaz de denotar um tipo de relação que implica uma transferência de posse entre o OD e o OI. Assim, se adotarmos a proposta de W&M de um introdutor de argumentos i^* , podemos fazer uma releitura da estrutura proposta em (218) para a sentença do PB – ‘A Maria enviou uma carta para/ao João’, representada com um pP, pela representação abaixo (230) - paralela à estrutura em (229) proposta pelos autores para o islandês:

(229)

(Wood & Marantz 2015:17)

(230)

Na representação acima o objeto direto *tema*, *a carta*, é concatenado na posição de Figura – SpecpP. Assim, ao concatenar i^* com pP, somente o domínio de pP é fechado, de modo que ainda permanecem mais posições dominando o vP nas quais é possível introduzir argumentos, como o DP agente *Maria*, como vimos na representação da sentença em (230). Dessa forma, o papel de Figura pode ser introduzido semanticamente como o argumento externo de PP (Wood & Marantz 2015:16).

Ademais, como já foi discutido com o exemplo *Bjartur tróð blýöntunum í pokann*⁷⁰ do islandês, é plausível um DP ser concatenado à estrutura argumental na posição de Figura no especificador de pP. Proponho, portanto, que essa representação em (201) que foi refinada dentro da proposta de Wood & Marantz (2015), através da introdução do elemento i^* na estrutura argumental, é perfeitamente capaz de representar as estruturas ditransitivas com verbos do PB.

Resumidamente, dentro desta proposta, os autores assumem que existe um único núcleo i^* capaz de introduzir os argumentos externos de vP e pP (W&M 2015:19). Suas propriedades sintáticas são derivadas de acordo com a estrutura à qual ele pertence,

⁷⁰Bjartur apertou os lápis na bolsa.

assim, esse núcleo projeta uma categoria sintática como seu complemento e atribui o papel temático requerido por ele. Além disso, a gama de interpretações que i^* pode ter está condicionada à Interpretação Plena (*Full Interpretation*) (cf. Harley 2011)

A estrutura em (201), contudo, não é capaz de captar a interpretação de *beneficiário* que também pode ser instanciada pela preposição *para*, como já discutido anteriormente. Dessa forma, trarei na próxima seção uma proposta também com base no núcleo i^* para esse tipo de sentença em PB.

4.7.1 Uma proposta com o núcleo i^* para os verbos de criação do PB

Com o intuito de propor uma representação adequada dos casos em que a preposição *para* licencia tanto a leitura de *beneficiário do tema* e a de *beneficiário do evento*, voltaremos à discussão de Wood & Marantz (2015:8) a respeito do núcleo i^* em relação ao aplicativo alto. Segundo os autores, esse núcleo funciona como uma raiz adjungida a i^* , pois o papel temático que o mesmo atribui ao DP em seu especificador não está relacionado à semântica da raiz verbal. Logo, de acordo com essa pressuposição, os autores afirmam que os papéis temáticos relacionados ao aplicativo alto são os mesmos que normalmente são introduzidos por preposições, tais como os papéis de *beneficiário* e *locativo*. Logo, esse fato é particularmente interessante para os verbos de criação cujo argumento indireto tem a semântica de *beneficiário*, como estamos discutindo nesta seção.

Em sua essência, portanto, um aplicativo alto é como um vP , pois ele também fecha a projeção da raiz. Além disso, todos os elementos que podem selecionar um vP , podem selecionar um aplicativo alto (cf. nota de rodapé 17).

Assumo, portanto, que, quando o argumento indireto tem a interpretação unicamente de *beneficiário* do evento, sua semântica é de aplicativo alto. Porém, como o PB não possui núcleos aplicativos altos em sua estrutura, a introdução desse elemento ocorre através de um sintagma preposicionado, uma vez que o núcleo i^* é capaz de se adjungir a um p , formando um núcleo pP , como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, é preciso estabelecer que as preposições, de acordo com Acedo Matéllan (2010), podem ser como quaisquer outras categorias que possuem uma raiz neutra e uma categoria que determina o núcleo funcional. Isso já foi postulado de forma semelhante em Harley (2002), quando a autora assume um núcleo P_{Loc} para as

ditransitivas preposicionadas do inglês e um PHave para licenciar os argumentos dativos das construções de objeto duplo, como discutimos na seção 3.1. Desse modo, as preposições podem ser raízes preposicionais com traços categoriais que irão se adjungir a um i^* que, por fim, vai gerar um pP. Por outro lado, caso a preposição não tenha um traço categorial, ela atribui papel temático ao DP que estiver no especificador de vP, nos moldes de um aplicativo alto, como veremos detalhadamente a seguir.

Essas preposições que não têm um traço categorial se concatenam com i^* , mas o mesmo continua sem categoria, e somente quando esse complexo se concatena ao vP, há a valoração categorial desse traço como v . Porém, uma vez que essa é apenas a segunda concatenação, o resultado é um vP, não v^*P (cf. 233 a seguir). O papel da raiz, conseqüentemente, não é atribuído ao vP e sim ao DP que está em seu especificador. A partir dessas constatações, os autores definem as preposições e o aplicativo alto da seguinte maneira:

- (231) a. Big P (preposições): i^* com uma raiz preposicional da categoria P adjungida a ele;
b. High Appl (afetados): i^* com a categoria preposicional neutra a adjungida a ele;

O exemplo a seguir ilustra esse ponto:

- (232) John held the purse for Mary.

Nesse caso, um vP como *hold the purse* já pressupõe a ideia de um *agente* mesmo antes dele ser projetado sintaticamente em razão do significado do evento verbal. Já, a ideia de um beneficiário da ação de carregar a bolsa, não implica que haja necessariamente um *beneficiário* projetado sintaticamente. Por essa razão, segundo os autores, os papéis temáticos associados aos aplicativos altos são os mesmo que as preposições introduzem, tais como: *beneficiários* (inglês *for*), *maleficiários* (inglês *on*), *locativos* (inglês *in*).

A sentença em (232), portanto, pode ter duas interpretações. A primeira seria aquela em que há um *beneficiário* pP, no qual a preposição é responsável por estabelecer uma relação entre o DP *the purse* e o *beneficiário* Mary, que seria equivalente ao que estamos chamando de *beneficiário do tema*. A diferença, contudo, é

que uma vez que *purse* não é o elemento Figura da preposição, ela é concatenada à estrutura como especificador de vP , junto ao verbo *hold*. Assim, considerando que a preposição que introduz o argumento indireto possui um traço categorial o pP *for Mary* é gerado da mesma forma que pP da representação de *on the road*(199), resultando na estrutura abaixo:

(Wood & Marantz 2015:10)

A preposição categorial, portanto, se concatena a i^* e depois se adjunge ao DP *Mary* projetando um pP . Em seguida, i^* se concatena com o vP , valorando seu traço categorial como v para, assim, projetar $v^*_{[S,D]}$, ou seja, um sintagma verbal que c-seleciona um DP e, por fim, o DP *agente* se concatena à estrutura, fechando a projeção v^*P .

Além dessa interpretação representada em (233), a preposição *for* do inglês também denota a semântica do aplicativo alto, segundo a qual o OI é o beneficiário do evento instanciado pelo vP , equivalente ao caso do argumento indireto que estamos denominando *beneficiário do evento*. Nesse caso, ao invés da preposição se concatenar com o DP e depois com o vP , ela primeiro se concatena ao vP e depois ao DP, como podemos verificar na representação a seguir:

(234)

(Wood & Marantz 2015:10)

Novamente, de acordo com os autores, essa representação é pertinente nesse sistema, pois, a raiz preposicional pode ser uma categoria neutra. Por isso, i^* ao se concatenar com a raiz preposicional com traço neutro gera v^* , não p^* , que ao se concatenar ao vP valora o traço categorial de v , projetando $vP_{[S:D]}$. Só então o traço categorial de D é checado ao concatenar o $vP_{[S:D]}$ ao DP *Mary*. Por fim, de modo análogo, o DP argumento externo *John* é adicionado à estrutura.

Proponho que essa discussão de Wood & Marantz (2015) pode ser ainda melhor ilustrada pelos exemplos das sentenças ditransitivas com *verbos de criação* do PB. Pois, nesses casos, o argumento indireto introduzido por *para* pode ter a leitura *de beneficiário do tema* ou *de beneficiário do evento*, como explicado anteriormente. Retomemos a sentença abaixo:

(235) A Maria preparou o jantar **para o João**.

Como já discutido, podemos depreender duas leituras semânticas para o DP *o João* precedido pela preposição *para*: ele tanto pode ser um *beneficiário - recipiente* do jantar ou apenas *beneficiário da ação* de *Maria* ter realizado o jantar. No primeiro caso, *João* necessariamente comerá *o jantar*, portanto ele é *beneficiário do tema*. Essa leitura está representada através da estrutura em (236) abaixo, análoga à representação (233) acima:

(236)

Na representação acima, verificamos que a preposição categorial *para* se concatena a *i** e depois se adjunge ao DP *o João* projetando um pP. Em seguida, *i** se concatena com o vP, valorando seu traço categorial como *v* para, assim, projetar *v*[S:D]*, ou seja, um sintagma verbal que c-seleciona um DP e, por fim, o DP *agente A Maria* se concatena à estrutura, fechando a projeção *v*P*.

Já na segunda interpretação da sentença em (235), pode ser que *o jantar* seja apreciado por outras pessoas que não *o João*, por esse motivo João é apenas *beneficiário do evento*. Essa interpretação está ilustrada na representação em (237) analogamente a que foi assumida em (234):

(237)

Assim como em (234), assumo que a raiz preposicional em (237) é uma categoria neutra. Desse modo, i^* ao se concatenar com a raiz preposicional com traço neutro gera v^* , não p^* , que ao se concatenar ao vP valoriza o traço categorial de v , projetando $vP_{[S:D]}$. E o traço categorial de D é checado ao concatenar o $vP_{[S:D]}$ ao DP o *João*. Por fim, de modo análogo, o DP argumento externo *a Maria* é adicionado à estrutura. Portanto, dessa estrutura podemos captar a segunda interpretação do OI como *beneficiário do evento de Maria ter feito o jantar por ele*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado na introdução, meu objetivo nesta tese era delinear o processo de variação e mudança na realização dos argumentos indiretos do PB. Foi discutido durante esta tese que desde o século XIX as preposições *a* e *para* começaram a alternar na introdução do OI em sentenças ditransitivas com os verbos de transferência, movimento e de criação. Esse fato foi confirmado na análise dos dados do corpus jornalístico escolhido para este estudo. Porém, os dados mostraram que apesar da preposição *a* estar perdendo campo para a preposição *para*, a quantidade de ocorrências de argumentos introduzidos por *a* foi muito alta. Desse modo, para entender essa variação, o corpus foi separado em cinco conjuntos de verbos e em seguida, também foi analisada a natureza semântica do OI que os acompanha. Assim, concluiu-se que, nos contextos analisados, está ocorrendo uma alternância entre as duas preposições em questão na língua escrita do PB.

Como discutido no Capítulo II, contudo, a preposição *para* é usada preferencialmente na fala dos brasileiros, porém a preposição *a* é adquirida nos anos escolares e ainda é utilizada na língua escrita. Assim, mostrei através da discussão da extensa literatura sobre as estruturas ditransitivas em diversas línguas no Capítulo I que o PB não apresenta alternância dativa nos moldes de outras línguas românicas como o espanhol e o PE, por exemplo. Isso se justifica pelo fato da variante brasileira ter perdido a marca morfológica de caso dativo – o clítico *lhe(s)* – como confirmado, inclusive, nos resultados obtidos no corpus que analisei. A alternância dativa é expressa nas línguas abordadas através da presença de dois tipos de sentenças ditransitivas - a construção de objeto duplo (DOC) que constitui um tipo de construção aplicativa e a construção ditransitiva preposicionada (PDC), na qual o OI é introduzido por uma preposição lexical.

Durante esse trabalho, portanto, argumentei que no processo de variação que o PB vem sofrendo, além da perda da marca morfológica de caso dativo, essa variante também reanalisou o estatuto da preposição *a*, uma vez que a mesma em PE, é um elemento funcional marcador de Caso dativo presente nas DOCs. Já a preposição *para* em PE, é uma preposição plena que introduz os argumentos indiretos nas PDCs dessa variante. Assim, como discutido nos Capítulo II e IV, os brasileiros generalizaram o uso

da preposição *para* em todos os contextos e perderam a marcação de caso dativo, logo a variante brasileira não apresenta construções aplicativas em sua estrutura argumental.

Dessa forma, quando as crianças adquirem a preposição *a* através da escolarização, a mesma tem o mesmo estatuto lexical da preposição *para*. Concluo, assim, que ocorreu uma mudança microparamétrica em PB, pois a língua não possui mais evidências de Caso dativo e todos os argumentos introduzidos por preposições passam a ter necessariamente Caso oblíquo, uma vez que são sempre introduzidos na estrutura argumental através de um sintagma preposicionado pP, como discutido no Capítulo IV.

Assim sendo, mostrei no Capítulo IV que partindo da noção de Cuervo (2010), segundo o qual a ditransitividade é um epifenômeno, os verbos tradicionalmente tidos como ditransitivos são, na verdade, verbos monotransitivos que selecionam uma relação. Ou seja, primeiro o OD e o OI estabelecem uma relação entre si e, então, essa relação pode ser introduzida na estrutura argumental através de três possíveis núcleos: um aplicativo, uma *small clause* ou um sintagma preposicionado. Seguindo esse conceito e tendo em mente que o PB não possui núcleos aplicativos em seu inventário de projeções funcionais, a relação dos argumentos presentes nos contextos relevantes das sentenças ditransitivas devem ser introduzidos na estrutura argumental através de um sintagma preposicionado.

Assim, propus que uma projeção pP, como delineado no Capítulo IV, é responsável por introduzir a relação dos argumentos internos das sentenças ditransitivas em PB. Além disso, a partir da discussão de Marantz (2009) para os verbos de criação em inglês, propus o mesmo tipo de estrutura argumental para os verbos de transferência, movimento e de criação do PB, uma vez que os argumentos que os acompanham os últimos também apresentam uma relação de transferência de posse dinâmica entre si. Logo, foi possível manter a mesma proposta de representação da estrutura argumental para os verbos de criação, tendo em vista que o OD que os acompanha pode ser considerado um evento, como discutido por Marantz (op. cit.).

Por fim, refinei a proposta da introdução dos argumentos das estruturas ditransitivas do PB, a partir da recente proposta de um introdutor universal de argumentos *i**, nos moldes de Wood & Marantz (2015). Seguindo essa análise, além de ser possível fazer a representação das sentenças ditransitivas com verbos de transferência e movimento cujo objeto indireto possui a semântica de *alvo/recipientes*, pude explicar os casos em que a preposição *para* pode denotar ao seu complemento

tanto a semântica de *beneficiário do tema* como de *beneficiário do evento*, como discutido no Capítulo I desta tese.

Concluo, portanto, que no decorrer deste estudo apresentei o percurso de mudança na estrutura argumental do PB ilustrado pela representação do objeto indireto dessa variante, o que culminou em uma proposta de estrutura argumental do PB que difere substancialmente das análises existentes na literatura para as sentenças diransitivas de outros idiomas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSINA, A. & MCHOMBO, S. (1993) "Objects asymmetries and the Chichewa Applicative Construction". In: MCHOMBO, S. (ed.) *Theoretical aspects of Bantu grammar*. CSLI Publications. 50-93.
- AMARAL, L. & CANÇADO, M. (2014) "Verbos de criação do português brasileiro: classificação e representação lexical". *Revista Linguística*. Vol. 10, n. 1. 51-73.
- ANAGNOSTOPOULOU, E. (2003) *The Syntax of Ditransitives. Evidence from clitics*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter.
- ARMELIN, P. (2011) *Sentenças Bitransitivas do Português Brasileiro revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AVELAR, J. (2006) *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*, Tese de doutorado. Unicamp, Campinas.
- BAKER (1985) "The Mirror Principle and Morphosyntactic explanation". *Linguistic Inquiry* 16. P. 373-416.
- BAKER, M. (1988) *Incorporation: a Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago: Chicago University Press.
- BAKER, M. (2008) "The macroparameter in a microparametric world". In: BIBERAUER, T. (ed.) *The limits of syntactic variation*. Amsterdam: John Benjamins. P. 351-374.
- BECHARA, E. (2000) *Moderna gramática portuguesa*. Edição Revista e Ampliada. Rio de Janeiro. Ed. Lucerna.
- BERLINCK, R. de A. (1996) "The Dative". In: VAN BELLE, W. & VAN LANGENDONCK, W. (org.) *Case and grammatical Relations Across Languages*. Vol I Descriptive Studies. John Benjamins Publishing Company. p.119-151.
- BERLINCK (1997) "Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil". In: II Encontro do CelSul. Anais, UFSC, Florianópolis.
- BERLINCK, R. de A. (2001) "Dativo ou Locativo? Sobre sentidos e formas do 'dativo' no português. Curitiba. *Revista Letras*. n. 56, pp.159-175.
- BERLINCK, R. de A.; BUENO, L. C. de O. (2008) Variação e Gênero Textual: Preposições em textos jornalísticos paulistas. In: XV Congresso Internacional da ALFAL - Associação de Linguística e Filologia da América Latina, Montevideu.
- BERLINCK et al. (2014) Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística In: GÖRSKI, E., COELHO, I.L; SOUZA, C.M.N. (orgs) *Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1 ed. Florianópolis : Insular.

BIBERAUER, T. (2008) Introduction In: *The Limits of Syntactic Variation*. John Benjamins Publishing Company.

BIBERAUER, T. & ROBERTS, I. (2012) “Towards a parameter hierarchy for auxiliaries: diachronic considerations”. In: *Cambridge occasional papers in linguistics*. Vol.6.

BIBERAUER, T., ROBERTS, I. & SHEEHAN, M. (2013) “No-choice Parameters and the Limits of Syntactic Variation”. In: R. Santana-LaBarge (ed). *Proceedings of the 31st West Coast Conference on Formal Linguistics (WCCFL 31)*. Somerville, MA: Cascadia Press.

BIBERAUER, T. & ROBERTS, I. (2015) “Rethinking formal hierarchies: a proposed unification”. University of Cambridge. Ms

BIBERAUER, T., HOLMBERG, A., ROBERTS, I. and SHEEHAN, M.. (2015 a sair) Complexity in comparative syntax: the view from modern parametric theory. To appear in: *Measuring Linguistic Complexity*, ed. by Fritz Newmeyer & Lauren Preston. Oxford: Oxford University Press.

BIGGS (2014) *Dissociating Case from Theta-roles: A comparative investigation*. Doctoral Thesis. University of Cambridge.

BOECKX (2008) “Approaching Parameters from Below”. Harvard University. Ms.

BORER (1984) *Parametric Syntax*. Dordrecht: Foris.

CALINDRO, A.R. (2015). “Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro”. In: *Revista Linguística – Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL)*.

CALINDRO, A.R. (submitted). “Introducing indirect arguments – the locus of a diachronic change” In: *Anais do IGG41 – Encontro de Gramática Gerativa*, Perugia, Itália.

CALINDRO, A.R. & CARVALHO, J. (in preparation). “A unified account for the loss of third person clitics in Brazilian Portuguese”. Universidade de São Paulo. Ms.

CAMPOS, E. (2010) *O dativo de terceira pessoa no português culto falado em Belém*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on government and binding*. Dordrecht. Foris.

CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language*. New York: Praeger.

CHOMSKY, N. (1995) *The minimalist program*. Cambridge. Mass. The MIT Press.

- CHOMSKY, N. (2000). "Minimalist Inquiries: The Framework". In: MICHAELS, M. R., D. and URIAGEREKA, J. (eds.) *Step by Step – Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Mass. MIT Press. 89-155.
- CHOMSKY, N. (2001) "Derivation by Phase". In: KENSTOWICZ, M. *Ken Hale: A life on language*. Mass: MIT Press.
- CHOMSKY, N. (2005) Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry*. 36: 1-22
- CHOMSKY, N. (2013) "Problems of Projection" In: *Lingua* 130.
- CROFT (2003) *Typology and universals*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press
- CUERVO, C. (2003) *Datives at large*. PhD. Dissertation. MIT.
- CUERVO (2010) "Against Ditransitivity". In: *Probus*, vol.22.
- CUNHA & CINTRA (2001) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 3ª edição revista.
- CYRINO, S.M.L. (2000) "O objeto indireto nulo no português brasileiro." In: *Signum*, n.3. Londrina: Ed. UEL.
- DEMONTE, V. (1995) "Dative alternation in Spanish". In: *Probus* 7. 5-30.
- DIACONESCU, C. & RIVERO, M. L. (2007) An applicative analysis of double object constructions in Romanian, *Probus*, 19:171–195.
- DUARTE, M. I. (2003) Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MATEUS, M.H. M. & alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra. Ed Livraria. Cap. 10. 275-321
- DUARTE, M. I. & MATOS G. (2000) "Romance clitics and the minimalist program". In : COSTA João (Org.) *Portuguese Syntax: New Comparative Studies*, Oxford. Oxford University Press. P.116-142.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. (2007) A perda do marcador dativo e algumas das suas consequências. In: Castilho, A.; Torres Morais, M. A.; Lopes, R.; Cyrino, S. (orgs) (2007) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores. 85-110.
- FRANKS, S. (1995). *Parameters of Slavic Morphosyntax*. Oxford University Press: New York.
- FOLLI, R. & HARLEY, H. (2003) *Consuming results in Italian & English: flavors of v. ms.*, University of Oxford and University of Arizona.
- FREIRE, G. (2000) *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.

FREIRE, G. (2005) *A realização do acusativo e do dativo anafórico de 3ª. pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese de Doutorado. UFRJ.

GALVES, C.; ABAURRE, M.B. (1996) Os Clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintático-fonológica. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (orgs) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP. (Estudos Descritivos 4).273-319

GALVES, C. (1998) *A gramática do português brasileiro*. In: Línguas & Instrumentos Linguísticos. n. 1, p. 79-93.

GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas. Editora da Unicamp.

GALVES, C. (s/d) European Portuguese and Brazilian Portuguese: how quickly may languages diverge? Unicamp. Ms.

GOMES, C. A. (2003) Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M.E.L. (orgs) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editorial, 2003.

GOMES (2007) “Uso variável do dativo em textos jornalísticos” In: *Linguística*, v.3. n.1, p.7-19

GONÇALVES, A & RAPOSO E. (2014) Verbo e sintagma verbal. IN: RAPOSO, E. et alii. *Gramática do português*. Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. Cap. 28. 1155-1218.

HALE, K. & KEYSER, S. J. (1993). “On argument structure and lexical expression of syntactic relations”. In: HALE, K. & KEYSER, J. S. (eds.) *The view from building 20. Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge. Mass. MIT. Press. p. 111-176.

HALE, K. & KEYSER, S. J. (2002) *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge, Mass., The MIT Press.

HARLEY, H. (2002) *Possession and the double object construction*. In: *Linguistic Variation Yearbook* 2, p.31-70.

HASPELMATH (2006) “Ditransitive Constructions in the World’s Languages”. Leipzig School in Linguistics Diversity.

HORNSTEIN, N; NUNES, J.M. & GROHMANN, K. (2005) *Understanding Minimalism*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge University Press.

JEONG, Y. (2006) *The landscape of applicatives*. PhD Dissertation. University of Maryland.

KATO, M. A. (1996) “Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança

lingüística” In: I. Duarte & I. Leiria (eds.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Vol. II: 211-237.

KATO, M. A. (1999) Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. *Probus*. 11 (1) 1-37.

KATO, M. A. (2005) Gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In MARQUES, M.A Maria et. al. (eds.) *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga. CEHUM. University of Minho. 131-145.

KATO, M. A; CYRINO, S. L. & CORRÊA, V. R. (2009) Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A. & ROTHMAN, J. (eds.) *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition*. Berlin, New York. Mouton de Gruyter. 245–272.

KATO, M. A. (2012) Caso inerente, caso *default* e ausência de preposições. In: SEDRINS, A. P. et al. (Org.). *Por amor à Linguística*. Maceió: Edufal. 1ªed. 83-99.

KRATZER, A. (1996) “Severing the external argument from its verb”. In: ROORYCK, J. & ZARING, L. (eds.) *Phrase structure and the lexicon. Studies in Natural Language & Linguistic Theory*. Dordrecht. Kluwer. p.109-138.

KROCH, A. (1994) “Morphosyntactic variation”. In: BEALS, K. (ed.) *Proceedings of the Thirtieth annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Vol 2. Chicago Linguistic Society. 180-201.

KROCH, A. (2000) “Syntactic change”. In: M. BALTIN & C. COLLINS (Eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell Publishers Inc. 699-729.

LABOV, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LABOV, W. (1982) “Building on Empirical Foundations”. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (org.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

LABOV, W. (1994) *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell.

LARSON, R. (1988) “On the double subject construction”. In: *Linguistic Inquiry*, 19, p. 335-391.

LARSON, R. (2010) “On Pylkkänen's Semantics for Low Applicatives” In: *Linguistic Inquiry*, 41.

LEVIN, B. (1999) Objecthood: An event structure perspective, *Papers from The Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* 35: 223-247.

- LIGHTFOOT, D. (1991). *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass. MIT Press.
- LIGHTFOOT, D. (1999) *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Blackwell. Malden. MA.
- LIGHTFOOT, D. (2002) *Syntactic Effects of Morphological Change* (ed.) Oxford. University Press.
- LIGHTFOOT, D. (2006) *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press
- LÓPEZ, L. (2012) *Indefinite Objects*. Cambridge, Mass. MIT Press.
- MARANTZ, A. (1984) *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mas: The MIT Press.
- MARANTZ, A. (1993) Implications of Asymmetries in Double Object Constructions. In: MACHOMBO, S. (ed.). *Theoretical Aspects of Bantu Grammar* 1. CSLI Publications, Stanford, CA, 113-151.
- MARANTZ, A. (1997) No Escape from Syntax: Don't Try Morphological Analysis in the Privacy of Your Own Lexicon. In DIMITRIADIS, A. & SIEGEL, L., (eds.). *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*. Vol. 4.2. Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium. 201-225.
- MARANTZ, A. (2001) "Words". In: *20th West Coast Conference on Formal Linguistics, University of Southern California*, 23-25.
- MARANTZ, A. (2007) Phases and Words. In *Phases in the Theory of Grammar*, ed. Sook- Hee Choe, Dong-Wee Yang, Yang-Soon Kim, Sung-Hun Kim, and Alec Marantz, 191–222. Soeul: Dong-In Publishing Co.
- MARANTZ, A. (2009) "Resultatives and re-resultatives: Direct objects may construct events by themselves." Paper presented at Penn Linguistics Colloquium.
- MARANTZ, A. (2013) "Verbal argument structure: Events and participants". In: *Lingua* 130.
- MARCUSCHI, L. (2008) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- MASULLO, P. (1992) *Incorporation and Case Theory in Spanish: a crosslinguistic perspective*. PhD. Thesis, University of Washington.
- MATEUS, M.H.M. et al. (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Editorial Caminho.
- MEISEL (2011) "Delayed grammatical acquisition in first language development: subject-verb inversion and subject clitics in French interrogatives". In: *Linguistic*

Approaches to Bilingualism. Ed. ROTHMAN, J. University of Reading & UiT, the Arctic University of Norway Sharon Unsworth, Radboud University Nijmegen. Vol. 1/4. 347–390.

MONTEIRO, J.L. (1994) *Pronomes Pessoais. Subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: EUFC.

MORETTI, F.C.B. (2010) Os verbos de transferência e movimento no PB e a expressão do objeto indireto. Revisitando a noção de estrutura argumental à luz da Morfologia Distribuída. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

MYLER, N. (2013) On coming to the pub in the North West of England: accusative, innacusatives, dependent case and preposition incorporation. *The Journal of Comparative Germanic Linguistics* 16.2-3: 189-207.

OLIVEIRA, M. (2003) “A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*” Congresso do Gel. SP.

PAIXÃO E SOUZA, M. C. et al. (2009) E-Dictor: Novas Perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, T., BERBER SARDINHA, T. & VEIRANO PINTO, M. (2009) (Org.). *Linguística de Corpus: Sínteses e Avanços*. Anais do VIII Encontro de Linguística de Corpus, realizado na UERJ.

PANAGIOTIDIS, P. (2014) “Indices, domains and homophonous forms” In: *Theoretical Linguistics*, v.40: 415-427.

PESETSKY, D. (1995) “Zero Syntax: Experiencers and Cascades”. Cambridge, Mass. MIT Press.

PINKER et al (1989) *Learnability and cognition: The acquisition of argument structure*. Cambridge, MA: The MIT Press.

Primeira página: 90 anos de história nas capas mais importantes da Folha. (2011) Folha de São Paulo. 7ª ed. São Paulo: Publifolha.

PUJALTE, M. (2009) *Condiciones sobre la introducción de argumentos – el caso de la alternância dativa en Español*. Dissertação de Mestrado. Universidad Nacional del Comahue.

PUJALTE, M. (2010) “Contruccionen con y sin aplicativos en español del Rio de la Plata y el português Brasileiro”.

PYLKKÄNEN, L. (2002, 2008) *Introducing Arguments*. PhD . Dissertation. MIT.

RAMOS, C. (1999) O clítico de terceira pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/ espanhol. Dissertação de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas.

RAPPAPORT, M. & LEVIN, B (2008) *The English Dative Alternation: The Case for the verb sensitivity*. Journal of Linguistics.

- RICHARDS, M. (2008) "Two kinds of Variation in a Minimalist System". In: HECK, F.; MÜLLER, G.; TROMMER, J (eds.) *Varieties of Competition*. Universität Leipzig. 133-162.
- ROBERTS, I. & ROUSSEAU, A. (2003) *Syntactic change: a Minimalist Approach to Grammaticalization*. Cambridge. Cambridge University Press.
- ROBERTS, I. (2007) *Diachronic Syntax*. New York. Oxford University Press.
- ROBERTS, I. & HOLMBERG, A. (2010) Introduction: Parameters in minimalist theory. In: Theresa Biberauer, Anders Holmberg, Ian Roberts, and Michelle Sheehan (eds.) *Parametric variation: Null subjects in minimalist theory*, Cambridge:Cambridge University Press. 1-57.
- ROBERTS, I. (2012) "Macroparameters and Minimalism: A Programme for Comparative Research". In: C. Galves, S. Cyrino, R. Lopes, F. Sândalo and J. Avelar (eds) *Parameter Theory and Linguistic Change*. Oxford: Oxford University Press.
- SALLES, H. M. L & SCHERRE, M. M. P. (2003) Indirect objects in ditransitive constructions in Brazilian Portuguese. In: NÚÑEZ- CEDEÑO (Orgs.). *A Romance Perspective on Language Knowledge and Use - Current Issues in Linguistic Theory*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. pp. 151-165.
- SCHÄFER, F. (2008) *The syntax of (anti-)causatives: External arguments in change-of state contexts*. Amsterdam: John Benjamins.
- SCHER, A. P. (1996) *As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
- SCHER, A. P.; BARBOSA, J. & ARMELIN, P. (2014) "Variação paramétrica e variação dialetal: uma análise para as construções dativas do inglês e do português brasileiro". In: Veredas: Sintaxe das Línguas Brasileiras. Volume18/01.138-161.
- SHEEHAN, M. (2014) Parameter hierarchies: the case of Case. Lecture. Unicamp. Ms.
- SILVEIRA, G. (1999) *A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis*. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolinguística, curso de Doutorado em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SVENONIUS, P. (2003) Limits on P: filling in holes vs. falling in holes, *Nordlyd*, 31: 431–445.
- SVENONIUS (2004) Projections of P. CASTL, University of Tromso. Ms
- SVENONIUS, P. (2006) The emergence of axial parts. In Nordlyd, Tromso Working Papers in Language & Linguistics: 33.1. University of Tromso, Tromso. Available at <http://www.ub.uit.no/baser/nordlyd/>.
- SVENONIUS, P. (2007) "Adpositions, particles and the arguments they introduce" In: E. Reuland, T. Bhattacharya & G. Spathas (eds.), *Argument Structure*, Philadelphia, John Benjamins: 63–103.

SVENONIUS, P. (2010) “Spatial P”, In: G. Cinque & L. Rizzi (eds.), *Cartography of Syntactic Structures*, Oxford University Press. 127-160.

TORRES MORAIS & BERLINCK, R. de A. (2006). “A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos”. In: LOBO T; RIBEIRO, I; Z & ALMEIDA, N. *Novos dados, novas análises*. Vol.VI. Tomo I. Salvador. EDUFBA. 73-106.

TORRES MORAIS, M. A. & BERLINCK, R. de A. (2007) “ ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’: A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. et al. *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, Ed. Pontes.

TORRES MORAIS (2007) *Dativos*. Tese de Livre Docência. São Paulo, SP. Universidade de São Paulo.

TORRES MORAIS, M.A. ; BERLINCK, R. de A. (2009) “Em busca do português paulista”. In: TORRES MORAIS, M.A. ; ANDRADE, M.L. *História do Português Paulista*. 1 ed. Campinas : IEL/UNICAMP / FAPESP. V.2. 217-248.

TORRES MORAIS, M. A. & SALLES, H. M. (2010) “Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese”. In: *Probus*, v.22, P.181-209.

TORRES MORAIS, M. A. (2012) “Sentenças bitransitivas e objeto indireto no português brasileiro”. In: *Revista Linha D’água*, n. 25 (2), p.25-50.

TORRES MORAIS, M. A. ; BERLINCK, R. de A (2015 – a sair). O objeto indireto na história do português brasileiro. Ms.

VAN HOECKE, W. (1996) “The latin dative” In: VAN BELLE, W. & VAN LANGENDONCK, W. (org.) *Case and grammatical Relations Across Languages*. Vol I Descriptive Studies. John Benjamins Publishing Company.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. (2006) [1968] *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola.

WILTSCHKO, M. & RITTER, E. (2014) *Animating the narrow syntax*. University of British Columbia.

WOOD, J. (2010) “The unintentional causer in Icelandic” In *Proceedings of the forty-first annual meeting of the North East Linguistic Society*, ed. N. La Cara, L. Fainleib, and Y. Park, (to appear). Amherst, MA: GLSA Publications.

WOOD, J. (2012) *Icelandic Morphosyntax and Argument Structure*. New York University, New York City.

WOOD & MARANTZ (2015) “The interpretation of external arguments”, [disponível in:<http://ling.auf.net/lingbuzz/>]